



Ofício nº 200
SMMA/2005
Assunto: Encaminhamento

Ouro Preto, 24 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Passados quase 40 anos de criação do Parque Natural Municipal das Andorinhas, estamos encaminhando a esta egrégia Câmara Municipal Ofício Mensagem nº 54/2005 com Projeto de Lei de sua redelimitação, memorial descritivo da área proposta e levantamento topográfico com os limites da área, para aprovação deste Legislativo.

Aproveitamos a oportunidade para encaminhar também o estudo com o detalhamento de todas as ações para demarcação da área incluindo ortofotocarta do Parque Natural Municipal das Andorinhas.

Certo da atenção de V. Ex^a. e dos demais vereadores, desde já agradecemos e colocamo-nos ao dispor para as informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Silviane Rodrigues Pedrosa
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Exm^o Sr.
Vereador Wanderley Rossi Júnior
D.D. Presidente da Câmara Municipal de
Ouro Preto - MG



PROJETO DE LEI Nº 95 /2005

Altera a “Lei 305/68 que cria o Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas do Município de Ouro Preto, acrescenta dispositivos e dá outras providências”.

Art.1º - Fica retificado, nos termos desta lei, a denominação do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas criado através da Lei Municipal nº 305, de 30/12/68 para Parque Natural Municipal das Andorinhas.

Art. 2º - O Parque com 675,9 ha abrange a área delimitada pela descrição perimétrica e planta do relatório que são parte integrante do anexo I desta lei.

Art. 3º - A implantação, operacionalização, conservação e administração do Parque Natural Municipal das Andorinhas fica a cargo e sob a responsabilidade do Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, devendo para tanto tomar todas as medidas cabíveis.

Art. 4º - O Parque Natural Municipal das Andorinhas tem por objetivo:

- a) resguardar e proteger as nascentes que formam a Cachoeira das Andorinhas e a cabeceira do Rio das Velhas;
- b) resguardar e proteger a flora, a fauna e demais recursos naturais;
- c) resguardar os atributos cênicos e paisagísticos;
- d) proteger integralmente os recursos culturais e naturais com objetivos educacionais, científicos, recreativos e turísticos.



Art. 5º - A aprovação de projetos para o Parque Natural Municipal das Andorinhas e outras discussões serão feitas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto – CODEMA – OP.

Art. 6º - O projeto de zoneamento ecológico econômico e o plano de manejo do Parque, que são referidos na Lei Federal nº 9.985/00, deverão ser feitos baseado em premissas ecológicas, históricas e sociológicas, observando os preceitos legais pertinentes e submetidos à prévia aprovação do CODEMA-OP.

Art. 7º - Não será permitido dentro do Parque Natural Municipal das Andorinhas:

- a) qualquer forma de exploração das riquezas e dos recursos naturais;
- b) a construção de rodovias, ferrovias, dutos, linha de transmissão e outras obras que não sejam de exclusivo interesse do Parque, salvo se devidamente licenciado pelo órgão ambiental responsável;
- c) a coleta de frutos, sementes, raízes, cascas e folhas;
- d) o corte de árvores, arbustos e demais formas de vegetação;
- e) a perseguição, captura, aprisionamento e abate de exemplares da fauna, a caça ou pesca, bem como qualquer atividade que venha afetar a vida animal em seu meio natural;
- f) o fornecimento de alimentação de qualquer tipo aos animais da fauna para não promover a sua dependência ao homem;
- g) o abandono de lixo, detritos, dejetos ou outros materiais que maculem a integridade paisagística, sanitária ou cênica do Parque;
- h) a prática de qualquer ato que possa provocar fogo;
- i) a colocação de placa, aviso, sinal, tapume ou outra forma de comunicação audiovisual ou publicidade que não tenha relação direta com o programa interpretativo do Parque, salvo se devidamente aprovado pela administração do Parque com anuência do CODEMA-OP;



- j) o ingresso ou permanência de visitantes portando armas, materiais ou instrumentos destinados ao corte, caça, pesca ou qualquer outra atividade prejudicial à fauna ou flora.

Parágrafo único: para as atividades desenvolvidas ao ar livre, o Parque disporá de trilhas, caminhos, percursos, mirantes, de acordo com o Plano de Manejo, de forma a não perturbar o ambiente natural nem desvirtuar as suas finalidades.

Art. 8º – O lixo, detritos ou dejetos originários das atividades do Parque deverão ser tratados e retirados para fora de seus limites.

Art. 9º – A administração do Parque poderá autorizar, quando do interesse do manejo, atividades de pesquisa e estudo dos ecossistemas.

Art. 10º – Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a lei 305/68.

Ouro Preto, 03 de junho de 2005

ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

DISTRIBUIÇÃO

Aos 27 de junho de 2005
Distribuo este processo à(s) comissão (ões)
competente(s): _____

De que trata consta no(s) _____

Presidente da Câmara Municipal de
Ouro Preto

APROVADO em Primeira discussão
Por unanimidade
Sala das Sessões, 4 de julho de 2005

Presidente

Com 8 votos a favor e com — votos contra

A. Reunião; Vereador Leonardo

APROVADO em 2ª discussão
Por unanimidade
Sala das Sessões, 11 de julho de 2005

Com 09 votos a favor e com — votos contra

APROVADO em Red. Final discussão
Por unanimidade
Sala das Sessões, 14 de julho de 2005

Com 07 votos a favor e com — votos contra

ausente Plurário Ver. Flávio
Reunião: Regine Braga

Lei n. 305 de 30 de dezembro de 1968



Dispõe sobre Criação do Parque.

O povo do município de Ouro Preto, por seus representantes decretou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Parque Municipal da Onchocira das Andarinhãs, no município de Ouro Preto, no local conhecido como Onchocira das Andarinhãs.

Art. 2º - A área do Parque será delimitada por uma circunferência que terá como centro a Onchocira existente no citado local, tendo 1 (um) kilometro de raio.

Art. 3º - A Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, será responsável pela conservação e a fiscalização do Parque.

Parágrafo Único - Fica proibida a extração de pedras na área do Parque, bem como construções que não sejam executadas pela Prefeitura.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a baixar o decreto regulamentando a presente lei no prazo de 30 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 30 de dezembro de 1968

- Prefeito Municipal -



MAPA E MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA
PROPOSTA PARA O PARQUE NATURAL
MUNICIPAL DAS ANDORINHAS



MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA PROPOSTA PARA O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DAS ANDORINHAS

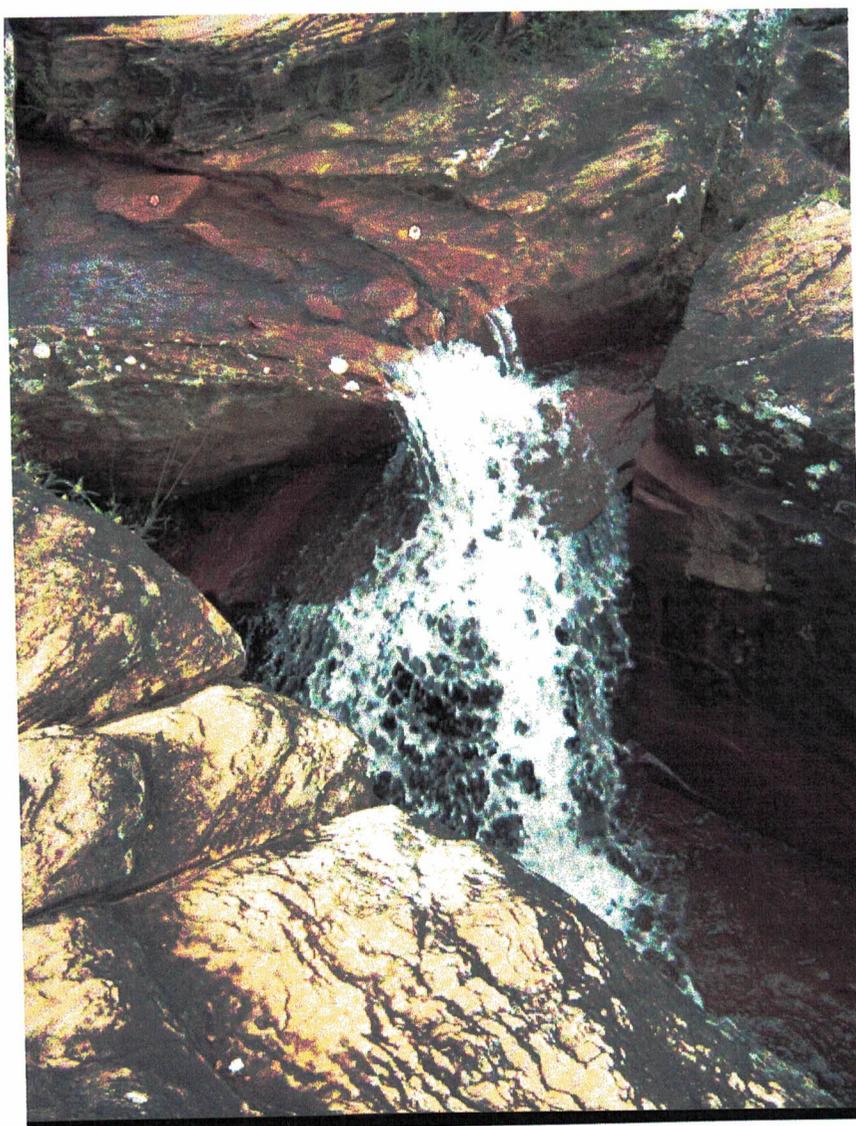
O memorial descritivo da área que compreende o Parque Natural Municipal das Andorinhas foi elaborado com base nas cartas topográficas do Ministério do Exército – Diretoria de Serviço Geográfico – DSG, escala de 1:25.000, folhas de Mariana n.º SF-23-X-B-I/3-NO e São Bartolomeu n.º SF-23-X-A-III/4-NE; carta topográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, escala 1:50.000, folha de Marina n.º SF-23-X-B-I-3; ortofotos da CEMIG de 1987, n.ºs 430709 e 430713 de Ouro Preto, 431213 e 431216 de Mariana, a saber:

Inicia-se no **Ponto 01** de coordenadas UTM 656.837,00 e 7.746.206,00, considerado o ponto de referência base. Este ponto localiza-se próximo à casa da Laje em frente à caixa d'água (última moradia à esquerda da estrada, sentido Capela São João). Daí segue-se em direção N pela linha de drenagem do canal intermitente até a estrada, **ponto 02** de coordenadas UTM 656.851,00 e 7.746.453,00. Daí segue-se por esta estrada no sentido W, por aproximadamente 65 metros até o **ponto 03** de coordenadas UTM 656.816,00 e 7.746.504,00, seguindo então a curva de nível, cota 1.360 metros no sentido NW por cerca de 560 metros até o **ponto 04** de coordenadas UTM 656.434,00 e 7.746.554,00, localizado na rua Rio Piracicaba, próximo a um pequeno afloramento de quartizito. A partir daí, segue-se no sentido NNW por cerca de 115 metros até o rio das Velhas, **ponto 05** de coordenadas UTM 656.376,00 e 7.746.651,00 localizado próximo ao poço artesiano. Daí segue-se pelo interflúvio passando pela Pedreira da Alcan e seguindo sempre a linha da crista do afloramento rochoso até o **ponto 06** de coordenadas UTM 655.613,00 e 7.747.221,00 no divisor desta bacia com a bacia do córrego São Bartolomeu, onde se localiza a Fazenda da Brígida da UFOP. Daí segue-se por este divisor cerca de 1600 metros passando pelo ponto cotado de 1.506 metros até o **ponto 07** de coordenadas UTM 656.257,00 e 7.748.390,00. Daí segue-se pelo interflúvio na direção NE, por cerca de 2.250 m, atravessando o rio das Velhas



e seguindo sempre pelo interflúvio, contornando assim a área drenante do sexto afluente da margem direita do córrego Olaria até o **ponto 08** de coordenadas UTM 658.119,00 e 7.749.058,01, localizado no próprio córrego Olaria. A partir daí atravessa-se o referido córrego, segue-se na direção S pelo interflúvio (divisor da bacia de contribuição direta do rio das Velhas com a bacia do córrego Olaria) por cerca de 1350 m até o **ponto 09** de coordenadas UTM 658.016,26 e 7.747.837,00, localizado na estrada de acesso ao parque. Daí segue-se sempre por esta estrada no sentido SE até o **ponto 10** de coordenadas UTM 658.466,00 e 7.746.510,00, onde então segue-se pelo interflúvio (divisor da bacia de contribuição direta do rio das Velhas com a bacia do córrego Olaria) por cerca de 270 metros até a estrada pavimentada que liga os bairros do Morro do São João ao Morro de São Sebastião, **ponto 11** de coordenadas UTM 658.360,00 e 7.746.265,00. Daí segue-se por esta estrada no sentido W em direção ao bairro de São Sebastião, cerca de 1.600 metros, até o ponto inicial de coordenadas UTM 656.837,00 e 7.746.206,00 considerado o ponto de referência base, fechando assim o perímetro do parque, totalizando uma área de 5,57 km² ou 557 hectares.

REDELIMITAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DAS ANDORINHAS



OURO PRETO, JUNHO DE 2005

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa o detalhamento da demarcação da área do Parque Natural Municipal das Andorinhas, conforme relatório elaborado por grupo técnico, instituído por Audiência Pública de 21/03/2001 promovida pela Comissão de Administração e Serviços Públicos da Câmara Municipal de Ouro Preto

Os critérios adotados se basearam na redelimitação da área do Parque Natural Municipal das Andorinhas separando a área das Ruínas do Morro da Queimada, conforme decisão dos novos grupos de trabalho formados por representantes do IPHAN, PMOP. Dessa forma, os estudos apontaram para a delimitação e implantação em separado do Parque Natural Municipal das Andorinhas e do Parque Arqueológico do Morro da Queimada.

Estes estudos tratam do Parque Natural Municipal das Andorinhas com a descrição das ações realizadas para sua efetiva implantação pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto, administração do Prefeito Ângelo Oswaldo de Araújo Santos.

2 HISTÓRICO



2.1 CRIAÇÃO DO PARQUE E DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO

Em dezembro de 1968 foi aprovada pela Câmara Municipal de Ouro Preto a Lei nº 305 de 30/12/1968, que dispõe sobre a criação do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas. Essa lei definia como área o raio de 1 km, tendo como centro a cachoeira existente no local.

Em 1973, também aprovado pela Câmara Municipal de Ouro Preto, o Decreto-lei nº 27/73 de 20/11/1973 definia áreas de preservação e conservação de bens histórico-artísticos e paisagísticos do Município, estando entre eles a Cachoeira das Andorinhas e proximidades.

2.2 CRIAÇÃO DA APA DAS ANDORINHAS

Em 1989, o Decreto-lei nº 30.264 de 16/10/1989 foi aprovado a nível estadual, dispondo sobre criação da Área de Proteção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas – APA no município de Ouro Preto. Correspondendo a uma área de 18.700 hectares, abrange as nascentes altas do Rio das Velhas, onde toda a área da Cachoeira das Andorinhas está inserida.

Em 1993, criou-se a Lei de Mata Atlântica, Decreto Federal 750/93, proibindo a alteração do uso do solo em áreas de Mata Atlântica para manutenção da cobertura vegetal nos contrafortes das Serras do Espinhaço e do Veloso, formando um maciço contínuo de florestas semidecidual.

Vários estudos e propostas foram desenvolvidos, visando a minimização dos impactos e a preservação da biodiversidade regional, o que não impediu a ocupação desordenada e a degradação ambiental da cabeceira do Rio das Velhas. Gerou-se um movimento de todos os setores sociais e institucionais na busca de soluções definitivas para garantir a integridade local.

3 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DAS ANDORINHAS E MORRO DA QUEIMADA

Em 2001, a partir da Audiência Pública de 21/03/2001 promovida pela Comissão de Administração e Serviços Públicos da Câmara Municipal de Ouro Preto, foi criado um grupo técnico para redelimitação da área de proteção do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas e Morro da Queimada, visando ampliar a área do Parque para proteção das nascentes altas do Rio das Velhas, uma vez que a Lei nº305/68 definia a área como um raio de 1 km ao redor da Cachoeira das Andorinhas.

O grupo de trabalho contou com a participação das seguintes Instituições/Associações:

- **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**
Marta d'Emery Alves (Coordenação)
Simone Monteiro Silvestre Fernandes
- **Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)**
Frederico Sobreira
Leonardo Andrade de Souza
- **Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP)**
Ney Nolasco
- **Instituto Estadual de Florestas (IEF)**
José Augusto Rodrigues Lóes
- **Câmara Técnica do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto (CODEMA-OP)**
Renato Andrade Rezende (ETFOP)
Mário Vitorino Miranda (PMOP)
- **Projeto Manuelzão – Comitê de Ouro Preto**
Ronald de Carvalho Guerra
- **Amigos do Meio Ambiente de Ouro Preto (AMA-OP)**
Ângela Leite Xavier
Carlos Eduardo Nunes Pereira
- **Associação de Proteção Ambiental de Ouro Preto (APAOP)**
Emmanuel Xavier da Silva
Jorge Luiz da Silva
- **Associação de Bairro do Morro São Sebastião**
Vicente Martins de Loredó

4 APRESENTAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO

Em 2003, na Audiência Pública de 25/03/2003 foi apresentado o estudo técnico de delimitação da área de proteção do Parque Municipal das Andorinhas e Morro da Queimada.

Os critérios adotados para a delimitação da área foram:

- Os Parques das Andorinhas e Morro da Queimada, por apresentarem características distintas, foram separados e o grupo de trabalho dividido em duas subcomissões: a do Morro da Queimada composta pelo IPHAN, UFOP, ETFOP, AMA-OP e Câmara Municipal de Ouro Preto, e a das Andorinhas foi formada pelo IEF, PMOP, Projeto Manuelzão, APA-OP, Associação de Bairro do Morro São Sebastião;
- Na região das Andorinhas, trabalhou-se em base 1:10.000 (ortofotos CEMIG) e 1:25.000 (carta IBGE) por se tratar de uma área com maiores dimensões, buscando limites fisiográficos, e como principal referência as sub-bacias hidrográficas. Assim, a morfologia dos terrenos a partir das bases de trabalho foi o elemento orientador da definição dos limites, sendo alguns pontos notáveis localizados por suas coordenadas, tomadas por GPS em trabalhos de campo e posteriormente lançados na base 1:10.000.
- A equipe de trabalho justificou a escolha da área total para implantação do Parque Municipal de Proteção Ambiental, baseada nos princípios do "uso e ocupação em bacias hidrográficas", referência para a preservação dos recursos hídricos e da biodiversidade local, entendendo também que a área previamente estabelecida em lei, de 1 km de raio em torno da Cachoeira das Andorinhas, deve ser desconsiderada por não levar em consideração as micro-bacias existentes.

O estudo definiu as etapas a serem cumpridas para a implantação do Parque Municipal das Andorinhas e Morro da Queimada, medidas que não foram realizadas pelo Executivo Municipal naquela época. Apesar da demanda, do interesse social e do empenho dos representantes do Conselho de Desenvolvimento de Meio Ambiente para que a minuta de lei de redelimitação,

discutida e aprovada em reunião ordinária do CODEMA, a lei não foi encaminhada à Câmara Municipal para votação.

5 AÇÕES REALIZADAS NA ATUAL GESTÃO

- Criação de um Grupo de Trabalho da Prefeitura Municipal de Ouro Preto para discussão das ações propostas para efetiva implantação do Parque Municipal das Andorinhas e Morro da Queimada, conforme compromisso de campanha do Prefeito Ângelo Oswaldo.

Formou-se o grupo de trabalho sob a Coordenação da Assessora Especial do Prefeito, Celina Albano, com os seguintes membros:

- Silviane Rodrigues Pedrosa, Secretária Municipal de Meio Ambiente;
- Ronald de Carvalho Guerra, Diretor de Meio Ambiente;
- Sérgio Lélis Santiago Júnior, Secretário Municipal de Patrimônio e Cultura;
- Jurema Rugani, Assessora do Grupo de Assessoramento Técnico;
- Vitório Lanari, Secretário Municipal de Turismo, Indústria e Comércio;
- Jaime Fortes, Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

- Foi realizada reunião do grupo de trabalho com a equipe do IPHAN, na qual decidiu-se fazer a redelimitação em separado do Parque Natural Municipal das Andorinhas e Parque Arqueológico do Morro da Queimada. Este último considerado como área de entorno do Parque Natural Municipal das Andorinhas com uma área aproximada de 37,5 hectares .

- A proposta de implantação do Parque Natural Municipal das Andorinhas passou a ser desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto, grupo de trabalho instituído, visando parceria com empresas privadas e entidades governamentais; e o Parque Arqueológico do Morro da Queimada será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Patrimônio e Cultura e IPHAN.

- Promovida pela Câmara Municipal de Ouro Preto e moradores do Morro da Queimada, foi realizada em 24/03/2005 Audiência Pública sobre a "Implantação do Parque da Cachoeira das Andorinhas e Ruínas do Morro da Queimada". Esta Audiência transformou-se em consulta pública para aprovação da proposta de

redelimitação do Parque Natural Municipal das Andorinhas em separado da área do Morro da Queimada.

- Foi criado um grupo de trabalho para adequação e revisão dos estudos técnicos de 2001, com a elaboração dos mapas e revisão do memorial descritivo. O grupo foi composto pela seguinte equipe: Sílvia Raquel Almeida Magalhães, Diego Rodrigues Macedo, Ronald de Carvalho Guerra, com apoio de Paulo de Melo Freitas Júnior e José Francisco Prado Filho.

Decidiu-se reduzir a área do Parque, de 713,4 hectares para 557 hectares como definido em anexo nos mapas e memorial descritivo. O Parque passou a ter como limite a via asfaltada que liga o Bairro São Sebastião ao Morro de São João. Isso se justifica para evitar que o parque seja cortado por esta estrada. Conseqüentemente, o Parque Arqueológico do Morro da Queimada terá sua área ampliada, chegando aos limites do asfalto, adjacente ao Parque Natural.

Realizou-se levantamento georreferenciado e vetorizado, cujos dados foram compilados das cartas topográficas 1:25.000 DSG/IGA, folhas SF-23-X-A-III/4-NE (São Bartolomeu), SF-23-X-B-I/3 NO (Mariana), 1:50.000/ IBGE SF-23-X-B-I-3 (Mariana) e ortofotos CEMIG, 1987, nºs 421212 e 421216 (Ouro Preto); 430709 e 430713 (Mariana). Também foi utilizado como base de dados o levantamento aerofotogramétrico realizado pelo Núcleo de Estudo de Planejamento e uso da terra.

O resultado desse levantamento georreferenciado e vetorizado serve para a delimitação da área e como base para os trabalhos posteriores, como o zoneamento ecológico econômico e plano de manejo.

- Apresentação e aprovação do Projeto de Lei de Redelimitação do Parque Natural Municipal das Andorinhas na reunião do CODEMA em 02/06/2005, com memorial descritivo e levantamento topográfico em escala 1:15.000, com os limites da área.

- Assinatura do Projeto de Lei de Redelimitação do Parque Natural Municipal das Andorinhas pelo Prefeito Ângelo Oswaldo para encaminhamento à Câmara Municipal de Ouro Preto, na Cerimônia de Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente e Lançamento do Livro "Navegando o Rio das Velhas das Minas aos Gerais" do Projeto Manuelzão/UFMG em 03/06/2005.



Crédito: Pollyanna Pedrosa

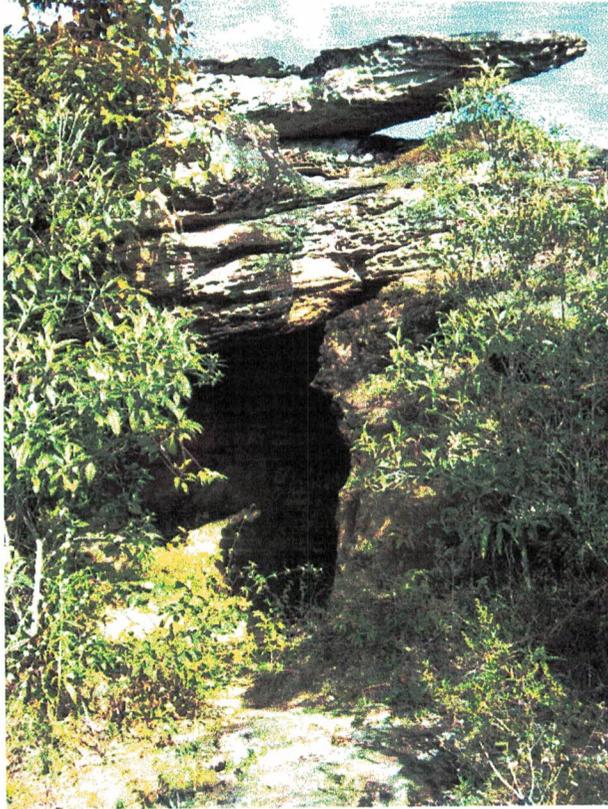
Vista da Área do Parque Natural Municipal das Andorinhas



Crédito: Pollyanna Pedrosa

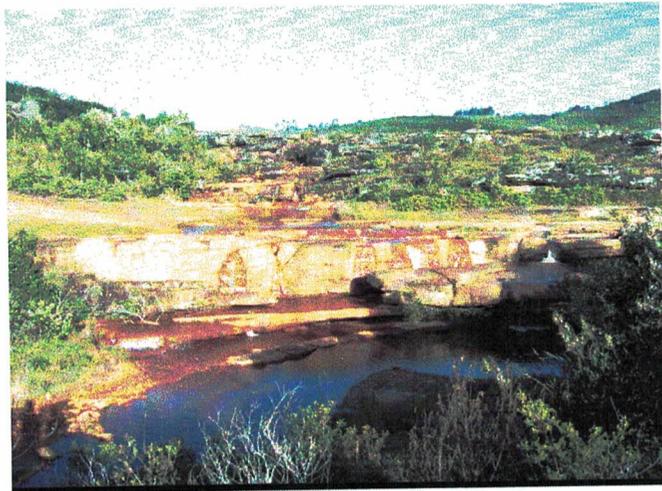
Área do Parque Natural Municipal das Andorinhas

191
See



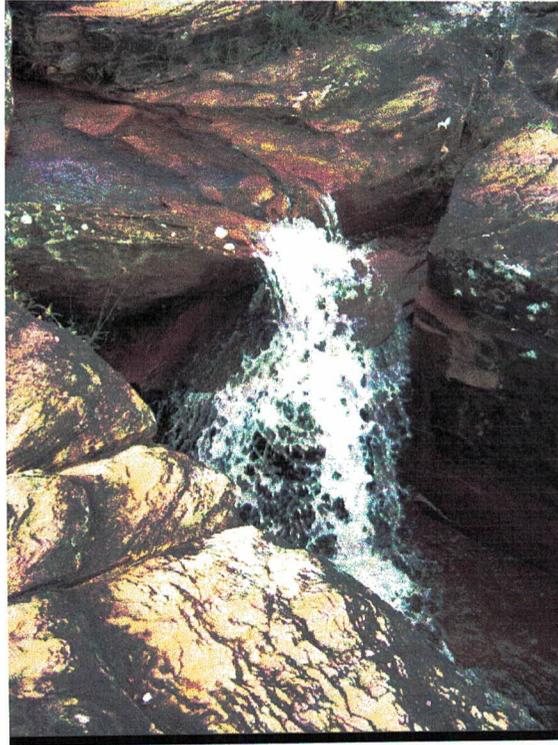
Crédito: Pollyanna Pedrosa

Gruta



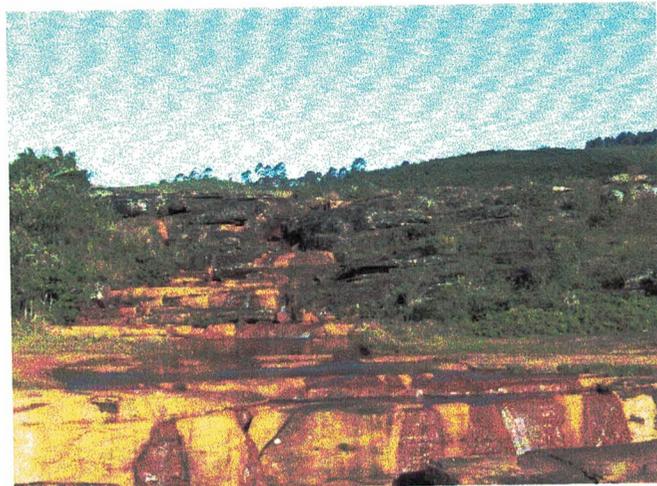
Crédito: Pollyanna Pedrosa

Rio das Velhas



Crédito: Pollyanna Pedrosa

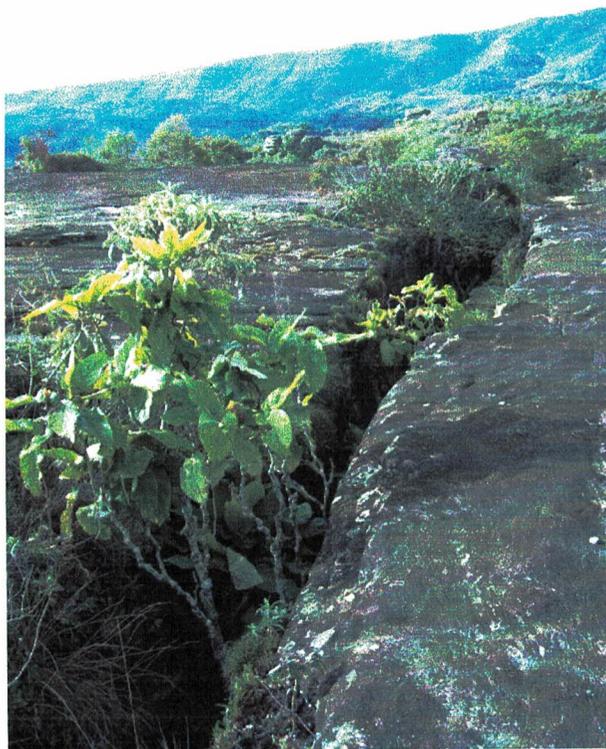
Rio das Velhas



Crédito: Pollyanna Pedrosa

Rio das Velhas

21
Sle



Crédito: Pollyanna Pedrosa

Fendas



Crédito: Pollyanna Pedrosa

Pedra do Jacaré

6 CONCLUSÃO

A implantação do Parque Natural Municipal das Andorinhas é de extrema importância para a população de Ouro Preto, sendo ação prioritária da atual gestão municipal.

A redelimitação do Parque e a divisão em Parque Natural Municipal das Andorinhas e do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, com a aprovação do Projeto de lei concretizam as primeiras ações para garantir a sua efetiva implantação.

Com a aprovação da lei de redelimitação do Parque Natural Municipal das Andorinhas, as próximas ações a serem desenvolvidas serão:

- Levantamento topográfico e cercamento da área;
- Levantamento fundiário;
- Elaboração de projeto e execução das obras de infra-estrutura do Parque Natural Municipal das Andorinhas;
- Elaboração de Plano de Manejo;
- Formação da estrutura administrativa;
- Formação de parcerias para gestão compartilhada do Parque Natural Municipal das Andorinhas.

SEC Pb. 23
L

ANEXOS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA
PELA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO
E PELOS MORADORES DO MORRO DA
QUEIMADA SOBRE "IMPLANTAÇÃO DO
PARQUE DA CACHOEIRA DAS
ANDORINHAS E RUÍNAS DO MORRO DA
QUEIMADA"

24 de fevereiro de 2005



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO E PELOS MORADORES DO MORRO DA QUEIMADA SOBRE “IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DA CACHOEIRA DAS ANDORINHAS E RUÍNAS DO MORRO DA QUEIMADA.”

Às dezessete horas do dia vinte e quatro de dois mil e cinco, realizou a Audiência Pública supracitada presidida pelo presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, Vereador Wanderley Rossi Júnior "Kuruzu". **Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu:** “Convidamos, para compor a Mesa, representando o Prefeito Municipal, Dr^a. Celina Albano que é assessora especial do Prefeito e coordenadora do grupo de Trabalho para estudos de implantação da Cachoeira das Andorinhas e Ruínas do Morro da Queimada; a presidente ou representante da Associação de Moradores do Morro da Queimada, Elisângela-Zazá; presidente da Associação dos Moradores do Morro de São Sebastião, Luís Gonzaga; presidente da Associação dos Moradores do Morro de Santana, Maria do Carmo. Gostaríamos de convidar o Dr. Otávio Elísio, presidente do IEPHA, Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico; o Dr. Benedito Tadeu, diretor do IPHAN em Ouro Preto. Representando o reitor da UFOP, Professor Fábio Faversoni; representando a Polícia Florestal o Sargento Passarine. Gostaríamos de convidar também o Dr. Fernando Rio, presidente da FEOP, Fundação Educativa de Ouro Preto. Queremos anunciar algumas presenças: Dr^a Silviane Rodrigues Pedrosa, Tita Pedrosa, Secretária de Meio Ambiente do município de Ouro Preto. Gostaríamos também de anunciar a presença

do Dr. Vitório Lanari, Secretário de Turismo, Indústria e Comércio. Anuncio também a presença do Professor Sérgio Augusto, chefe do Departamento de Geologia da UFOP. Temos a presença do Dr. Danilo de Oliveira, assessor de meio ambiente da Companhia Vale do Rio Doce do complexo Mariana.

A presença do diretor de meio ambiente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ronald Guerra, o Roninho. Queremos anunciar também a presença da Cláudia que é diretora de turismo da Secretaria Municipal de Turismo. Anuncio a presença do Antônio Carlos de Oliveira, Toninho da Purina, diretor de comércio e indústria da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. Presença também do Secretário de Patrimônio e Cultura, Dr. Sérgio Lélis Santiago. As presenças dos vereadores Mateus Nunes e Sílvio Mapa. Registro a presença do engenheiro sanitarista Paulo Tainha, morador aqui do Morro de São Sebastião; a presença do Professor Francisco do Prado Filho-Chico Verde, professor da UFOP; a presença do arquiteto Luziel; Dr. Rodrigo Meliconi, professor da UFMG e arquiteto. Vamos anunciando as presenças de outras autoridades. Gostaríamos de agradecer, especialmente, a presença da

professora da Escola Municipal Juventina Drummond, Rosa Ana e do Professor Francisco, diretora e vice-diretor, respectivamente, dessa escola, juntamente com todos estes alunos que prestigiam este evento. Justificamos a ausência do promotor, através de uma carta. 'Venho, respeitosamente, perante Vossa Excelência, agradecer o convite recebido para participar da Audiência Pública a se realizar no dia 24/02/05, que vai discutir sobre a criação do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas e Ruínas do Morro da Queimada, e justificar a minha ausência em função de cooperação na Comarca de Barão de Cocais, compromisso assumido anteriormente. Dr. Flávio Jordão Hamacher'. Está aqui justificada a ausência do promotor-curador do patrimônio cultural e natural. Está prevista, no nosso evento, que haveria uma exposição nesta tela feita pelo Juliano, estudante do curso de História e morador do Morro da Queimada, além de ser pesquisador sobre o assunto das ruínas do Morro da Queimada. Ele vai fazer uma exposição juntamente com a assessora de imprensa da Câmara, a Naiara. Teremos uma exposição, usando o mesmo equipamento, do Dr. Benedito, diretor do IPHAN e também uma exposição do Ronald Guerra, diretor de meio ambiente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Ouro Preto. Vamos passar a palavra aos componentes da Mesa que quiserem usá-

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



la para breve saudação. Passaremos, então, a essas apresentações. Posteriormente, ouviremos aqueles que quiserem se manifestar sobre o assunto. Esta é a primeira Audiência Pública que a Câmara realiza neste ano. Assim como em dois mil e um, na legislatura passada, a primeira Audiência Pública que a Câmara realizara também foi para tratar desse assunto: Ruínas do Morro da Queimada e Cachoeira das Andorinhas. Felizmente, foi elaborado um trabalho por uma equipe que trabalhou durante oito meses composta por representantes da universidade, IPHAN, Prefeitura, CEFET, Câmara Municipal de Ouro Preto e da própria comunidade, entre outros. No entanto, faltou, naquele momento, a parceria da Prefeitura. Esse elo, que é representado pela Prefeitura, é muitíssimo importante para levar adiante esta proposta. Passamos os quatro anos, conforme todos nós quase sabemos, lutando com a Prefeitura para ver se ela abraçava o projeto de implantar o Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas e Ruínas do Morro da Queimada. Desta vez, estamos muitíssimos esperançosos de que vai ser diferente. Já temos anúncios concretos da parte do prefeito municipal, Dr. Ângelo Oswaldo, manifestação pública concreta no sentido de permitir-nos pela certeza de que dessa vez vai ser realmente implantado o Parque

Municipal da Cachoeira das Andorinhas e Ruínas do Morro da Queimada. Sabemos que isso demanda uma série de estudos, uma equipe multidisciplinar, geólogos, arqueólogos, historiadores, ambientalistas e etc. Isso, provavelmente, demora dois ou mais anos, até termos implantado definitivamente o nosso parque da Cachoeira das Andorinhas e do Morro da Queimada. Para que nós estamos chamando esta Audiência Pública? Porque tanta gente já falou sobre esse assunto, mas gostaríamos de saber o que é que tem estudado e proposto sobre esse assunto para não cairmos no risco de repetirmos estudos, esforços, desperdiçando recursos públicos. Então, dessa maneira estamos dando o pontapé inicial e nada melhor do que termos os técnicos, os especialistas numa mesma sala, num mesmo ambiente que a

comunidade, a grande responsável pela preservação desse nosso patrimônio que são as Ruínas do Morro da Queimada e a Cachoeira das Andorinhas. Queremos ouvir da comunidade as suas manifestações, expectativas, idéias e sugestões. Daí a nossa decisão de fazer esta Audiência Pública. Isso poderia ser decidido nos gabinetes por meia dúzia, vindo de cima para baixo o projeto. Nós preferimos começar dando voz também a nossa comunidade que deve ser parceira o tempo todo em que este projeto estiver sendo elaborado. Quero, finalizar essa abertura, agradecer os vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto que, por unanimidade, aprovaram o requerimento de minha autoria para a realização desta Audiência Pública. Queremos agradecer a presença dos órgãos de imprensa da nossa cidade e da nossa região. Desta maneira, quero agradecer essa comunidade por ter ficado, apesar da frustração de quatro anos, estar novamente aqui presente, demonstrando que está, mais uma vez, dando um voto de confiança aos ocupantes do poder público do nosso município. Quero fazer esse agradecimento especial a nossa comunidade aqui que ficou frustrada da outra vez, mas que está nos dando o voto de confiança para que possamos implantar o nosso Parque Municipal o mais rápido possível. Dessa maneira, eu pergunto se alguns dos membros da Mesa quer fazer uso da palavra. Passo a palavra a Dr^a Celina Albano, nesta audiência, representado o prefeito municipal.”*Celinha*: “Boa noite a todos e a todas! É com imenso prazer que estou aqui representado o nosso prefeito Ângelo Oswaldo. Ele me pediu para dizer-lhes do interesse e do compromisso dele em, realmente, implantar, não só o Parque da Cachoeira das Andorinhas, mas também o do Morro da Queimada. Acho que o Kuruzu falou de algo muito importante que foi a mobilização, à vontade da comunidade em levar à frente esse grande empreendimento, mas que não houve, da parte da Prefeitura, esse mesmo interesse. Acho que estamos no momento agora diferente. É um momento muito especial que é ter realmente um prefeito com vontade política, empenhado em levar à frente este empreendimento. Acho que isso demonstra, o que estou dizendo, também com a presença significativa do secretariado, todos empenhados. Nós já fizemos reuniões entre nós e com o IPHAN, sendo que já recebemos pessoas da comunidade como o Chico Verde, o Paulo Tainha, o secretário Jaime Fortes, que está empenhadíssimo. Tudo isso é para que vocês

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

27
22



realmente dêem um voto de confiança ao poder municipal. É claro que eu sei que há uma história aí de anos e anos, mas é claro que chega o momento em que é a hora e a vez. Tenho certeza de que esse momento é que nós estamos iniciando hoje. Muito obrigado!" **Vereador Wanderley Rossi Júnior "Kuruzu"**: "Queremos anunciar a presença da Professora Iara Matos, museóloga e professora do CEFET. Queremos registrar a chegada do Secretário de Esportes, Lazer e Parques, o Dr. Jaime Fortes. Também quero registrar a presença do Secretário da Fazenda Lauro Magalhães Rache Ferreira e

a chegada do nosso Vereador Flávio Andrade. Vamos passar a palavra ao Dr. Otávio Elísio Alves de Brito, presidente do IEPHA. **Dr. Elísio Alves de Brito - presidente do IEPHA**: "Uma boa noite a todos! Eu quero me dirigir especialmente a vocês, moradores aqui da região e dizer o seguinte. Estou aqui hoje, não apenas como ouropretano que sempre viu a importância nesta região do Morro da Queimada e da Cachoeira das Andorinhas. Quero dizer que estou aqui, especialmente, pelo fato de que nós estamos no momento decisivo. As presenças aqui do secretariado completo do prefeito Ângelo Oswald, das lideranças desta região, da Câmara Municipal através do seu presidente o Vereador Wanderley Rossi Júnior "Kuruzu" e de alguns vereadores, já demonstram que essa reunião é para valer.

Ela é especialmente importante porque é uma Audiência Pública que é uma sistemática que a constituição nova introduziu de ouvir a população. Audiência Pública: ouvir o povo, ouvir a população para aqueles projetos que são importantes e que serão decididos pelo Legislativo e pelo Poder Executivo. Vocês é quem vão falar: Audiência Pública é para ouvir o povo. Por isso é que eu acredito que esse parque vai dar certo porque nele não vai ter nada apenas do Prefeito, nem uma decisão fechada da Câmara. Vai ser aquele parque que vocês quiserem que seja feito. Tenho a certeza de que vocês querem que ele seja feito por duas razões. Primeira: ele vai preservar esse patrimônio que está aqui que é de vocês. Em segundo lugar, é porque vocês estão decidindo que não basta preservar. Isso tem que ser preservado para o desenvolvimento dessa região. Se este parque existir mesmo, este ponto será um dos maiores atrativos turísticos de Ouro Preto. As pessoas virão aqui para vê-lo. Vir a Ouro Preto para ver o Museu da Inconfidência, a Igreja de São Francisco de Assis, muita gente já veio. Mas para ver esse parque, eles virão agora. A Ouro Preto turística começará aqui no Alto do Morro de São João. É por isso que estou aqui e acredito no projeto. **Vereador Wanderley Rossi Júnior "Kuruzu"**: "Queria registrar a presença do Sr. Neilon Bahia, representando aqui o Secretário Municipal de Educação, o Professor Sérgio Rafael. Registro também a presença da Professora Mírian Bahia que faz parte do Grupo de Trabalho para a Implantação do Parque. Pergunto se algum dos membros da Mesa quer fazer uso da palavra. Registro a presença do Vereador José Maria Germano, querido companheiro da Câmara Municipal de Ouro Preto. Se ninguém mais da Mesa quiser fazer uso da palavra, abriremos para a exposição e no final concederemos para algumas pessoas que quiserem a concessão dela. A primeira apresentação é do Juliano que, conforme já anunciamos é morador do bairro, estudante do oitavo período do curso de História e é um pesquisador desta área. Passo a palavra ao Juliano." **Juliano**:

"Nesta exposição, eu gostaria de que todos entendessem que, mais do que falar da História do Morro da Queimada e da importância do patrimônio histórico, sem dúvida alguma, é importante falar também da comunidade do Morro da Queimada que vem lutando por este patrimônio que há tanto tempo precisa realmente do desenvolvimento dessa área. Como nosso companheiro disse, eu esqueci o nome dele, que a construção do parque seja voltada para o desenvolvimento social e que a comunidade tenha participação ativa neste contexto. Além disso, como o Kuruzu disse, há tanto tempo que estamos lutando por isso, é o momento, aqui e agora, em que estão todos aqui reunidos, poderes públicos e comunidade, ao invés de como aconteceu no passado, em que se ficou acusando este ou aquele, por culpa de todo problema que afligia o nosso patrimônio, este momento é de unirmos forças para que as soluções para esses problemas venham de forma mais rápida e excelente possível, atendendo não só a comunidade do Morro da Queimada, Morro Santana e Morro São

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

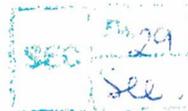


Sebastião do Morro São João, mas toda a comunidade de Ouro Preto. O patrimônio aqui pertence a todos. Tem que ser então um trabalho conjunto de força, de união, para que dessa forma ele saia rápido e bom.” A partir dessa fala, o Juliano começa a exposição. **Juliano**: “Eu acredito que tenha alguns que não conheçam. Essas imagens são de ruínas do Morro da Queimada. Esse local se chamava, outrora, Arraial de Ouro Podre e pertenceu a um ex-mascate português que se chamava Pascoal da Silva Guimarães. Ele se enriqueceu com o trabalho de ouro aqui nas regiões das Minas. O Morro da Queimada tem toda a essa amplitude dentro da história de Minas Gerais porque quando a coroa portuguesa resolveu implantar as casas de fundição nas regiões das Minas para regulamentar a cobrança de impostos, houve o seguinte: Descontentes com isso, Pascoal da Silva Guimarães e outras pessoas que eram lideranças na região, como por exemplo, Felipe dos Santos Freire, não concordam com essa cobrança de impostos, o que acabou levando a uma sublevação. O fim dessa sublevação foi que Pascoal da Silva Guimarães foi degredado, e o Felipe dos Santos acabou sendo executado de uma forma terrível: ele foi arrastado por um cavalo e, posteriormente, esquartejado. O local ficou conhecido como Morro da Queimada porque como a sublevação foi sufocada, o governador da província na época que se chamava Conde de Assumar, mandou atear fogo nas propriedades de Pascoal da Silva. O que se tem aqui é a imagem de uma mina que era utilizada para a retirada de ouro. É uma vista de dentro para fora. As fotos são de um morador do Morro da Queimada, Geraldo Pereira Graça Filho. Essa foto foi retirada dentro da mina. Esse buraco, de onde está saindo essa luz, recebe o nome de Sarilho e era utilizado para a entrada de ar e luz.

Aqui nós temos uma construção que era utilizada para moradia. Eram utilizadas para apurar o ouro e eram chamados de mundéus. Ali no seu interior, era colocada a água barrenta misturada com minério. Aquela abertura era fechada e tinha uma pequena abertura embaixo e, à medida que o material ia passando por baixo daquela abertura, eles iam verificando o ouro. Isso que vocês estão vendo é um problema da comunidade enfrenta que não tem água encanada. A mangueira vai passando é utilizada para abastecimento das casas. Isso é um provável moinho de vento. Visto de fora, a foto que o rapaz tirou não está bonita. Mas na foto retirada de perto vocês vêem uma enorme rachadura, ocorrida com o tempo. Se não for tomada nenhuma providência rápida, estará comprometido e poderá até cair porque essa rachadura, eu que passo constantemente pelo local, vejo claramente que ela está aumentando. Quem tem costume de conviver lá no local vê isso. Agora vou mostrar um pouco da região da Cachoeira das Andorinhas. O problema que vamos falar a seguir, ele demanda de alguns anos na cidade, pois devido à falta de um plano diretor que poderia regulamentar as construções e o crescimento da urbanização. Não houve a implantação desse Plano Diretor e o que aconteceu foi que a população mais carente tem, logicamente, que se abrigar nas encostas uma vez que, nas áreas mais urbanizadas da cidade, fica muito difícil devido aos preços dos imóveis e, realmente, também não cabe todo mundo. O que deveria haver? Igualdade para todos. Dever-se-ia criar uma infra-estrutura urbana na cidade, indiferente de qual região ela fosse. Como isso não aconteceu, nessas ocupações dessas encostas, os moradores têm dificuldades como recolhimento de lixo e tratamento de água e de esgoto. Essa nascente aí é uma das nascentes da Cachoeira das Andorinhas cujas fotos foram retiradas com a ajuda do presidente da Associação de Bairro do Morro de São Sebastião, o senhor Luís Gonzaga, que nos acompanhou. Essa nascente ainda não foi poluída, sendo uma das poucas que ainda se encontra despoluída e está fora do fluxo da água de esgoto. No caso dessa nascente aí, temos construções próximas a mesma, não havendo tratamento de esgoto nesta área. Seria necessário um trabalho neste sentido, tratando esse esgoto e despoluindo a região. Acredito que, posteriormente, o Ronald irá dar uma ênfase muito boa nisso aí. Essa serra abriga parte do lençol freático da Cachoeira das Andorinhas. Vemos uma mata muito densa que também deve ser preservada já que tem construções próximas ao local. Aí, pela falta de recolhimento do lixo... **(virou-se a fita)**... um desenvolvimento nessa área que, claramente, essas casas, que estão na parte de cima, possuem uma infra-estrutura muito ruim. Os caminhos são ruins para as pessoas passarem, a coleta de lixo não vai até esse local, a iluminação é precária e não há

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



redes de esgoto. Nesse caso, às vezes, nesta época de seca, a quantidade de água nas nascentes diminui, chegando até a secar. Às vezes a água não chega até a casa dos moradores porque é sem bombeamento e porque a água vai através de gravidade. Neste caso, o que o morador tem que fazer? Tem que ir até a nascente e abastecer sua água através de latas, carregando-as aos poucos até encher os seus reservatórios. Outra coisa que falta é uma infra-estrutura de lazer. Nesse caso, as crianças vão improvisando campos de terra, sendo que esse é o único que temos no Morro da Queimada. O Morro da Queimada, infelizmente, não tem nenhuma área de lazer nem mesmo uma pracinha. Isso é lixo que está lá no Morro da Queimada. Eu chamei a Naiara, que é assessora de comunicação da Câmara para me acompanhar e tirar as fotografias. As casas, que estão próximas a esses locais onde foram jogados esses lixos, as lixeiras se encontram a quase um quilômetro de distância. Outra coisa: Não tem iluminação pública. Já foi cobrada uma taxa de iluminação pública, têm

poucos postes. São cobradas taxas de abastecimento de água e de coleta de lixo, o IPTU dos moradores dessa região também é cobrado. Entramos nesta questão da preservação do patrimônio no tocante à memória e à cidadania. O que pretendemos com isso? O que se pretende conservar nesse contexto? Um bem o qual denominamos bem cultural. Nós recorremos a um historiador experiente nesse contexto, o Professor Rubiano Bezerra Menezes, ficou definida a seguinte questão: o que tem que se preservar, que pode ser considerado um bem cultural do patrimônio, tem que produzir benefícios de alcance social, ou seja, trazer algo de bom para a comunidade. Por que se preservar? Preservar para garantir às gerações futuras o direito à memória, resgatando em nosso presente as esperanças não realizadas no passado. Esse passado de que estou falando, num contexto do Morro da Queimada, do pessoal do Morro de São Sebastião, da Cachoeira das Andorinhas e do Morro Santana, não é um passado longínquo de trezentos anos igual tem o Morro da Queimada. Estou falando de esperanças de um passado de oito anos para cá que, de certa forma, essa comunidade foi abandonada, logo resgatamos a nossa esperança e temos uma perspectiva de que isso agora possa ser resolvido. Então, por que preservar? Para todo o cidadão. A nossa preocupação é que não haja uma inversão de valores nesse contexto, ou seja, os bens culturais institucionalizados, têm que existir em função das pessoas, dos seres humanos, ou seja, o ser humano não pode ser refém do patrimônio. Ele é algo inerente ao homem, portanto, ele tem que existir como cunho de benefício social, não criando, de forma alguma, uma inversão de valores neste contexto. Quem preserva? Eu diria que todos, porque todos têm que participar

dessa preservação. Isso está previsto, inclusive, na constituição brasileira. O artigo 216, parágrafos 1 e 2, diz que todos os segmentos sociais devem participar desse contexto da preservação do patrimônio. No Morro da Queimada, os moradores tiveram uma experiência recente, interessante neste contexto com a participação do primeiro Fórum das Artes em Ouro Preto, onde montaram uma exposição para contar a história do Morro da Queimada. Durante o tempo que trabalhei, junto com eles, no trabalho de montagem da exposição, no trabalho de pesquisa, o que eu percebi, eu falo por eles, que estão próximos a mim, é um laço afetivo muito grande, não só com o bairro, mas em ver o patrimônio preservado também. A preocupação é que, de forma alguma, isso gere algum ônus para a comunidade. É de conhecimento dos órgãos públicos de Ouro Preto que dessas pessoas estão impedidas de até mesmo fazerem melhorias em suas casas devido à falta de definição que há quanto a essa preservação. Nós vemos aqui o Sr. Vicente de Paula que está presente, o morador mais antigo do bairro. Ao fundo é alguns dos quadros que nós colocamos na exposição do Fórum das Artes. Eles foram pintados por moradores do bairro e por alunos da UFOP. Esse é o Geraldo Pereira das Graças, pedreiro morador da região do Morro da Queimada, que está mostrando a construção de pedras que ele começara há cerca de quatro anos, que é constantemente confundida com ruínas históricas. Ele argumenta que a sua intenção é seguir o estilo da comunidade local, pois assim ele pensa não estar agredindo o patrimônio. Aqui nessa região de Ouro Preto, essa pedra de canga tem um problema porque rapidamente ela adquire um aspecto de antigüidade devido a algum

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



temperismo biológico da própria natureza do material. Ele mostra que, na propriedade dele, tem uma mina que estava cheia de lixo. Ele com esforços limpou esse local. Todos os dias ele procura proteger esse patrimônio. Essa maquete foi construída pelo Geraldo Pereira Graça, sendo também apresentada no fórum das artes, juntamente com a exposição de quadros. Ali é mais um quadro. A tela tem paisagens que lembram o Morro da Queimada. A Capela de São João, onde conta a historiografia, que ali acampou a bandeira de Antônio Dias, também foi uma tela pintada por uma estudante que trabalhou em parceria conosco no Fórum das Artes. Quero agradecer a todos aqui por essa oportunidade, dizendo, em nome das comunidades do Morro da Queimada, do Morro de Santana e do Morro de São Sebastião, que estamos muito esperançosos e dispostos a colaborar, da forma que for possível, no desenvolvimento desse trabalho. **Vereador Wanderley Rossi Júnior "Kuruzu"**: "Queremos agradecer essa exposição do Juliano e passar

para a próxima exposição a ser feita pelo Dr. Benedito Tadeu, diretor do IPHAN. Antes foi ler uma carta do chefe do gabinete da Presidência do IPHAN: 'Prezado Benedito, conforme entendimentos mantidos e, a pedido do senhor presidente do IPHAN, solicito encaminhar para o seu conhecimento as seguintes informações referentes ao documento O Parque Arqueológico do Morro da Queimada de sua autoria. 1- Prazo de execução da proposta; 2- custos decorrentes de projeto e de intervenção, se possível; 3- resultados efetivos até o final de dois mil e cinco. Além dessas questões, detalhar informação expressa na página três do referido documento o qual indica, entre outros impactos decorrentes da realização do projeto, a melhoria da qualidade de vida e da inclusão social das comunidades vizinhas por meio da relação de emprego e renda, bem como da sustentabilidade econômica do empreendimento. No aguardo de suas informações, subscrevo-me. Atenciosamente, Marcelo Brito, chefe de gabinete da presidência do IPHAN'. Aproveito e registro as presenças de: Dr^a Ângela Xavier, presidente e fundadora da AMA- Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Ouro Preto; Dr^a Sílvia Martinez, presidente da Regar- Rede de Gênero e Geração de Ouro Preto; a presença da família Toledo, parceiros e proprietários de parte da área do parque, preservando-a com recursos próprios há dezoito anos; Luís Armando, que é proprietário também de parte da área de parque. Ele é sócio do Carlos Niquini nesta propriedade. Ele é engenheiro formado na UFOP. Vamos passar agora à apresentação do Benedito Tadeu -Diretor do IPHAN." **Benedito Tadeu- Diretor do IPHAN**: "Antes de entrar no assunto do Morro da Queimada, quero fazer uma pequena ilustração de outros parques arqueológicos em alguns países. Esse é um exemplo do Parque Ecológico de Pompéia uma cidade da época romana que foi soterrada no ano setenta e nove depois de Cristo. Na abertura de uma estrada, no ano de mil setecentos e trinta e oito pelo rei Carlos de Bourbon, foram descobertos alguns indícios dessa cidade soterrada que era contada em livros. A partir do século dezoito, justamente na época do incêndio do Morro da Queimada, começam as escavações. Hoje se tem um grande sítio arqueológico. Em cima, temos as imagens de alguns templos e embaixo de algumas residências. Essa é uma outra cidade vizinha a Pompéia, Herculano, também soterrada no mesmo ano, setenta e nove depois de Cristo. Ela foi descoberta um pouco antes, em mil setecentos e nove, quando o príncipe da Áustria começou a fazer um poço artesiano e se deparou com algumas paredes do anfiteatro romano. A diferença entre Herculano e Pompéia é que a primeira é uma cidade balneária onde os romanos passavam seus finais de semana; Pompéia era cidade mais comercial. Essa é uma imagem também do fórum romano que também começou a ser revelado no século dezoito e até hoje as escavações continuam. Nela encontramos diversos templos de diversos imperadores romanos. Essas são imagens dos diversos sítios arqueológicos de Atenas do quarto ano antes de Cristo e alguns sítios também da época dos bizantinos. Esse é outro sítio arqueológico a vinte quilômetros do Cairo onde vê a presença de pirâmides e túmulos

dos faraós. Esse é um sítio arqueológico do Canadá, da cidade de Alberta, que tem algumas semelhanças com o Morro da Queimada já que era uma mina de carvão que começou a ser explorada em mil novecentos e cinco. Na década de trinta, ali ocorreu um grave acidente com a morte de muitos operários. Depois, com o exaurimento da mina, fora transformado também em um

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

31
Set.



sítio arqueológico. A história do Morro da Queimada começa no dia dezoito de julho de mil setecentos e dezessete, quando o Conde de Assumar anuncia a instalação das casas de fundição pela coroa portuguesa. No dia vinte e cinco de junho de mil setecentos e vinte, tem início dessa edição liderada por Felipe dos Santos. Em dezesseis de julho o Conde de Assumar entra em Vila Rica por volta das onze horas da manhã à frente de mil e quinhentos homens e inicia o incêndio do Arraial do Ouro Podre que, a partir desse incêndio, passa a se chamar Morro da Queimada. Dezenove de julho, Felipe dos Santos é enforcado e esquartejado, sendo que seus pedaços são espalhados pela cidade. Dezenove de abril de oitenta e oito, numa terça-feira, o imperador D. Pedro segundo anota no diário dele: 'Antes de chegar à cidade, passei pela antiga Vila Rica, muralhas arruinadas que lembram epopéia.' Trinta de dezembro de sessenta e oito, inicia-se a preocupação com a preservação do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas. Tem um Decreto -Lei Nº 305 da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Em mil novecentos e oitenta e nove, o IPHAN inclui na sua área de tombamento o Morro da Queimada. Em junho de mil novecentos e noventa e três, existe a proposta da criação da área municipal de proteção ambiental da Cachoeira das Andorinhas e do Morro da Queimada. Em mil novecentos e noventa e cinco, é esboçada uma minuta de um anteprojeto de lei da criação do Parque Ecológico do Morro da Queimada pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Em fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, existe um projeto de melhoria e recuperação ambiental da Cachoeira das Andorinhas. Em setembro de dois mil e um, é feita a delimitação da área de proteção do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas e do Morro da Queimada. Em abril de dois mil e três, a missão dos técnicos do Centro de Patrimônio mundial que a UNESCO enviou a Ouro Preto recomenda, em julho de dois mil e três, de Paris, a preservação do sítio arqueológico do Morro da Queimada. Em doze de novembro de dois mil e quatro, o comitê consultor de Ouro Preto, coordenado pelo IPHAN, constitui os seguintes grupos de trabalho: captação de recursos que vai ser transformado num grupo de trabalho de projetos institucionais, pesquisas históricas, regularização fundiária, habitação, relação com a comunidade e implantação física. Dentro da conceituação da implantação do Parque Arqueológico, essas são as diversas intenções. É o redimensionamento da natureza e ampliação do escopo das pesquisas históricas com a introdução da metodologia e do objeto da disciplina da arqueologia. A criação de programas das escavações arqueológicas será uma importante fonte de dados da cultura material da história da mineração, podendo induzir a uma revisão significativa da história mineira e da mineração. A proteção e gerenciamento das ruínas das primeiras edificações de Ouro Preto: criação de um museu arqueológico das cidades surgidas durante o ciclo do ouro. Preservação da memória de Felipe dos Santos e da sedição de mil setecentos e vinte e ampliação dos conhecimentos históricos no século dezoito. Criação de uma opção diferenciada de turismo fora do circuito tradicional, contribuindo para uma maior permanência dos visitantes na cidade. Proteção de parte significativa da moldura paisagística do conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto. Melhoria da qualidade de vida e da inclusão social

da comunidade vizinha por meio da geração de emprego e de renda, bem como da sustentabilidade econômica de empreendimentos. Início da consolidação do Parque Municipal da APA da Cachoeira das Andorinhas, preservando e recuperando os diversos recursos já existentes. Segundo levantamento recente do arqueólogo Carlos Magno, noventa por cento dos vestígios arqueológicos do Morro da Queimada já foram dilapidados. O sítio continua dotado de rara beleza natural a partir do qual se tem a visão privilegiada do centro histórico de Ouro Preto e do Pico do Itacolomy. O Morro da Queimada está para Ouro Preto; assim como Acrópolis está para Atenas e o Palatino e os antigos fóruns estão para Roma. É um projeto que tem praticamente o apoio universal na cidade. São diversas Ongs como o Projeto Manuelzão, a FAOP, AMA Ouro Preto e instituições a começar pela Unesco, UFOP, Prefeitura, IEF, Câmara Municipal de Ouro Preto, ministério público estadual e a Paróquia de Nossa Senhora do Pilar. Tem o amplo apoio de muitas comunidades e instituições. É um projeto que necessita e deve ser implantado. Muito obrigado!" **Vereador Wanderley Rossi**

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



Júnior "Kuruzu": "Agradecemos a apresentação do Dr. Benedito, diretor do IPHAN aqui em Ouro Preto. Vamos agora assistir à exposição do Roninho, Ronald Guerra, diretor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente." **Ronald Guerra, diretor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:** "Boa noite a todos! Muita gente aqui me conhece. Para mim, é uma satisfação muito grande estar trabalhando atualmente na Prefeitura de Ouro Preto na Secretaria de Meio Ambiente, principalmente pela oportunidade de podermos estar fazendo aquilo que eu sempre faço do lado de vocês, do lado do cidadão que lutei para estarmos construindo aqui na região. Agora mudou muito o contexto. Todas as pessoas, que estão participando dessa equipe de governo, que é uma equipe séria, estão empenhados, principalmente como

cidadãos de Ouro Preto para a implantação do Parque Arqueológico da Cachoeira das Andorinhas e das ruínas do Morro da Queimada. Complementando aquilo tudo que já foi exposto, tudo que se está discutindo, com relação a essa região, vem de um histórico de ações, de envolvimento e de participação de diversas pessoas. Esse histórico foi inclusive apresentado no estudo técnico de elaboração da redelimitação da área em dois mil e um através também de uma audiência pública que há quatro anos aconteceu aqui. Isso é um histórico e uma atenção grande dos trabalhos que foram realizados. Nós não estamos aqui discutindo uma proposta que surgiu recentemente. É um conjunto de ações que foi culminando nas propostas atuais. Como o Benedito colocou, nós tivemos uma reunião em que foi implantado um grupo de trabalho institucional da Prefeitura Municipal de Ouro Preto que, a partir da avaliação de um momento presente e de todos os acontecimentos, aquilo que foi caminhando com relação ao IPHAN, decidiu também com uma reunião com o IPHAN, que a questão do Parque Arqueológico do Morro da Queimada como um assunto específico e o Parque Natural Municipal da Cachoeira das Andorinhas ou Cachoeira das Andorinhas como um assunto também específico. Um tratado no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e o outro no âmbito do IPHAN como um conjunto arqueológico. Vou aproveitar para apresentar a nossa secretaria recentemente que foi criada agora no atual governo. Isso é muito bom porque valoriza plenamente as questões ambientais

pela Celina Pedrosa dentro do Município. Apresento a Secretária Municipal de Meio Ambiente, Silviane Rodrigues Pedrosa, a Tita Pedrosa, eu estou como diretor de meio ambiente. Nós formamos uma equipe técnica com uma assessoria de planejamento e projetos que é a Polyana que está presente aqui. Ela é engenheira e arquiteta. Tem uma assessoria técnica em habitação ambiental com a Maria das Graças, que todos conhecem. Uma pessoa dedicada à educação e ao meio ambiente que é a Filinha. Um assessor técnico que está envolvido mais na orientação e na discussão do licenciamento ambiental e controle ambiental dentro do Município. Eu já falei um pouco do que foram as ações e que foi criado esse grupo que é coordenado pelo IPHAN e envolve a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Patrimônio e Cultura, a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, a Secretaria Municipal de Esportes e lazer. Agora eu queria lembrar, o Benedito já começou a discutir isso, que estamos falando de um conjunto de áreas que tem uma ligação muito forte entre uma e outra, o qual chamamos de mosaico de unidade de conservação. Algumas já implantadas como decreto e melhores condições do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas. Eu vou me atentar somente à questão do parque que é uma lei vaga de sessenta e oito, que define um quilômetro de raio do entorno da Cachoeira das Andorinhas e, neste caso, o parque está inserido numa região que é a APA das andorinhas que está atualmente, desde de dois mil e três, nas proximidades de uma nova unidade de

uma nova conservação que foi criada pelo Governo do Estado que é a Floresta Estadual do Aimi que está contida dentro da área da APA que é o entorno de São Bartolomeu. Vale registrar aqui também que tudo que acontece aqui tem uma ligação muito forte com o Distrito de São Bartolomeu que é todo o entorno dessa região também. Acho que até isso está muito interligado e está também na região que é da Bacia Hidrografia do Rio das Velhas e contido em todo um sistema nacional de regulamentação que é um sistema de conservação. Aqui é a bacia do Rio das Velhas, vou passar



rápido mais para estar dando uma idéia macro do posicionamento de Ouro Preto. Essa região é a cabeceira do Rio das Velhas justamente a região onde está situada a APA das Andorinhas e o próprio parque. Uma vista dessas nascentes altas do Rio das Velhas cujos córregos quase todo mundo conhece. Aqui se tem uma visão geral do município de Ouro Preto. Tem-se aqui também um parte dos municípios de Itabirito e Mariana e as unidades de conservação que estão localizadas no entorno de Ouro Preto que fazem parte deste mosaico. Estão o Parque do Itacolomy, a estação ecológica do Tripuí, a APA do seminário menor de Mariana que tem uma importância relevante com a região. O entorno da APA das Andorinhas e da região da Floresta do Aimi. Onde está o Parque Municipal é justamente às margens do bairro de São Sebastião. Uma visão mais localizada do centro urbano de Ouro Preto. A área que está delimitada para a formação do Parque e a área ao lado que é a Fazenda da Brigina, uma área de preservação da Universidade Federal de Ouro Preto. O azul clarinho demarca o limite da área do Parque da Cachoeira das Andorinhas que foi apresentado neste estudo de dois mil e um com todas as entidades, como o Benedito citou, que participaram e fruto da Audiência Pública de dois mil e um. A área de preservação em verde é a área da Fazenda da Brigina que está em torno do parque. Vou passar umas fotos rápidas da área da Cachoeira das Andorinhas. Muitas pessoas conhecem: a pedra do jacaré. Esse é o último tombo de cerca de sessenta metros que é o Véu das Noivas, parte abaixo da Cachoeira das Andorinhas é uma foto de perto. A região do vale abaixo à região da Cachoeira do Véu das noivas. Vocês podem ver um conjunto de vegetação maciça. Isso é uma situação muito importante para a preservação no nosso município. Toda essa área de mata atlântica, fotos da própria região. Essa foto já mostra o vale das nascentes altas do Rio das Velhas que é o vale da APA das Andorinhas que é uma foto justamente do platô da Cachoeira das Andorinhas. Aí já o rio abaixo, começando a formar o ribeirão. Uma foto aérea da justamente Cachoeira das Andorinhas, o platô está lá em cima e do segundo tombo do Véu da Noiva. Isso é uma foto do helicóptero. Uma foto da área onde será implantado...” **(trocou-se a fita) Secretário da Cultura Sérgio Lélis:** “... da região de Ouro Preto do compromisso dessa questão com a proteção do patrimônio histórico é muito essencial desse projeto assim como o Toninho... (...inaudível) ...do Parque das Andorinhas, a Secretaria de Cultura e Patrimônio vai dar especial atenção ao Parque Arqueológico do Morro da Queimada que já era um projeto da gestão anterior do Angelo Oswaldo. Acreditamos que assim cada secretaria na sua área dando atenção específica ao desenvolvimento do projeto, mais à frente, quando ele já estiver desenvolvido e concluído, poderemos até mais, para que a coisa aconteça, esse trabalho vai merecer dedicação especial de cada uma das secretarias específicas. No caso do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, já existe como foi mostrado pelo IPHAN e já pelo que foi relatado, de uma Audiência Pública anterior que iniciou uma série de estudos que vão acontecer. A Secretaria de Cultura e Patrimônio, por sua vez, já fez uma coleta de diversos trabalhos existentes e dos estudos feitos que estão servindo para subsidiar o trabalho que volta que passa a acontecer dentro da Prefeitura e em parceria, no caso específico do Parque Arqueológico. Um dos problemas que a Prefeitura vai ter que enfrentar é a questão fundiária. A Secretaria de Cultura e Patrimônio, já foi determinado o início dos levantamentos necessários para enfrentar essa questão. Uma outra medida, que também já está sendo estudada é o tombamento municipal do Parque Arqueológico do Morro da Queimada. É como se... (...inaudível...) ...e facilitando inclusive a captação de recursos necessários à efetivação dos trabalhos. Quando nós olhamos para trás e não olhamos por Ouro Preto, a nossa preocupação junto à frente da Secretaria de Cultura e Patrimônio é para a frente, é para fazer acontecer, é tirar do papel, é resolver os problemas. Então, trago aqui essa decisão de que o Parque Arqueológico do Morro da Queimada vai ser coisa real que vai acontecer e, com toda a certeza, o Parque da Cachoeira das Andorinhas também. Tenho a certeza absoluta e me dá uma tranquilidade em afirmar isso de público na frente da Câmara, pela presença aqui que foi destacada de uma parte significativa da comunidade, das instituições locais, a equipe do Poder Executivo e do Poder Legislativo, a universidade com seus órgãos estaduais e federais. Isso mostra, com certeza, a



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

vontade política de levar aquilo que a comunidade quer e o que ela precisa em todos os sentidos. Os potenciais culturais, arqueológicos e turísticos dessa área são realmente muito grandes e a implantação efetiva disso vai trazer emprego e renda. Não só para a comunidade local, mas para toda a comunidade de Ouro Preto. Muito obrigado!” **Vereador Wanderley Rossi Júnior “Kuruzu”**: “Agradecemos as palavras do Secretário de Cultura e Patrimônio, Sérgio Lélis. Nós vamos ouvir aqui as palavras dos três representantes das comunidades vizinhas aqui do Morro da Queimada e da Cachoeira das Andorinhas. O presidente da Associação de Moradores do Morro de Santana, a representante da Associação de Moradores do Morro da Queimada e o presidente da Associação de Moradores do Morro de São Sebastião. Vamos assim, num gesto de cavalheirismo, passar a palavra a Dona Maria do Carmo.” **Dona Maria do Carmo**: “Senhoras, senhores e autoridades presentes! Em nome da Comunidade do Morro de Santana, quero me congratular com esse evento acreditando que ele seja o trampolim para que esse parque passe do sonho para a realidade. Acredito que esse parque venha realmente beneficiar principalmente os moradores locais. O que muitas vezes acontece é que lançam um projeto desse pronto e pessoas que nada tem a ver com o local se beneficiam e moradores, entre aspas, ficam a ver navios. Penso também que após a implantação desse parque haverá geração de empregos e será um ponto turístico, sendo que o turismo é sem dúvida, uma indústria sem chaminé. Uma indústria sem chaminé, quando bem direcionada, quando bem trabalhada, parte para mexer no social fazendo com que as pessoas possam usufruir e que fique na memória não só da nossa época, mas na de todas as pessoas que vierem participar desse projeto. Eu quero mais uma vez parabenizar aos promotores desse evento e agradeço em nome da comunidade, desejando realmente que isso seja uma realidade. Muito obrigada!” **Vereador Wanderley Rossi Júnior “Kuruzu”**: “Agradecemos as palavras da Dona Maria do Carmo e, continuando aqui o nosso gesto de cavalheirismo, passamos a palavra a Zazá, Elisângela, que é membro da Associação dos Moradores do Morro da Queimada, representando o presidente que é o Vicente.” **Elisângela**: “Boa noite! Vou falar aqui em nome da comunidade. Estamos muito felizes com a criação desse parque porque será algo para nós recebermos os turistas no nosso bairro. Só que aí, os moradores vão ser os primeiros a cumprimentar os turistas. Somos nós, os moradores que vamos lhes dar boas vindas. Como forma de colaboração da criação do parque nós apresentamos as seguintes propostas: uma promoção de eventos em que desenvolveremos um trabalho de conscientização sobre o patrimônio e o meio ambiente. Iremos também promover uma limpeza no parque com a ajuda do IPHAN, Prefeitura, a Secretarias do Meio Ambiente, a Secretaria de Esportes pela falta de lazer que tem no bairro. Vamos também ajudar os técnicos a identificarem as áreas para as possíveis construções e criação da infra-estrutura urbana. Gostaria de pedir também aos órgãos competentes que ajudassem a associação e os moradores a desenvolverem esse trabalho de conscientização porque não adianta só falar que o povo não ajuda. Se não tivermos um a mão dos mais fortes para nos ajudar a conscientizar, fica difícil. Não é só querer; tem que nos ajudar também a conscientizar. Sobre a questão das casas que se encontram na área de preservação, apresentamos as seguintes propostas, sendo que são seis casas, parece-me. Que essas casas ou elas fiquem no local e que se crie um projeto com infra-estrutura para receber os turistas ou se elas forem realocadas que sejam realocadas para dentro do bairro em áreas próximas a onde elas estão atualmente, desde que seja construída uma infra-estrutura adequada. Lá, infelizmente, gente, os moradores estão aqui presentes, não é um local adequado porque se uma pessoa adoecesse tem que descer carregado, se fizerem uma compra a pessoa até desanima em fazer a entrega quando se fala que é lá no alto. Lá não tem rua calçada. À noite lá é muito difícil. A rua é toda esburacada, não tem água e nem esgoto. É uma situação precária. O lixo realmente foi mostrado aí. Então que olhem com carinho essa questão das casas que têm que ser realocadas. Pedimos também que sejam observadas essas duas propostas, pois elas beneficiam a comunidade criando empregos na área de construção. Vamos pedir também aos órgãos competentes que, a partir do momento em que já estiverem com esse pensamento e com a definição de que se vai criar esse parque, esse parque seja



criado com a parceria da comunidade. Porque, hoje no caso, os principais vigias somos nós os moradores. Tem o pessoal da Fundação Gorceix também, no entanto eu digo assim porque se não fossem os moradores teriam mais construções lá. São os próprios moradores de um certo tempo para cá que estão tomando consciência disso e conscientizando todo o povo de lá. Então, eu pediria que esse sítio fosse construído sim, mas em parceria com a comunidade. Igual à Maria do Carmo falou, que seja beneficiada também a comunidade porque não adianta vir os grandes de fora e a comunidade ficar por trás. Muito obrigado!” **Vereador Wanderley Rossi Júnior "Kuruzu":** “ Rogério está lembrando que é preciso que haja a devida e possível agilidade no processo para que a comunidade não tenha, conforme, já dissemos no início, continuar naquele sofrimento, naquela amargura e naquela indefinição de arrumar ou não arrumar as suas casas; se vão ou não ter que sair do local. A notícia, que nós temos, é que as construções das casas começarão dentro de dois ou três meses. A Câmara Municipal de Ouro Preto vai devolver cerca de um milhão de reais à Prefeitura. Desse dinheiro, que será devolvido, cerca de trezentos mil, o Prefeito Angelo Oswaldo concordou em investir na construção daquelas casas. Então, agora, tem gente séria, responsável que respeita o povo à frente da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Podem estar certos de que, o mais rápido possível, serão iniciadas as construções das casas. Nós agradecemos e, mais do que compreendemos, endossamos as palavras dos senhores Rogério e Vicente aos quais nós acompanhamos esse sofrimento com essa indefinição. Passo a palavra para o Luís Gonzaga que é o presidente da Associação de Moradores do Morro de São Sebastião.” **Luís Gonzaga- Presidente da Associação de Moradores do Morro de São Sebastião:** “Boa noite a todos! Estou representando a Associação de Moradores do Morro de São Sebastião. Como defensor dessa localidade, vocês falaram muita coisa boa aqui. Só que disso tudo que você falaram, não vai adiantar nada se não fizerem coleta de esgoto como eles mostraram aqui. No governo passado, fizeram sessenta por cento de esgoto. Justificaram que era para proteger a nascente do Rio das Velhas. Uma grande mentira porque quem for ao Morro de São Sebastião vai saber perfeitamente que, todas as casas que atingem a nascente do Rio das Velhas e aquelas coisas bonitas que vocês viram, é mentira porque não fizeram nada lá. O esgoto lá escorre a céu aberto. Quando os dois meninos ali me procuraram para mostrar lá, eu mostrei apenas duas nascentes. No entanto, há mais de dez nascentes. Só que se não tiver fiscalização, a ajuda da comunidade, investimento e outra coisa que não falaram aqui: eu fui à Câmara Municipal de Ouro Preto no dia vinte e quatro de janeiro e quero aproveitar e agradecer ao Presidente Vereador Wanderley Rossi Júnior "Kuruzu" e a todos os vereadores. Não vou me justificar muito. Há cinco anos faço um trabalho voluntário com as crianças do Morro de São Sebastião e a última prefeita que passou por aí só reconheceu o meu trabalho faltando quatro meses para a eleição. Eu fui lá e apenas pedi lanche para as crianças, pois faço um trabalho voluntário para as crianças a fim de tirá-las das trocas e terem um mundo melhor e tem uma quadrinha lá de três ou quatro proprietários de terrenos que estão vendo as dificuldades existentes no local. Nós fazemos esse trabalho gratuito. São três~ pessoas que doaram o terreno para esse trabalho gratuito. Eu quero parabenizar aos dez vereadores que aprovaram aquele lanche lá que é de grande importância para os meninos que ficam lá de quatro a cinco horas. Voltando ao assunto, aquele que nenhum de vocês falou que é a segurança. A segurança, para mim, é a coisa mais importante que tem que ter. Nós não temos segurança nenhuma. Quando você conversa com o Major Janeiro ele faz até a parte dele mas responde que não tem número de efetivo. Às vezes a rádio patrulha passa uma ou duas vezes. Quando acontece um problema, ela passa dois ou três dias depois. Some; não passa mais. Nós da comunidade estamos muito bem unidos: Morro da Queimada, o Morro de Santana com a Maria do Carmo. Se vocês forem fazer qualquer coisa na Cachoeira das Andorinhas, Morro da Queimada, Morro de Santana e Morro São João, não tentem passar por cima de nós. Nós fomos eleitos assim como os vereadores, justos e votados. Então, vocês têm que primeiro nos chamar, pedindo a opinião da comunidade, pois ela tem direitos regidos pela lei. Quando se faz uma assembléia geral, ela tem direito de dar palpites. Portanto, antes de fazer,

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



pelo amor de Deus. No Morro de São Sebastião teve um estupro e oito assaltos em apenas um mês e meio. Então, por favor. Eu fui à Câmara Municipal de Ouro Preto e talvez tenha estragado um pedido perante o prefeito e perante a Câmara Municipal de Ouro Preto, pois poderia ter pedido uma obra, mas pedi, em primeiro lugar, segurança. Pelo amor de Deus, olhem a segurança. O Roninho aqui, eu acompanho o trabalho dele há uns quinze anos, ele é um lutador nato em nome da Cachoeira das Andorinhas e destas regiões. Ele foi assaltado lá. No Morro de São Sebastião tinha, há vinte anos atrás, em que se poderia chegar e pular na água. Hoje, se você pular lá, cai na pedra. Então, nós temos idéias também. A comunidade tem idéias para se trabalhar o lado social. Oficinas para ensinar às crianças, como eu ensinei lá gratuitamente. Quando eram vinte ou trinta crianças era uma coisa, mas hoje há mais de noventa, logo eu preciso da ajuda dos poderes. Fui pedir-lhes e quero agradecer a todos que ajudaram com a indicação. Quero agradecer e acredito que Angelo Oswaldo vá fazer isso agora porque ele é um defensor nato. Eu não puxo o saco, não tenho rabo preso e não sou partidário a ninguém. Então, pelo amor de Deus, a segurança em primeiro lugar. Muito obrigado!” **Vereador Wanderley Rossi Júnior "Kuruzu":** “Agradecemos as palavras do Luís Gonzaga que foram realistas e de quem mora aqui na região. Agradecemos assim as palavras do Luís Gonzaga, presidente da Associação de Moradores do Morro de São Sebastião. Passamos agora a ouvir aquelas pessoas que quiserem se manifestar sobre o assunto. Vamos estabelecer um teto para a reunião? Enquanto isso, eu quero registrar a presença do José Cláudio que, quando eu era estudante em mil novecentos e oitenta e seis e cheguei aqui, já nos chamava para fazermos caminhadas e catarmos lixo aqui na Cachoeira das Andorinhas. Ele é um dos fundadores da AMA Ouro Preto. José Cláudio, Chico Verde e Carlos Versiani que são uns dos fundadores da AMA Ouro Preto. Registro a presença, se eu errar aqui alguém me corrija, pois a reunião está transcorrendo dentro de uma certa informalidade, o nosso Padre Marcelo, pároco da Igreja de Santa Efigênia. Muito nos honra a presença do pároco da Igreja de Santa Efigênia. É muito importante essa participação da igreja e das lideranças religiosas aqui conosco. Registro a chegada do nosso vereador, atual Secretário de Obras, Júlio Pimenta. Então, estão inscritos: o Paulo, Tainha, que é o primeiro a falar. Mas antes do nosso amigo Paulo falar, vêm se dá para colocarmos como teto qual horário. A sugestão de um horário para terminarmos a reunião. Agora são vinte e uma horas. Vinte e uma horas e trinta minutos está bom? Vinte e duas horas? Temos duas sugestões: uma de vinte e uma e trinta e outra de dez. Vamos então fazermos até as vinte e um e quarenta e cinco? Pode ser? Quando for vinte e uma e trinta, damos um toque e faremos mais quinze minutos para o encerramento. Tudo bem? Vai falar primeiramente o Paulo, Tainha, depois a Iara Matos e em seguida o Secretário Vitório Lanari. Vamos usar o bom senso. São trinta minutos. Deles, três minutos para cada, podendo se acrescentar mais dois, totalizando cinco minutos. Quando derem os três minutos, daremos um toque para a pessoa concluir a fala.” **Paulo, Tainha:** “Boa noite! Eu sou o Paulo e acho que os primeiros estudos sobre a Cachoeira das Andorinhas foram desenvolvidos por mim, o professor de geologia da Universidade Francisco Frade e o historiador José Efigênio Pinto Coelho, em mil novecentos e noventa e três, há onze anos atrás. Não deu em nada, tudo bem. Agora eu só queria me dirigir ao diretor do IPHAN aqui e lhe dizer repetidamente que o IPHAN não faz nada e nunca fez nada... (**virou-se a fita**).... **Secretário Municipal de Turismo, Indústria e Comércio- Vitório Lanari:** “...Como foi falado pelo Otávio Elisio, temos que ter outras alternativas para segurar o turismo por mais tempo aqui na cidade de Ouro Preto. Uma delas é exatamente o ecoturismo que passa também pela preservação das nossas ruínas arqueológicas. Fico muito satisfeito ao ouvir a Dona Maria do Carmo, a Rosângela e o Luís na fala deles, na perfeita compreensão de como o ecoturismo tem que ser explorado. Ele tem que ser, em primeiro lugar, bom para a comunidade. Se ele não estiver em perfeita sintonia com o desenvolvimento do turismo e da comunidade, de nada vai adianta um grande projeto de turismo porque a coisa não vai funcionar. Vocês podem ter a certeza de que, dentro desse trabalho que estamos retomando agora, depois de quatro anos de abandono, vamos dizer assim, é um trabalho conjunto com a comunidade

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



e que nós vamos construir juntamente com vocês. A razão desta Audiência Pública, e eu acho que é importante essa presença maciça que vemos aqui, pois eu fiquei realmente emocionado em ver essa quantidade de gente aqui reunida a fim de discutir, ouvir e trocar idéias acerca desse grande projeto. Podem ter certeza, Tainha, de que essa vai ser a primeira de várias outras discussões que a Prefeitura e o grupo de trabalho que está desenvolvendo esse projeto vai executá-lo. Nada vai ser de cima para baixo e nada vai ser empurrado goela abaixo. Parabênzo o Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto pela iniciativa. Então, passo-lhes esta tranqüilidade de que a Prefeitura, com toda a presença maciça do secretariado hoje aqui, está mostrando que realmente queremos fazer acontecer junto com vocês e que, da parte da Secretaria de Cultura, o projeto que sair para o desenvolvimento do turismo vai privilegiar, antes de qualquer coisa, a comunidade do Morro da Queimada, Morro de Santana, Morro de São Sebastião e do Morro de São João. Muito obrigado!"

Vereador Wanderley Rossi Júnior "Kuruzu": "Agradecemos as palavras do Secretário de Turismo, Indústria e Comércio, Dr. Vitório Lanari. Passamos a palavra ao Professor César, da Universidade Federal de Ouro Preto." **Professor César:** "Muito obrigado! Boa noite a todos! Estou profundamente emocionado com este momento porque eu vejo aqui não uma grande mobilização do poder público municipal, seja através do

secretariado ou através dos vereadores. Inclusive do presidente, pois a presidência desta Audiência Pública está com o Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto. Mas, além deste nível de conscientização dos presidentes das associações de bairro, que colocaram com clareza a questão do problema. Sou professor da Universidade Federal de Ouro Preto do Departamento de Geologia e trabalho com interpretação de imagens de fotos aéreas. Quero dizer-lhes o seguinte: A foto mais antiga que temos de Ouro Preto é de mil novecentos e cinquenta e três. O que acontece é o seguinte: naquela época, na Vila Aparecida, não existia uma única casa. A única que existia era a dos Inconfidentes. O Morro da Queimada, naquela época, como foi falado durante quase toda exposição, a parte das ruínas foi invadida e sobre ela foram construídas casas. Hoje resta pouca coisa, mas ainda resta. No Veloso, a área do Veloso é dez vezes maior do que era em mil novecentos e cinquenta e três. Então, o que é que aconteceu com nossa cidade? Tornou-se uma pintura maravilhosa com uma moldura podre. Está certo? Está certo? Então o que é que aconteceu? O que foi colocado pela Dona Maria do Carmo foi de uma profundidade muito grande. Porque estamos perdendo a oportunidade e matando a galinha dos ovos de ouro. Quando destruimos e construímos casas em cima das ruínas, estamos acabando com o potencial turístico. Então, o nível de conscientização de todos que estão aqui presentes é a coisa mais importante. É a comunidade que tem que fazer isto, revertendo este processo. Então, por exemplo, não foi falado, mas na entrada de Ouro Preto, que vem de Belo Horizonte, ali por cima do Passa Dez, tem um outro parque maravilhoso que está com setenta por cento totalmente preservado que são as captações de água para um mundéu que tinha no bairro do Veloso. Mundéu sobre o qual a Prefeitura construiu uma caixa de água. A própria Prefeitura destruiu a ruína. Então o que é que aconteceu? O que devemos fazer? Temos que fazer o que foi dito por uma representante de uma das associações de moradores. Temos que remover. Esse é um processo doloroso e lento, mas temos que remover famílias que foram colocadas indevidamente com a permissão da Prefeitura conforme disse o Sr. Vicente e com a anuência da Prefeitura, pois ela nunca teve realmente um Plano Diretor, um plano de ocupação de território. Um prefeito, quando está chegando ao final de um mandato, doa lotes e as pessoas vêm e constroem casas. Então, o novo prefeito que chega é obrigado a construir rede de esgoto e água e isso está ficando caro para o Município. Assim é que a cidade de Ouro Preto cresce desordenadamente sem água, sem esgoto na periferia. Então o que nós temos que fazer é isto. Nós temos é quem presevarmos o pouco que restou. Agora, por que é que vamos deixar que uma pessoa faça uma mina de quartzito no Parque da Cachoeira das Andorinhas? Ora, tem quartzito demais neste Brasil. Pode vir quartzito de São Tomé das Letras, da Bahia. Agora, vai destruir um parque? Vai acabar com o turismo? Vai acabar com esse visual maravilhoso que ainda resta? Para que isto?

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



Para uma pessoa ganhar dinheiro e a comunidade toda ficar pobre? Não. Nós temos que pensar é na cidade e na comunidade. O que eu acho que precisa ser feito é isto: a participação da comunidade. A comunidade tem que gerenciar esse processo. Para finalizar e não ficar só no tom de ... (...inaudível) ...pressionado pelo tempo, eu gostaria de fazer uma pergunta: Alguém aqui presente sabe a razão do nome Arraial do Ouro Podre? Então eu vou dar uma pequena aula de geologia: Em mil seiscentos e noventa e oito, quando chegaram a Mariana e Ouro Preto, as bandeiras que descobriram o ouro, na época eles viram que dentro do ouro aqui da região tinha algo que eles não sabiam o que era. Então eles passaram a chamar o ouro de 'ouro podre' somente

cem anos depois, em mil oitocentos e três, o cientista inglês descobriu um elemento rico chamado paládio. Então porque o ouro na natureza, o ouro mais comum, ele contém entre cinco e quinze por cento de prata dentro dele. Mas só que o ouro de Ouro Preto, esse aqui do Morro da Queimada, ele tem de sete a nove por cento de paládio e apenas dez por cento de prata, quando tem muito. Então, durante cem anos esse ouro ficou sendo chamado de ouro podre. Em mil oitocentos e cinco, construíram uma coroa de paládio para o rei da Inglaterra de sete quilos de paládio para então caracterizar esse elemento químico que vinha de Ouro Preto e de Mariana. Tudo isso é para ser contado, pois tudo isso faz parte do potencial turístico que nós temos, devemos explorar e que a comunidade precisa dominar. Boa noite e muito obrigado!" **Vereador Wanderley Rossi Júnior "Kuruzu"**: "Agradecemos a contribuição do Professor César Chicarini, chefe do Departamento de Geologia da Universidade Federal de Ouro Preto. Antes de passarmos as palavras para os próximos que são a Ângela, a Patrícia e o Juliano, gostaríamos de, atendendo a uma sugestão do Roninho, de transformar essa Audiência Pública numa consulta pública para sabermos se as pessoas presentes aqui nesta reunião concordam com a criação do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas. Não trataremos, neste momento, não cabe a colocação das ruínas do Morro da Queimada porque a legislação prevê esse tipo de consulta para a criação do Parque Natural Municipal. Então, nós transformamos dessa esta Audiência Pública em Consulta Pública, tendo em vista o significativo número de pessoas da comunidade aqui, especialmente os presidentes das associações de moradores, para sabermos se os que estão aqui presentes concordam que seja enviado já para a Câmara Municipal de Ouro Preto um Projeto de Lei criando, ou melhor, para redelimitar o Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas que foi criado em mil novecentos e sessenta e oito pelo então prefeito Genial, pode ser assim chamado por ter criado o parque naquela época, Genial Alves Ramalho. Perguntaremos neste momento se as pessoas aqui concordam com a redelimitação do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas. Quem concordar que levante os braços. Muito bem. Agora quem não concorda com a redelimitação do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas levante os braços. Quem se abstem de votar por não ser nem a favor e nem contra... (Não houve conclusão da fala). Então fica aprovado, por essa consulta popular por unanimidade o envio de um Projeto de Lei do Executivo à Câmara Municipal propondo a redelimitação do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas. É porque a legislação prevê que no caso da criação de um parque ou da redelimitação de um parque ambiental... Não é preciso outra falar, basta alguém falar que eu repito, vai ser um tombamento em relação às ruínas o processo é outro, não é o caso da Cachoeira das Andorinhas. Passamos a palavra à Senhora Ângela. Lembrando do nosso teto da reunião par as quinze para as dez. Nós temos inscritos a Professora Ângela, a Patrícia e o Juliano. Considerando que cada um fale de três a cinco minutos, teremos de dez a quinze minutos com essas três pessoas. Com a palavra a Professora Ângela." **Professora Ângela**: "Boa noite a todos! Eu tenho uma enorme satisfação de estar aqui hoje. Todos estão vendo que ela é diferente das outras em que nós participamos há muito tempo com relação

à criação desses parques. É um sonho antigo de todos que vivem em Ouro Preto. Quem já passeou e já nadou na Cachoeira das Andorinhas, já acampou e que hoje não pode nem mais passear, com isso que vem acontecendo. Agora temos esperança de que a coisa vai se concretizar porque estamos vendo o Poder Público. Antes não adiantava brigar porque, quando conversávamos com as pessoas,



os responsáveis como disse o Sr. Vicente, eram exatamente as pessoas que deveriam estar preservando. Hoje tenho essa grata satisfação. Gostei muito da colocação da Iara e também gostaria de me colocar à disposição porque trabalho há muitos anos com educação em Ouro Preto e sempre fiz questão de trazer os meus alunos dos ensinos fundamentais e médio para conhecerem toda essa parte onde começou Ouro Preto porque lá embaixo não havia nada. Aqui é que é a serra de Ouro Preto que existe por causa do ouro dessa serra. O início da história está aqui e nós não vamos destruir o início da história onde nasceu a própria cidade. Quero me colocar à disposição, como disse a Iara, para dar uma contribuição boa junto à população com idéias. Em todos os lugares em que vou um parque logo já penso nas ruínas do Morro da Queimada e na Cachoeira das Andorinhas e no que pode ser feito aqui. Isso já está pronto, basta apenas deixar as coisas acontecer, é só dar a infra-estrutura. Obrigada!” **Vereador Wanderley Rossi Júnior “Kuruzu”**: “Agradecemos as palavras da Professora Ângela, uma das criadoras da AMA Ouro Preto que vem desenvolvendo um trabalho aqui na região de diálogo com a comunidade. Passamos a palavra a Patrícia Lima. “ **Patrícia Lima**: “Boa noite a todos! Meu nome é Patrícia como ele falou e sou educadora ambiental e o Kuruzu sabe. Já trabalhei com os Jovens de Ouro pedindo lanche, refrigerante principalmente à Prefeitura, que não nos ajudou. Acho muito legal o que todos estão falando e muito bonito e as coisas estão acontecendo. Isso é um sonho, conforme a Ângela falou como educadora. Como os três falaram, temos que dar ênfase à segurança, à educação. Principalmente a educação. O trabalho que ele faz com crianças tem que ter continuidade. Só que a educação ambiental é a mesma que cultural. só que é educação para as crianças que não têm oportunidade, não é educação para a comunidade desses morros só. É educação para todo mundo, desde o pessoal que está na universidade, que tem um monte de projetos que estão lá engavetados e que ninguém sabe e conhece, desde aquela pessoa que está fazendo um trabalho voluntário. A educação tem que ser passada e só assim poderemos ter segurança vamos ter crianças fora da rua não usando drogas. Não vamos ter lixo jogado pelo morro, aliás, na nossa cidade porque o morro é uma parte. Como disse o Roninho: pensar o local não, temos que pensar local e agir global. Não temos que desmatar e construir outro local. Tem que haver remanejamento de bens naturais e patrimoniais. Acho que tem que haver conscientização é de cima, de baixo, por todos os lados. 'O cara que mora lá tem que ter educação.' Não é isso. Tem que haver educação de todos: crianças e adultos. Sei que pau que nasce torto, morre torto, mas acho que isso pode mudar já que estamos todos aqui tentando. Obrigada!

Sem identificação: “Uma das propostas

que fizemos do Morro da Queimada e da Cachoeira das Andorinhas promovidas pela Prefeitura. O Professor Kuruzu tem os documentos e essa senhora Ângela. Ela também...(não houve conclusão da fala.) “ **Vereador Wanderley Rossi Júnior “Kuruzu”** : “Volto a registrar mais uma que tenho notícias de coisas publicadas, primeiro, esse projeto do Tainha, do Chico Verde e Zé Efigênio (esposo da professora Ângela). A Patrícia quer complementar o assunto.” **Patrícia Lima**: “Eu gostaria de só complementar que estou disposta a ajudar como a Ângela no que eu puder, em termos de educação ambiental e restauração. **Vereador Wanderley Rossi Júnior “Kuruzu”** : “Palmas para ela, pois será mais uma voluntária disposta a ajudar. Antes de passar a palavra ao Juliano, passaremos a palavra ao Rafael, atendendo ao pedido do presidente da Associação de Moradores do Morro de São Sebastião. Ele é um amante da Cachoeira das Andorinhas. “ **Rafael**: “Boa noite! Eu também sou morador há um ano do Morro de São Sebastião, o suficiente para saber da importância das nossas ruínas e da Cachoeira das Andorinhas, e gostar como todos os presentes aqui. Acho que ficou claro essa audiência e o compromisso do governo e das instituições. Isso ficou bem claro, assim como a importância e o porquê em preservar nas exposições do Roninho do Juliano. Sabemos que tem que preservar e isso ficou muito bem claro assim como os impactos que vêm sofrendo a toda degradação. Ficou bem claro o descaso total há muito tempo. Ficou bem claro que, por ser um potencial turístico, mas antes ele passa pela qualidade de vida dos moradores. Quando falamos que aqui podemos receber turistas e podemos preservar, estamos falando de rede



esgoto, de acesso, de transporte, de iluminação. Tudo isso ficou bem claro assim como a disponibilidade de várias pessoas como o meu também é. Vitória, como outras pessoas, é testemunha disso que, apenas há um ano no morro estou tentando fazer uma mobilização. Ficou bem claro que já temos um passo à frente porque temos uma comunidade conscientizada, pelo menos as lideranças. Se tivéssemos primeiro que conscientizar a população para depois começarmos o trabalho, teríamos o dobro de trabalho. Temos uma comunidade organizada por isso é que eu chamei a atenção para cá começar. Quando pensamos um projeto em toda a Ouro Preto, temos um projeto piloto aqui na serra de Ouro Preto. Temos principalmente uma comunidade organizada que temos que respeitar. Foi a primeira coisa que aprendi quando cheguei ao Morro de São Sebastião: respeitar essa comunidade que sabe valorizar o que tem. Fica aqui, já que tudo ficou bem claro para todos, o próximo passo. O Kuruzu leu uma deliberação, não sei como é que chama, que veio do gabinete do IPHAN, exigindo várias coisas aqui que ficou batido e ninguém prestou atenção. Exigindo medidas a curto prazo, resultados até o final deste ano. Projetos, custos porque até agora eu só

vi estudos, não vi projetos. Como isso vai ser articulado. Há a Iara, há a Ana, eu. Mas como é que isso vai ser articulado com as associações porque podemos começar amanhã e é um trabalho a contra-gotas, mas utilizando, como o Luís falou, um trabalho com as crianças que a princípio pode parecer que não tem nada a ver com o assunto, mas que tem a ver com a formação de futuros cidadãos que vão preservar essa cachoeira. Então fica aqui minha dúvida da Audiência Pública que discutimos e discutimos, mas que num próximo passo e esperando uma articulação para me prontificar como voluntário desde o início. Muito obrigado!" **Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu** : "Agradecemos as palavras do Rafael. Com a palavra a Dr^a Sílvia Martines que quer fazer uso da palavra e, em seguida, o Juliano. São os dois últimos inscritos e bem lembrou aqui o Rafael de perguntar sobre o próximo passo. Penso que cabe à Prefeitura, tendo à frente a Dr^a Celina Albano como

coordenadora desse grupo de trabalho, articular os próximos passos. A nossa intenção aqui hoje, como bem diz o próprio nome, audiência é para ouvirmos. Não compete à audiência tomar decisões. Tanto é que nós transformamos a Audiência Pública, momentaneamente, em Consulta Pública para cumprirmos o que exige a lei. A audiência é para isso mesmo: para ouvirmos e fazermos uma tempestade cerebral, ouvirmos as idéias, as sugestões do que foi feito e o próximo passo penso que caberá ao poder público para que, em parceria com a comunidade, possa articular os próximos passos. Podemos, no final, sugerir a formação de um pequeno grupo de trabalho envolvendo a Celina, o IPHAN e a comunidade e talvez alguém da Câmara Municipal de Ouro Preto. Podemos conversar sobre isso: uma proposta final. Com a palavra a Dr^a Sílvia Martinês." **Dr^a Sílvia Martinês**: "Boa noite a todos! Eu queria cumprimentar os responsáveis pela elaboração dessa reunião e agradecer pela oportunidade de inscrição depois do final. Estou muito emocionada com o que ouvi aqui, principalmente por perceber tomando pulso das falas da comunidade que essa mudou. A comunidade cresceu e não está mais aceitando projetos enfiados goela abaixo. Essa comunidade está querendo participar da elaboração dos projetos. Eu queria trazer para a discussão, poderia ser uma discussão desenvolvida depois, algumas experiências que a gente vêm colecionando através de uma assessoria da Fundação João Pinheiro e está

envolvida com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, um trabalho de parceria pública -privado de iniciativas que são administradas pela comunidade. Por quê? Porque nós, os intelectuais, os técnicos as pessoas vinculadas às instituições públicas e às filantropia, nós temos dedicação exclusiva, quarenta horas semanais, compromissos com discência e docência, com cartelas de vários projetos e que têm disponibilidade de tempo e interesse direto de administrar o parque ou a própria comunidade que pode viver dele. Podemos discutir isso com mais detalhes porque eu acho que esse não é só o momento para ver com a Mesa essa discussão que não foi levantada e para pedir aos técnicos que reconheçam, nas falas da comunidade, o quanto que ela amadureceu e o quanto

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



que ela está imponderada em condições de ser protagonista desse processo. Muito obrigada por essa oportunidade.” **Vereador Wanderley Rossi Júnior “Kuruzu”** : “Vamos conceder um minuto para o Tainha.” **Tainha**: “Eu só queria, por gentileza, apresentar o maior doutor em restauração do Brasil, professor da UFMG , Professor Rodrigo Meliconi, arquiteto professor titular da UF de restauração. Ele restaurou as Ruínas do Caraça porque é o único aqui mais credenciado para falar de restauração. Viu, Drº do IPHAN?” **Alguém que não se identificou**: “O Tainha quer que eu fale. Boa noite! Na verdade, temos participando e idéia e foi criado pelo IPHAN um grupo de trabalho que tem várias vertentes. Calma, Tainha, você não pode cobrar agora o que não foi feito atrás. Vamos construir, vamos para a frente. Todas essas questões vão ser tratadas junto com a comunidade, mas com a contribuição de técnicos. Já tem um grupo de estudos e essa parte toda vai ser considerada. O que eu quero deixar claro como morador também do Morro de São Sebastião...” (...trocou-se a fita). A outra fita se inicia com a fala do Vereador Wanderley Rossi Júnior “Kuruzu”. **Vereador Wanderley Rossi Júnio “-Kuruzu”**: “...e da Prefeitura de Ouro Preto. Respeito o IPHAN porque o Rodrigo Meliconi foi diretor do IPHAN de Ouro Preto, este mesmo IPHAN que está jogando pedra. A partir de agora, está de olho em você também. Vamos conceder a palavra ao Juliano que é morador do Morro da Queimada. Pela apresentação inicial, estamos caminhando para o encerramento desta Audiência Pública.” **Juliano**: “Vou ser breve, uma das coisas que eu gostaria de falar é a respeito da segurança. Nós precisamos da segurança sim e do desenvolvimento do nosso bairro. Só que uma questão é preciso ser entendida e bem compreendida. É preciso um projeto de discussão, de integração com a polícia tanto a civil como a militar. Começa-se a pedir segurança para a polícia. Só que tem um problema de todos que moram no morro que é um certo preconceito contra os cidadãos desse local. O cidadão comum começa a ser coagido pela polícia enquanto o bandido fica numa boa, ainda mais que bandido não fica a vista. É preciso uma questão muito clara neste sentido. Precisamos de policiamento sim, mas nada de cidadão, do honesto ser coagido pela polícia e o bandido ficar às pampas por aí. A segunda coisa que eu já pedi um monte de vez, vou pedir mais uma vez e é a última da próxima vez eu vou apelar. Parem com esse negócio de chamar morador do Morro da Queimada de invasor. Pronto! Vamos dar um basta nisso aí. Acabou com

isso! Quem chamou de invasor aí, se vocês não estão sabendo, pegamos na casa de alguns moradores e mostramos o IPTU que eles estão pagando. Eu nunca vi ser invasor de uma área que cobra IPTU. Isso está criando um caráter pejorativo, transferindo problemas de má administração do patrimônio público principalmente para o Morro da Queimada. Chega disso. A terceira coisa de que eu gostaria de falar é uma solução rápida. Se não puder olhar as Ruínas do Morro da Queimada que olhem pelo menos o Moinho, de forma urgente, porque ele vai cair.” **Vereador Wanderley Rossi Júnior “Kuruzu.”** “Agradecemos mais uma vez as palavras brilhantes, como sempre do Juliano. Já estamos caminhando para o encerramento. Foi levantada uma questão e talvez seja possível, se houver interesse das partes envolvidas. Já existem diversos grupos de trabalho trabalhando nesta questão, a formação de uma comissão composta de três representantes sendo: um do IPHAN, um da Prefeitura e um da comunidade, no máximo quatro. Se quiserem podem colocar um da Câmara também. Não vejo necessidade. Seria uma comissão de caráter representativo e político de estar informando o que se está pensando. Vamos formar essa comissão? Depende, conforme eu disse, se as partes concordam. Qual seria o representante da comunidade. Além do Vereador Wanderley Rossi Júnior “Kuruzu,” atendendo a

um pedido do Tainha. Isso aí vocês resolvem porque é apenas uma sugestão. Isso não cabe à Audiência Pública decidir sobre isso. Uma outra coisa que eu gostaria de sugerir é uma caminhada para um dia mais próximo possível para que possamos divulgar bastante, pois muita gente de Ouro Preto mesmo não conhece as Ruínas do Morro da Queimada, conhece apenas a Cachoeira das Andorinhas. As Ruínas do Morro da Queimada, não as conhecem. Depois que começamos a abordar o assunto com esta intensidade, percebemos que muita gente de Ouro Preto gostaria de

42
Sec.

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



conhecer o que não conhecem ainda. Perguntamos-lhes se vocês têm alguma sugestão de qual dia poderia ser. As autoridades aqui nem estão prestando mais atenção. Pelas associações do Morro da Queimada, Morro Santana e Morro de São Sebastião, organizam essa caminhada, o mais rápido possível, sob protesto do Tainha. Nada impede que as escolas também façam seus trabalhos. Outra questão, que não foi abordada aqui, é a necessidade de se capacitar a comunidade para que ela possa trabalhar com o turismo. Se não for feito isso, acontece que quem tem dinheiro lá de baixo, vem para cá faz a pousada, o restaurante, etc. Sendo quem ganha mais dinheiro com o turismo. Logo eu acho que é importante uma ação do poder público no sentido de buscar capacitar a comunidade aqui da região para que ela possa usufruir, da melhor maneira possível, da renda advinda da atividade do turismo na região. Fica assim um apelo à prefeitura especialmente para que possa trabalhar essa questão. O Vereador quer fazer uso da palavra. Vou passar-lhe a palavra porque ele é vice-presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto e vamos encerrar

a nossa audiência. Ele se ausentou? Caso retorne, nós lhe passaremos a palavra. Pergunto se tem mais alguma coisa? Não. Assim, nós encerramos essa audiência de hoje e a Câmara Municipal de Ouro Preto agradece a presença de todas as autoridades, estudiosos, especialistas conhecedores da questão. Agradece a presença especial da comunidade porque, sem a presença de vocês, projeto nenhum vai dar absolutamente em nada. Dessa maneira, nós encerramos a nossa Audiência Pública. Vamos dar um grito: Viva a Cachoeira das Andorinhas e as Ruínas! Viva!!!

Lavrada em 31 de março de 2005.

R. Estomislau



ESTUDO TÉCNICO DE REDELIMITAÇÃO DA
ÁREA DE PROTEÇÃO
PARQUE MUNICIPAL DAS ANDORINHAS E
MORRO DA QUEIMADA

Setembro de 2001

Arquivo Projeto Manutenção - UFMG
CG P10
14

SEC
Fls. 44
Sec.

**PARQUE MUNICIPAL DAS ANDORINHAS E MORRO DA QUEIMADA
DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO**

RELATÓRIO

Grupo Técnico instituído pela Audiência Pública realizada no dia 21/03/2001, promovida pela Comissão de Administração e Serviços Públicos da Câmara Municipal de Ouro Preto

Setembro de 2001

Equipe Técnica:

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
Marta d'Emery Alves - Coordenação
Simone Monteiro Silvestre Fernandes

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Frederico Sobreira
Leonardo Andrades de Souza

Escola Técnica Federal de Ouro Preto(ETFOP)
Ney Ribeiro Nolasco

Instituto Estadual de Floresta (IEF)
José Augusto Rodrigues Lóes

Câmara Técnica do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto (CODEMA-OP)
Renato Andrade Rezende (ETFOP)
Mário Vitorino Miranda (PMOP)

Projeto Manuelzão – Comitê de Ouro Preto
Ronald de Carvalho Guerra

Amigos do Meio Ambiente de Ouro Preto (AMA-OP)
Angela Leite Xavier
Carlos Eduardo Nunes Pereira

Associação de Proteção Ambiental de Ouro Preto (APAOP)
Emmanuel Xavier da Silva
Jorge Luiz da Silva

Associação de Bairro do Morro São Sebastião
Vicente Martins de Loredo.



**PARQUE MUNICIPAL DAS ANDORINHAS E MORRO DA QUEIMADA
DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO
RELATÓRIO**

1 - INTRODUÇÃO:

O presente trabalho, foi iniciado a partir da Audiência Pública realizada no dia 21/03/2001, promovida pela Comissão de Administração e Serviços Públicos da Câmara Municipal de Ouro Preto, com a participação efetiva da comunidade.

Após essa audiência, ocorreu mais uma reunião no dia 04/04/2001 no auditório da Câmara Municipal de Ouro Preto, onde as diversas Instituições/Associações foram convocadas a discutir tecnicamente o assunto.

Realizada no dia 10/04/2001, na Casa da Baronesa – sede da 13ª Sub-Regional /IPHAN, a primeira reunião de trabalho teve a participação das seguintes Instituições/Associações: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP), Instituto Estadual de Floresta (IEF), Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Câmara Municipal de Ouro Preto, Projeto Manuelzão, Amigos do Meio Ambiente de Ouro Preto (AMA-OP), Associação de Proteção Ambiental de Ouro Preto (APAOP), Associação de Bairro do Morro São Sebastião. Dividido em duas subcomissões, uma do Morro da Queimada e outra das Andorinhas, os trabalhos foram iniciados, cabendo a PMOP o levantamento das áreas ocupadas indevidamente no Morro da Queimada.

A subcomissão do Morro da Queimada foi composta pelo IPHAN, UFOP, ETFOP, AMA-OP e Câmara Municipal de Ouro Preto, e a das Andorinhas foi formada pela IEF, PMOP, Projeto Manuelzão, APA-OP, Associação de Bairro do Morro São Sebastião.

A partir da formação das subcomissões, várias reuniões técnicas foram realizadas. Definiu-se que os grupos de trabalho iriam a campo para visitas de reconhecimento e delimitação da área do Parque Municipal, utilizando aparelhos GPS (Sistema Global de Posicionamento), com a definição das coordenadas de pontos notáveis (edificações e vias) e feições fisiográficas marcantes. Nesta fase, houve a inserção da Câmara Técnica do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto (CODEMA-OP), nos trabalhos.

2 -BREVE HISTÓRICO

Em dezembro de 1968 foi aprovada pela Câmara Municipal de Ouro Preto a **Lei n.º 305 de 30/12/1968**, que dispõe sobre a criação do Parque Municipal das Andorinhas. Não efetivada, essa definia como área o raio de 1 km, tendo como centro a cachoeira existente no local.

Em 1973, também aprovado pela Câmara Municipal de Ouro Preto, o **Decreto-lei n.º 27/73 de 20/11/1973** define áreas de preservação e conservação de bens histórico-artísticos e paisagísticos do Município, estando entre eles a Cachoeira das Andorinhas e proximidades. Também não efetivada.

Em 1989 o **Decreto-lei n.º 30.264 de 16/10/1989** foi aprovado a nível estadual, dispondo sobre a implantação de Área de Proteção Ambiental da Cachoeira da Andorinhas – APA no Município de Ouro Preto. Correspondendo a uma área de 18.700 hectares, abrange as nascentes altas do Rio das Velhas, onde toda a área da Cachoeira da Andorinhas está inserida. Atualmente em fase de definição do seu Conselho, faltando efetivar o seu zoneamento.

Em dezembro de 1996, também aprovado pela Câmara Municipal de Ouro Preto, a **Lei Complementar n.º 01/96 de 19/12/1996**, institui o Plano Diretor do Município de Ouro Preto e dá outras providências. Na Seção II – Das Zonas de Proteção do Distrito Sede, no 2º parágrafo do artigo 26 diz: “fica destinada área para criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada”. No seu parágrafo 3º diz: ” São admitidas no parque arqueológico do Morro da Queimada, apenas as atividades de pesquisa, lazer, educação ambiental e turismo, compatíveis com sua função de parque arqueológico, ficando vedada a exploração mineral e usos não condizentes com a destinação da área, bem como qualquer tipo de parcelamento do solo”. Até a presente data, esse plano não foi implementado.

Apesar de toda a legislação existente, uma série de trabalhos científicos e proposta foram elaboradas, sempre visando a proteção das áreas em questão, tais como:

- ⇒ Proposta de criação de Área Municipal de Proteção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas e Morro da Queimada, elaborada em junho de 1993;
- ⇒ Laudo preliminar histórico-arqueológico sobre as ruínas do Morro da Queimada, elaborado em junho de 1994 por Carlos Magno Guimarães, Alenice Motta Baeta e Marco Eugênio Brito;
- ⇒ Proposta de alteração dos limites do Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas - área correspondente à porção sudeste da APA das Andorinhas, encaminhado em 1996 para apreciação da Câmara Municipal de Ouro Preto, pelo então Prefeito Municipal .
- ⇒ Estudo feito em 1996 pelo Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), propondo anteprojeto de lei para criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada.
- ⇒ Ação Antrópica e processos em encostas em Ouro Preto. FONSECA et ali. In: Anais do VII Simpósio Nacional de Controle de Erosão – Goiânia, 2001.
- ⇒ Ocupação desordenada no espaço urbano e suas implicações na preservação de sítio histórico e/ou arqueológicos: o caso do Morro da Queimada (Unbridled development of urban space and its implications for the preservation of landmarks) – FONSECA et ali. In: Cities . Grã Bretanha, 2001- no prelo.
- ⇒ Impacto físico e sociais de antigas atividades de mineração em Ouro Preto - FONSECA et ali. In: Revista Portuguesa de Geotecnia. Lisboa, 2001 – no prelo.

Nenhum desses estudos realizadas, muito menos todas as leis estaduais e/ou Municipais aprovadas impediram a ocupação indevida e o desmonte das ruínas do Morro da Queimada, nem tampouco o desmatamento, ocupação indevida, poluição e degradação ambiental da cabeceira do Rio das Velhas, na região das Andorinhas.

3-CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A DELIMITAÇÃO DA ÁREA

Embora localizado em bacias hidrográficas distintas, desde o início das discussões decidiu-se pela inserção do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada (bacia do rio Doce) nos limites do Parque Municipal das Andorinhas (bacia do rio das Velhas), uma vez que as áreas são contíguas (separadas pelo divisor das bacias, a serra de Ouro Preto) e o interesse pela preservação de ambas é convergente, não se justificando a criação de duas unidades de conservação distintas. No entanto, as características de cada uma das áreas em termos de dimensão e problemas enfrentados motivou a separação do grupo de trabalho em duas equipes, que trataram especificamente, mas de forma integrada, cada um dos locais.

Os critérios adotados evidentemente trarão alguns problemas fundiários, uma vez que existem várias propriedades na região e parte destas podem ter sido inseridas na área do Parque. Estas questões porém, fogem ao escopo do trabalho, devendo ser tratadas posteriormente. Apesar desta questão, os limites fisiográficos (subbacias hidrográficas) adotados são mais facilmente reconhecíveis e tecnicamente corretos quando se trata de delimitação de ambientes.

No caso do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, de área bem menor e cujo principal problema é a ocupação desordenada na parte mais baixa da encosta, trabalhou-se em base cartográfica 1:5.000, sendo os limites definidos pela frente de ocupação adensada e tomados por GPS, tendo como referência estruturas notáveis preservadas (mundéu, galerias, ruínas, etc).

Estes pontos, foram posteriormente lançados em base 1:2.000, definiram os limites a jusante (sul) do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, sendo os limites laterais (leste e oeste) definidos por feições fisiográficas, de jusante para montante (escarpas, vales, limites da região das Andorinhas).

Embora questionáveis, os critérios definidos para os limites do Sítio Arqueológico da Queimada basearam-se no estado atual da ocupação da parte mais baixa da encosta. Neste local, a ocupação urbana desordenada já alcançou várias estruturas, alterando-as ou mesmo destruindo-as, e seu adensamento é tal, que os custos para uma recuperação seriam muito altos. Assim, a frente de ocupação mais adensada foi o fator determinante para a proposição do limite sul do Parque. No entanto, isto não significa que as estruturas localizadas na área ocupada devam ser abandonadas. Estas devem ser cadastradas e estudadas por especialistas (arqueólogos e arquitetos) para a avaliação de sua importância, seu estado de degradação e proposta de recuperação. Esta parte da encosta foi considerada de alto interesse, embora não inserida na área proposta presentemente.

Reconhece-se que esta situação não é a ideal, mas considerando-se a velocidade com que a encosta é ocupada e a morosidade e o alto custo de uma ação envolvendo uma área maior, já totalmente ocupada, adotou-se como critério a definição clara dos limites, buscando com isso, interromper ou dificultar o processo de invasão e ocupação das ruínas da Queimada.

No caso da região das Andorinhas, trabalhou-se em base 1: 10.000 (ortofotos CEMIG) e 1:25.000 (carta IBGE) por se tratar de uma área com maiores dimensões, buscando limites fisiográficos, tendo como principal referência as subbacias hidrográficas. Assim, a morfologia dos terrenos a partir das bases de trabalho foi o elemento orientador da definição dos limites, sendo alguns pontos notáveis localizados por suas coordenadas, tomadas por GPS em trabalhos de campo e posteriormente lançados na base 1:10.000.

Os limites propostos para o futuro Parque Municipal das Andorinhas, englobando o Sítio Arqueológico do Morro da Queimada estão representados no Anexo I e descritos no Anexo II (memorial descritivo).

SEC 2/19
S.E.

4 - REGIÃO DAS ANDORINHAS

Durante a demarcação, a equipe de trabalho teve a oportunidade de observar "in loco" os principais problemas que atualmente estão contribuindo para a degradação ambiental da região.

Para facilitar a compreensão desse diagnóstico inicial, os problemas detectados foram classificados em 5 zonas diferentes, visando estabelecer diretrizes prioritárias de atuação, a saber:

ZONA 1 – área de degradação que abrange o corte da estrada que liga a Capela do Morro São João ao Bairro São Sebastião: Nessa região é possível observar sinais de erosão abaixo da estrada, assoreamento de nascentes, falta de vegetação nativa e loteamentos (em menor intensidade).

ZONA 2 – áreas ocupadas por propriedades rurais: É possível observar algumas propriedades rurais e áreas delimitadas por cercas, ao lado da estrada que liga o Morro São João à Cachoeira.

ZONA 3 – área de ocupação imobiliária do Morro São Sebastião: Área densamente ocupada por imóveis urbanos que estão localizados na vertente do Rio das Velhas.

ZONA 4 – área de exploração de Pedra-Ouro Preto (quartzito), na nascente do Rio das Velhas: A área de exploração está avançando e atingindo outras vertentes, ainda não exploradas e, ao que consta, sem orientação técnica e licenciamento ambiental.

ZONA 5 – antiga área de exploração de bauxita e atualmente de cascalho: Área desnuda de vegetação, topo de morro, com sinais atuais de exploração de cascalho.

A equipe de trabalho sugere que a área do Parque Municipal abranja a micro-bacia que engloba as 5 zonas identificadas. A título de referência, será considerada a área assinalada do mapa (Anexo I), denominada de Sub-bacia I.

Como parte da área sugerida engloba ocupação imobiliária urbana (zona 3) e exploração definida de quartzito (zona 4), a equipe recomenda que essas áreas (zonas 3 e 4) sejam excluídas dos limites do Parque e um plano de manejo e ocupação do solo seja desenvolvido, para que nessas áreas o impacto ambiental seja minimizado. É importante frisar que, pela importância da localização, as zonas 3 e 4 devem pertencer ao Parque Municipal, mas estariam fora do isolamento a ser implementado.

A área a ser isolada necessitará de demarcação definitiva, pois os pontos demarcados (em GPS) servem apenas como referência. Tais pontos excluem as zonas 3 e 4.

A área total do Parque (sub-bacia I) está estimada em 700 hectares e as coordenadas obtidas por GPS e demais limites estão representadas no Anexo II (memorial descritivo).

A equipe de trabalho justifica a intenção da escolha da área total, para a implantação do Parque Municipal de Proteção Ambiental, baseada nos princípios do "uso e ocupação do solo em bacias hidrográficas", referência para a preservação dos recursos hídricos e da biodiversidade local, entendendo também que a área previamente estabelecida, em Lei, de 1 Km de raio em torno da cachoeira das Andorinhas, deve ser desconsiderada por não levar em consideração as micro-bacias existentes. O anexo III traz um breve relato sobre a situação ambiental da sub-bacia I.

5 -MORRO DA QUEIMADA

Embora existam ruínas por toda vertente da serra de Ouro Preto no local conhecido como Morro da Queimada, não se tem definidos os limites do que seria o Sítio Arqueológico do Morro da Queimada. Conforme citado no breve histórico, até o presente momento duas propostas de delimitação deste sítio foram documentadas.

Anteriormente aos trabalhos de campo, a Prefeitura Municipal realizou um cadastro dos moradores das partes mais altas da encosta (zona com ocupação menos densa, que provavelmente seria inserida dentro do Sítio Arqueológico). Neste cadastro foram registradas 11 moradias, que abrigam cerca de 45 pessoas e foi possível melhor dimensionar a questão da ocupação até a data de sua realização inclusive na estimativa de custos de uma provável intervenção na área, esse número foi alterado após trabalho de campo, realizado em 15 de junho, onde foram identificadas não mais 11 moradias, e sim 16.

Foram então definidos os seguintes critérios e procedimentos nos trabalhos de campo:

- 1 -Percorrer de montante para jusante a vertente e o conjunto de ruínas até alcançar a frente de ocupação mais adensada.
- 2 -Localizar pontos notáveis (estruturas, galerias, escarpas) como referências imutáveis a médio prazo. Para tal utilizou-se aparelho GPS.
- 3 -Localizar casas e outras benfeitorias nas proximidades do limite estabelecido, principalmente a montante deste, de forma que se possa controlar a ocupação e prever custos para relocação de moradias.
- 4- Lançamento em base digital 1:2.000 da área em questão e em base 1:10.000 (Ortofotos CEMIG) a mesma em conjunto com o restante da Região das Andorinhas. Os trabalhos de campo foram desenvolvidos no dia 15 de junho. quando foi percorrida a área e delimitados pontos notáveis com limites a jusante do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada. Os limites a E e W também foram ampliados, seguindo critérios fisiográficos (vales e escarpas), sendo o divisor o limite superior (norte) formal, uma vez que esta área seria anexada ao Parque Municipal da Andorinhas. A área total está estimada em 3,5 hectares e as coordenadas obtidas por GPS e demais limites estão representadas no Anexo II (memorial descritivo).

Notou-se nos trabalhos de campo que várias casas tinham sido construídas recentemente (provavelmente depois do início dos trabalhos e cadastro pela prefeitura) e outras estavam em construção. Esta rápida ocupação da encosta pode ser explicada pela época do ano, quando as obras de construção são aceleradas antes que cheguem as chuvas do verão, mas também há que se considerar o oportunismo de algumas pessoas que diante da perspectiva de uma intervenção, ocupam o local, na esperança de ganhar alguma vantagem posterior. Este problema, no entanto, não é objeto do presente trabalho, embora reconheça-se que numa etapa posterior terá que ser tratado com muita atenção.

6 - RECOMENDAÇÕES

A princípio, com o intuito de agilizar as ações para implementação de diretrizes de conservação, recomenda-se para os locais estudado o seguinte:

Área da Cachoeira da Andorinha:

- **ZONA 1:** diagnosticar os danos causados pela estrada que liga a capela do Morro São João ao Morro São Sebastião, destacando-se: assoreamento, erosão, desmatamento (retirada de lenha) e possíveis queimadas.
- **ZONA 2:** Verificar a situação legal das propriedades rurais situadas dentro da área escolhida para a criação do Parque Municipal.
- **ZONA 3:** Divulgação à comunidade local sobre a demarcação do parque e a realização de estudos para estabelecimento de critérios de ocupação urbana.
- **ZONA 4:** Delimitação da área de exploração da Pedra-Ouro Preto (quartzito); incentivos à organização dos trabalhadores locais; exigência de licenciamento ambiental com o respectivo estudo ambiental de exploração e fiscalização dos órgãos competentes, com maior frequência, para conter os avanços de área detectados.
- **ZONA 5:** Interrupção imediata da retirada de cascalho e desenvolvimento de estudos para recuperação da área.

Área do Morro da Queimada:

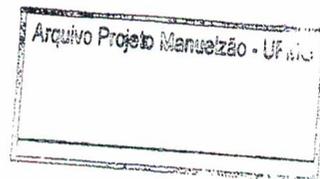
- Toda e qualquer forma de ocupação na área proposta deve ser vetada, de forma a estancar o processo de degradação do patrimônio arqueológico ainda preservado.
- As residências que estão localizadas dentro dos limites propostos deverão ser remanejadas, priorizando sua relocação no próprio bairro, evitando assim qualquer tipo de impacto social à população. Para isto deve ser levado a cabo estudo urbanístico e geotécnico para definição dos locais mais apropriados para as novas edificações.
- Toda a área a jusante do limite proposto, até a rua 15 de agosto, deve ser considerada de alto interesse, pois ainda existem remanescentes de ruínas, embora a área seja densamente ocupada. Este local deve ser objeto de estudo arqueológico mais detalhado, a fim de avaliar o patrimônio existente, pois ainda é parte do sítio arqueológico. Além deste aspecto, este local representa a moldura do parque, sendo por isso objeto de tratamento específico, definido "a posteriori".
- A área delimitada e suas ruínas devem ser objeto de estudo específico para avaliar seu valor e potencial científico, de forma a proporcionar o tratamento e consolidação do acervo arqueológico.

7 - CONCLUSÃO

A finalização desse relatório não significa o fim dos trabalhos. Essa apenas é a fundamentação técnica que possibilitará a futura implantação do PARQUE MUNICIPAL DAS ANDORINHAS E MORRO DA QUEIMADA.

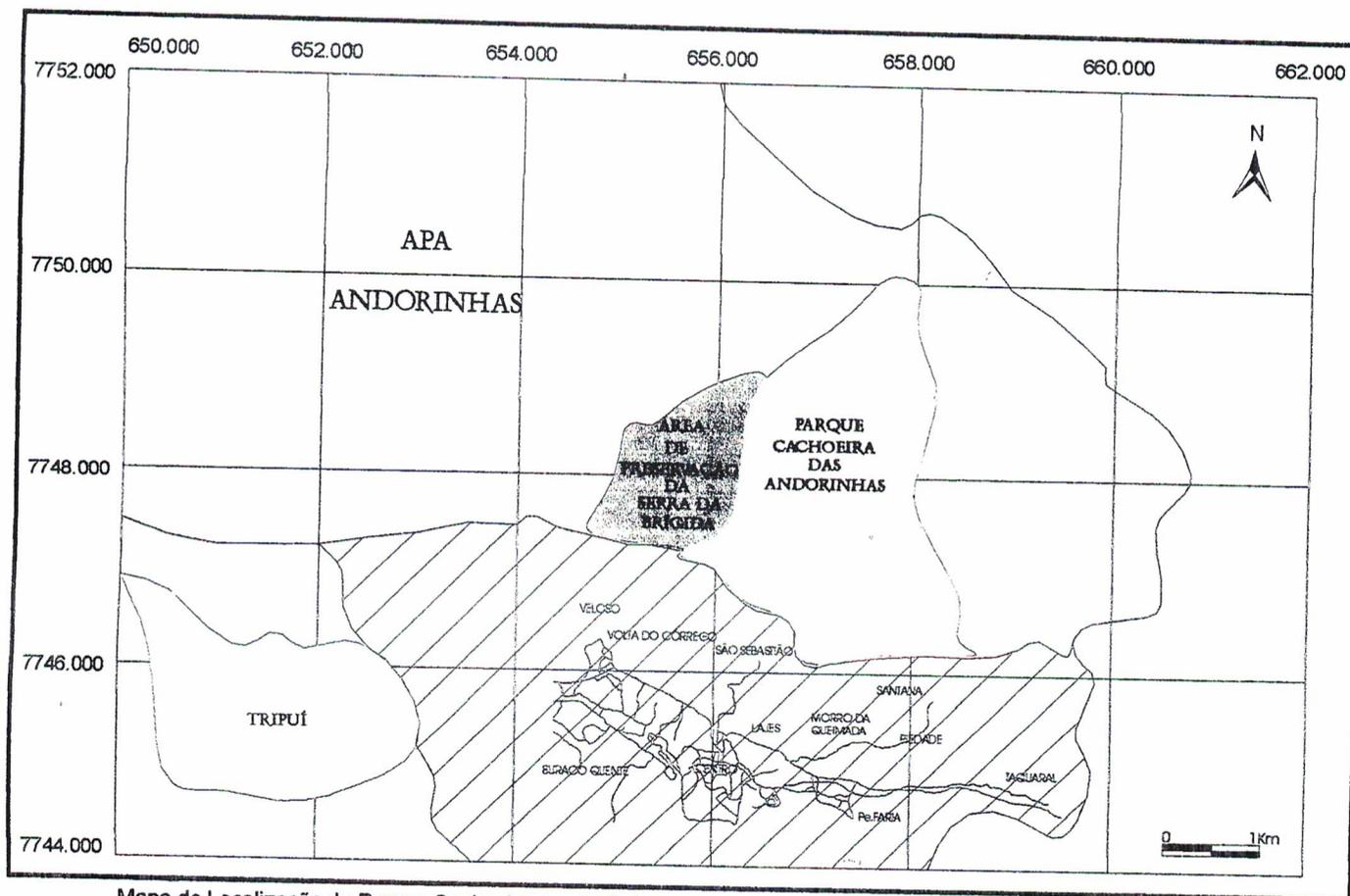
O PARQUE MUNICIPAL DAS ANDORINHAS E MORRO DA QUEIMADA, só será concretizado, se as seguintes etapas foram cumpridas:

- Elaboração da minuta de lei, com sua devida aprovação pela Câmara Municipal de Ouro Preto, e pelo executivo Municipal;
- Demarcação topográfica executada, seguindo o memorial descritivo (Anexo II);
- Fiscalização efetiva, visando o controle de ocupações indevidas em toda a área do PARQUE;
- Levantamento fundiário da área demarcada e efetivação da posse dos terrenos pelo Município;
- Aprovação do PARQUE MUNICIPAL DAS ANDORINHAS E MORRO DA QUEIMADA pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Implementação do PARQUE MUNICIPAL DAS ANDORINHAS E MORRO DA QUEIMADA.



Ouro Preto, 27 de setembro de 2001.

ANEXO I – Representação em mapa da proposta de limites do Parque Municipal das Andorinhas



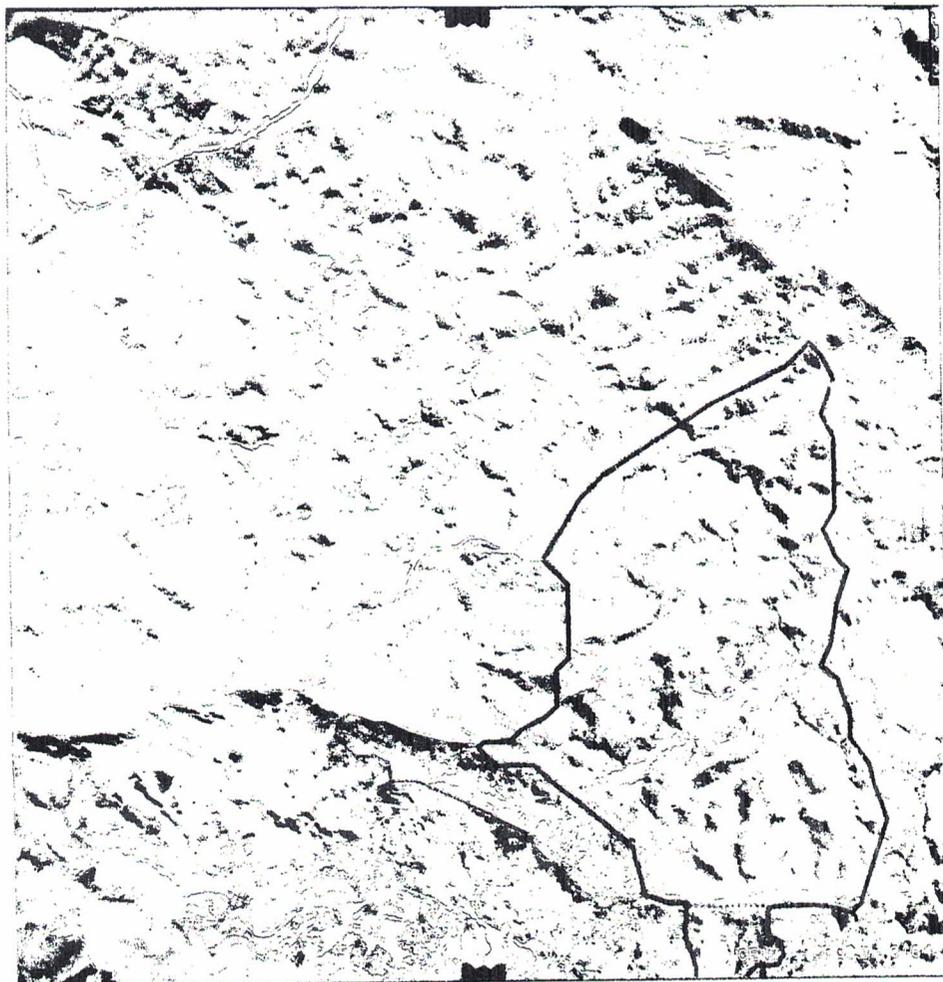
Mapa de Localização do Parque Cachoeira das Andorinhas e sua relação com as demais UC's na região de Ouro Preto.

ANEXO I – Representação em mapa da proposta de limites do Parque Municipal das Andorinhas

Vista aérea do Parque Municipal das Andorinhas e Morro da Queimada

LEGENDA

- Limites do Parque Municipal de Proteção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas
- Área de interesse I
- Fazenda da Brígida da UFOP





ANEXO II

Memorial Descritivo da área proposta para o PARQUE MUNICIPAL DAS ANDORINHAS

Base – Ortofotos CEMIG, 1:10.000

Ponto 1 – (Coordenadas UTM 656980, 7746145) Referência base. Localiza-se no Mosteiro Zen Budista (edificação). Daí segue-se na direção W, sempre pelo interflúvio (cumeada ou divisor de sub bacias hidrográficas), por cerca de 160 m, até o ponto 2.

Ponto 2 - (Coordenadas UTM 656830, 7746205) (Casa da Laje) Daí segue-se pelo interflúvio na direção N, por cerca de 280 m, até o ponto 3.

Ponto 3 - (Coordenadas UTM 656812, 7746462) Daí segue-se na direção NW, cortando o vale, por cerca de 470 m, até o ponto 4.

Ponto 4 - (Coordenadas UTM 656379, 7746678) (Próximo ao poço artesiano) Daí segue-se na direção NW, pela escarpa rochosa, por cerca de 55 m, até o ponto 5.

Ponto 5 - (Coordenadas UTM 655974, 7747070) Pedreira da Alcan. Daí segue-se pelo interflúvio (divisor da bacia com a subbacia da Fazenda da Brígida - UFOP) na direção NW, por cerca de 350 m, infletindo-se para NE, por cerca de 1080 m, até alcançar o ponto 6.

Ponto 6 - (Coordenadas UTM 656226, 7747988) Daí segue-se pelo interflúvio (divisor da bacia com a subbacia da Fazenda da Brígida - UFOP) na direção N, por cerca de 700 m, até o ponto 7.

Ponto 7 - (Coordenadas UTM 656260, 7748394) Daí segue-se pelo interflúvio na direção NE, por cerca de 2.500 m, até o ponto 8.

Ponto 8 - (Coordenadas UTM 657940, 7750120) Daí segue-se na direção S pelo interflúvio divisor com a bacia do rio Olaria, por cerca de 2450 m, até o ponto 9.

Ponto 9 - (Coordenadas UTM 658005, 7747808) Daí segue-se na direção SE pelo interflúvio divisor com a bacia do rio Olaria, por cerca de 1470 m, até o ponto 10.

Ponto 10 - (Coordenadas UTM 658450, 7746440) Daí segue-se na direção S pelo interflúvio, por cerca de 300 m, infletindo-se para W, por cerca de 800 m, até o ponto 11.

Ponto 11 - (Coordenadas UTM 657625, 7746143) (Moinho de Vento) Daí segue-se na direção S, cerca de 200m, vencendo o divisor das bacias hidrográficas do rio das Velhas e rio Doce, infletindo-se para SE e seguindo-se por cerca de 150 m até o ponto 12.

Ponto 12 - (Coordenadas UTM 657745, 7745850) Daí segue-se na direção S pela escarpa rochosa, cerca de 120 m, até o ponto 13.

Ponto 13 - (Coordenadas UTM 657780, 7745740) Daí segue-se na direção W por cerca de 500 m, cortando o vale, até o ponto 14, na escarpa que delimita a E a encosta do Morro da Queimada (ponto 14).

Ponto 14 - (Coordenadas UTM 657297, 7745631) (ruína) Daí segue-se na direção S pelo limite da zona mais densamente ocupada, por cerca de 180 m, até o ponto 15.

Ponto 15 - (Coordenadas UTM 657275, 7745508) (ruína) Daí segue-se na direção W, por cerca de 40 m, até o ponto 16.

Ponto 16 - (Coordenadas UTM 657236, 7745509) (ruína) Daí segue-se na direção W, por cerca de 100 m, até o ponto 17.

Ponto 17 - (Coordenadas UTM 657164, 7745503) (ruína) Daí segue-se na direção NW, por cerca de 100 m, até o ponto 18.

Ponto 18 - (Coordenadas UTM 657118, 7745564) (galeria Marina Guimarães) Daí segue-se na direção NW, por cerca de 90 m, até o ponto 19.

Ponto 19 - (Coordenadas UTM 657069, 7745631) (galeria) Daí segue-se na direção, por cerca de 40m, até o ponto 20.

Ponto 20 - (Coordenadas UTM 657036, 7745658) (mundéo) daí segue-se pela linha de drenagem em direção N, por cerca de 500 m, , vencendo o divisor das bacias hidrográficas do rio das Velhas e rio Doce, até o ponto 1 (Mosteiro Zen Budista), fechando a poligonal.

A área definida representa uma superfície de aproximadamente 7,134,00 Km²

7,134 K

713,4 ha

33.2 ha

675,9 ha



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O
PARQUE MUNICIPAL DA CACHOEIRA DAS
ANDORINHAS
25 de março de 2003

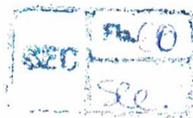


Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PARQUE MUNICIPAL DA CACHOEIRA DAS ANDORINHAS E O MORRO DA QUEIMADA, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE MARÇO DE 2003.

Às dezenove horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e três, no Plenário da Câmara Municipal de Ouro Preto, realizou a Audiência Pública supracitada para dar prosseguimento às discussões sobre o Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas e o Morro da Queimada em seqüência aos trabalhos iniciados por esta Câmara Municipal há cerca de dois anos. O Vereador Jarbas Eustáquio Avellar, que presidiu a presente Audiência Pública, convidou para fazer parte da Mesa: professor Carlos Magno, arqueólogo da UFMG; professor Frederico Sobreira, geólogo da UFOP; professor Ney Nolasco; engenheiro do CEFET; arquiteto Dr. Benedito Tadeu, diretor da 13ª sub-regional do IPHAN; Dra. Marta Larcher, representante do Ministério Público; Ronaldo Carvalho, representante do CODEMA; vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu; Sra. Maria Basília, presidente da Associação do Morro da Queimada. Ressaltaram-se as presenças: de representantes da AMA e da AMO Ouro Preto; do senhor Gérson Cota; do Sr. ex vice-prefeito Flávio Andrade. Foram enfatizadas: as presenças de todos que sempre prestigiam esta Câmara e dos que vêm prestigiando sempre os estudos dirigidos ao Morro da Queimada e Cachoeira das Andorinhas; dos moradores do Morro da Queimada. O Presidente da presente Audiência Pública falou que, logo no início da gestão desta atual legislatura, a Comissão de Administração e Serviços Públicos da Câmara Municipal de Ouro Preto promoveu uma Audiência Pública no Parque da Cachoeira das Andorinhas onde, pela primeira, foi tratado associadamente deste assunto. Diante disto, foi criada uma comissão que passou a desenvolver estudos no sentido de levantar quais eram os problemas, as etapas e o que se deveria buscar. Esta comissão trabalhou intensamente mais de um ano e chegou a apresentar propostas objetivas e faltaram as providências. Ele entendia que este é o ponto de tomar providências. Lamentou a ausência e, por conseguinte, até entendia que não tem tido o apoio do Executivo que é imprescindível, porém continuariam buscando recursos no sentido de se conseguir resolver os problemas que poderiam trazer a solução para a viabilização do Parque da Cachoeira das Andorinhas e para a solução dos problemas do Morro da Queimada. Diante disso, na presente Audiência Pública, retornar-se-ia esses trabalhos reforçados com a presença da Dra. Marta Larcher, representante do Ministério Público, que tem atuado intensamente no sentido da preservação do patrimônio. Ressaltou que as pessoas que residem ali no Sítio Arqueológico, podem até estar "legalizadas", porque pagam IPTU das suas casas, por maior

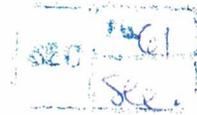


Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



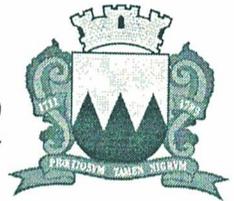
absurdo que possa aparecer, mas estas pessoas buscaram, dentro de suas possibilidades, a legalidade possível para suas residências. A palavra inicial foi cedida ao Dr. Benedito Tadeu. **Sr. Benedito Tadeu:** Leu um documento que encaminhou ao Ministério da Cultura, em Brasília, e encaminhado também ao Estado de Minas e ainda não foi publicado. Informou que o documento não tem título ainda e ele deu algumas sugestões. Pronunciamento do Sr. Benedito Tadeu: "Salvemos a Ouro Preto antiga, Patrimônio em ruínas, Ruínas de Ouro Podre, as Ruínas de Ouro Preto ou Ruínas do patrimônio. A cidade de Ouro Preto, como outras vilas do ouro em Minas Gerais, têm formação peculiar não obedecendo às organizações urbanas radiais ou nucleares tradicionais do Brasil colônia. A configuração orgânica e linear antecipou a situação urbana hoje conhecida como conogação, que é a formação de uma cidade a partir da ligação de diversos núcleos urbanos próximos. Dentre os diversos arraiais, que deram a origem a cidade de Ouro Preto, o Morro da Queimada, também conhecido como Morro do Pascoal, o arraial de Ouro Preto, foi um dos primeiros a surgir e tem história trágica por ter sido destruído em mil setecentos e vinte, após a revolta liderada por Felipe dos Santos e Pascoal da Silva Guimarães contra o aumento dos impostos e a criação das casas de fundição pela coroa portuguesa. Depois de incendiado pelo então governador Conde de Assumar, o arraial de Ouro Podre ficou sendo chamado de Morro da Queimada e a população, da então Vila Rica, transferiu-se para os outros arraiais. O Morro da Queimada constitui hoje um Sítio Arqueológico de inestimável valor por ser um testemunho material das primeiras tipologias arquitetônicas e urbanísticas da cidade e guarda preciosos registros da exploração do ouro no início do século dezoito. Existem no local, além das ruínas das edificações da época, grandes galerias, bocas das antigas minas, sarilhos para as ventilações e os mundéus, construções feitas para lavagem do ouro. Nas últimas décadas, o Morro da Queimada vem passando por um processo de "faveliação" e as ruínas vêm sendo dilapidadas pela ocupação desordenada, onde as novas construções utilizam as estruturas e pedras antigas. A preservação dos documentos arqueológicos do Morro da Queimada ainda não foi incluída no programa Monumenta BID e Ouro Preto é o caso mais grave de abandono do Patrimônio Cultural pelos poderes públicos nas suas diversas esferas. O Plano Diretor, de mil novecentos e noventa e seis, prevê para o local a implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, antiga reivindicação do Projeto Manuelzão e AMA Ouro Preto e tem apoio das diversas instituições dentre as quais estão: IPHAN, CEFET, ETFOP, Ministério Público Estadual, IPHAE, IEF, Câmara Técnica do Conselho Estadual do Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto, Câmara de Vereadores de Ouro Preto, Paróquia Nossa Senhora do Pilar, Fundação Gorceix, Associação de bairro do Morro São Sebastião e as ONGs: APAOP e AMA Ouro Preto. O Sítio Arqueológico do Morro da Queimada foi integrado ao Parque Municipal do Parque das Cachoeiras das



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

Andorinhas que também não foi implantado, apesar de seu projeto já ter sido encaminhado às autoridades municipais. Trata-se de um Sítio dotado de raras belezas naturais de onde se tem uma visão privilegiada do centro histórico de Ouro Preto e do Pico do Itacolomy que orientou os primeiros bandeirantes e ainda hoje personaliza a cidade. A implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada traria um grande impacto positivo em Ouro Preto, dando origem a diversas ações de valorização do Patrimônio Cultural e Ambiental da cidade, dentre as quais destacam-se: criação de programa e escavações arqueológicas possibilitando o melhor conhecimento da cultura material e da história da mineração da época; ampliação das pesquisas arqueológicas e dos conhecimentos históricos do século dezoito; proteção e organização das ruínas das primeiras edificações de Ouro Preto; criação de um museu arqueológico da cidade surgida durante o ciclo do ouro; criação de uma opção diferenciada de turismo fora do circuito tradicional, contribuindo para a maior permanência dos visitantes na cidade; proteção de parte da moldura paisagística do conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto; melhoria da qualidade de vida e inclusão social das comunidades vizinhas por meio da geração de emprego e renda e da sustentabilidade econômica do empreendimento; início da consolidação do Parque Municipal e da APA Cachoeira das Andorinhas, preservando e recuperando os diversos recursos naturais existentes. O Morro da Queimada está para Ouro Preto assim como os antigos fóruns estão para Roma. A diferença é que nestas cidades os poderes públicos se mobilizaram e protegeram seus patrimônios históricos e arqueológicos. Um plano de ação do governo Lula, para recuperação do Patrimônio Cultural de Ambiental de Ouro Preto, deveria ter início onde tudo começou: o arraial de Ouro Podre que foi de mestre Pascoal.” Encerrado o presente pronunciamento, passou-se a palavra ao Professor Carlos Magno: **Professor Carlos Magno (arqueólogo da UFMG):** Começou agradecendo o convite que lhe foi feito para participar desta audiência, pois acha da maior importância este acontecimento, mesmo porque entende que ele está ligado a uma tentativa, uma proposta de preservação de patrimônio histórico arqueológico. Segundo ele, isso por si só já define a importância do que está acontecendo aqui. Em segundo lugar, o fato de que a preocupação do patrimônio está ligado a um Sítio Arqueológico específico, ou seja, o Morro da Queimada. Frisou a importância do Morro da Queimada para a história de Ouro Preto e de Minas Gerais. Falou que não via nenhum exagero em dizer que, um dos pontos de partida da história de Minas, durante o Período Colonial, deu-se exatamente nesta área onde hoje está o Sítio Arqueológico denominado Morro da Queimada. Disse que em mil setecentos e vinte, antes do Morro receber esta denominação, era uma cidade onde havia concentrada uma população escrava e essa população não só residia como trabalhava ali, através da atividade da mineração dentre outras. Em função de um



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

dos grandes proprietários da área envolvido numa rebelião contra as casas de fundição é que o governador da época mandou, como vingança ou como punição para o Pascoal da Silva Guimarães, tocar fogo no Morro que já tinha denominações anteriores de Morro do Ouro Podre, Morro do Pascoal da Silva e por aí vai. Desde então, ele recebeu o nome de Morro da Queimada. Ele falou que isto é importante porque é um dos fatos mais importantes no século dezoito em Minas Gerais, pois integra um conjunto de outros fatos que dão destaque para este momento que está sendo tratado. Em mil setecentos e vinte, não é só o momento em que o rebelião de Felipe dos Santos é liquidada e a repressão culmina com o incêndio do Morro da Queimada, mas é um momento em que se tem a separação (Minas era ligada a São Paulo). A partir desta rebelião, houve a separação, Minas acabou se constituindo numa capitania administrativa independente. O que sobrou do Morro da Queimada: os vestígios arqueológicos que estão ali, um documento raríssimo, provavelmente o único, no caso da história do Brasil, do qual se pode dizer que é o que restou de um bairro onde a maior parte era constituída de população escrava. O professor Carlos Magno disse que nós não temos registro de outros lugares do Brasil onde vestígios arqueológicos, ou restos de uma ocupação deste tipo, tenham sido preservadas de forma tão íntegra como no caso do Morro da Queimada. Sabe-se que, no Morro da Queimada, a maior parte dos vestígios estão degradados em função da ocupação que foi feita sem critério. Ele falou que não se trata de culpar quem ocupou, mas é um processo que já está se dando de longa data e que, de qualquer maneira, ainda sobrou um patrimônio muito importante. Ele fica sensibilizado com o fato de chegar aqui, nesta Audiência Pública, e ouvir que existe todo um processo sendo desenvolvido na criação do Parque e da preservação dos vestígios que lá restaram. Insistiu no fato de que o que está ali é da maior importância porque permite reconstituir a história de Ouro Preto, da mineração, da sociedade colonial, de Minas Gerais, enfim a história de todos. Afirmou que isso não é pouca coisa, é da maior importância e, quanto ao Sítio Arqueológico, ele se arriscaria a dizer que não há similar, embora se tenha no município de Ouro Preto, e de outros municípios do Período Colonial do Ciclo do Ouro, sítios arqueológicos tão importantes. O Morro da Queimada tem essa particularidade, é um caso único porque é o que sobrou também de um movimento de rebeldia contra a dominação colonial. Para ele, não se tem muitos sítios arqueológicos que estejam caracterizados desta forma, ou seja, é um sítio arqueológico que tem um conteúdo político desde mil setecentos e vinte, o que lhe dá uma característica especial, ou seja, esta importância do Morro da Queimada. Louvou esta iniciativa de se preservar e de se criar o parque com o patrimônio arqueológico que está ali, com a possibilidade de que aquilo seja transformado em pesquisa, em conhecimento. **Frederico Sobreira:** Fez as seguintes considerações: até a década de setenta se tinha preservado um grande



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

conjunto de ruínas no atual bairro São Cristóvão, eram as minas do Coronel Veloso; o Morro do Santana era todo composto de ruínas, observa-se isso através de fotografias aéreas desta época e isso tudo foi embora; fez um apelo para que não se deixe destruir a história, o passado, pois existia um conjunto muito maior e que hoje está perdido; apresentou a síntese de um relatório que foi elaborado por um grupo de estudos decorrente de uma Audiência Pública que foi realizada em março de dois mil e um, no Morro São João, com a grande participação da população e de autoridades de Ouro Preto. Esse Grupo de Trabalho foi constituído por várias pessoas e instituições como: IPHAN, UFOP, CEFET, IEF, Câmara Técnica do CODEMA, Projeto Manuelzão do comitê de Ouro Preto, Amigos do Meio Ambiente de Ouro Preto, Associação de Proteção Ambiental de Ouro Preto, Associação de Bairro do Morro São Sebastião; apresentou um pequeno histórico para se ver o que existe de legislação protegendo aquelas áreas: em mil novecentos e sessenta e oito, foi aprovado pela Câmara, pela Lei 305 (trezentos e cinco), que dispõe sobre a criação do parque municipal do Parque das Andorinhas e definia como área do parque um círculo centrado na Cachoeira das Andorinhas com um raio de um quilômetro. Em mil novecentos e setenta e três, a Câmara Municipal de Ouro Preto aprovou outro Decreto Lei que define área de conservação de bens históricos artísticos e paisagísticos do município, estando entre eles a Cachoeira das Andorinhas e as proximidades. Em mil novecentos e oitenta e nove, foi aprovada, em nível estadual, a implantação da área de proteção ambiental da Cachoeira das Andorinhas, no município de Ouro Preto, a APA Andorinhas. Ela tem início no Morro São Sebastião e vai até as proximidades de Glaura, pega do distrito de São Bartolomeu quase todo. Em mil novecentos e noventa e seis, a Câmara Municipal de Ouro Preto aprovou a Lei Complementar 01/96 (zero um de noventa e seis) que é o Plano Diretor de Ouro Preto, institui o Plano Diretor e dá outras providências e, na seção 02 (dois) desse Plano está dito que, na zona de proteção dos distritos sede, do segundo parágrafo, do artigo vinte e seis, fica destinada área para a criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada. Ele afirmou que se tem um conjunto de leis estabelecidas e não seguidas. Complementou dizendo que: em dois mil e um, a Audiência Pública, ocorrida no dia vinte e um de março no Morro São João, resultou a montagem deste grupo técnico de trabalhos e que existe um rosário de motivos para preservar as Andorinhas e o Morro da Queimada e que na região das Andorinhas, a beleza cênica não se discute; não existia demarcação do parque, aquele raio de um quilômetro é difícil demarcar; não existia esta demarcação lá no local; há um processo de degradação que estava em curso na região, desmatamentos, ocupações irregulares, atividades extrativas de quartzito, etc. e violência que, naquela altura, já começava a surgir na região e hoje se tem resultados disto: ninguém mais freqüenta as Andorinhas. Em relação ao Morro da Queimada: a questão da ocupação irregular que foi subindo a encosta

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

2004
Sle.



da rua Quinze de Agosto e já tinha tomado até a altura de cerca de dois terços talvez da área ou mais; a própria destruição das ruínas, talvez até para utilizar o material, como material de construção; uma depredação que ocorreu, dentre outros motivos. O desdobramento da Audiência foi este grupo técnico que se reuniu logo no início de abril de dois mil e um para discutir o assunto tecnicamente e ficou acertado de criar duas sub-comissões: uma que trataria do Morro da Queimada e outra do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas. A do Morro da Queimada foi constituída pelo IPHAN, UFOP, EFFOP, AMA Ouro Preto e Câmara Municipal; da Cachoeira das Andorinhas foi constituída pelo IEF, Prefeitura - que participou nesta etapa -, Projeto Manuelzão, APAIOP e Associação de Bairro do Morro São Sebastião. Esse grupo técnico ficou com a incumbência de delimitar, de estabelecer os limites, tanto do Parque como os limites do que seria o Sítio Arqueológico do Morro da Queimada. No caso da Andorinhas, achou-se que aquela área estabelecida em lei seria muito difícil de se demarcar em campo e ela também não levou o critério de bacia hidrográfica, critério usado para demarcações de regiões. As bacias hidrográficas são levadas muito em consideração na demarcação de áreas. Então, aquela área de um quilômetro de raio, a partir das Andorinhas, não funcionava bem, e a definição da área total para a implantação do Parque ficou baseada nos princípios do uso e ocupação do solo em bacias hidrográficas, que é a referência para a preservação de recursos hídricos, os limites fisiográficos, ou seja, o topo dos morros que foi estabelecido como a principal referência para aquelas sub-bacias, é mais fácil visualizar, demarcar e define bem o ambiente. Evidentemente, foi a morfologia que foi o elemento orientador e os pontos notáveis foram localizados pelas suas coordenadas cartográficas e tomadas por aparelhos de trabalho de campo, etc. A área total do Parque estaria em torno de setecentos hectares. O grupo que elaborou a demarcação do Sítio Arqueológico do Morro da Queimada, discutiu muito. O que é arqueológico vai desde a rua Quinze de Agosto até o topo da encosta. Só que grande parte está com ocupação já consolidada. Seria até um pouco fora do consenso delimitar o Parque total até ali e tentar realocar as pessoas, ou seja, o custo é muito maior, pois deve ter cerca de trezentos casas. Na parte mais baixa da encosta, a ocupação alterou e destruiu várias estruturas totalmente. Há um grande adensamento, ou seja, o custo para indenização, realocação de pessoas seria muito alto e inviabilizaria talvez o trabalho que se teria. Estabeleceu-se que o limite sul do Parque estaria exatamente no final da frente de ocupação mais adensada. Na época, tinha mais ou menos quizesete casas apenas dentro do que foi estabelecido de limite. Este limite sul foi localizado através de pontos notáveis, estruturas, mundéus, galerias, ruínas, escarpas rochosas que eram referências praticamente imutáveis ao longo do tempo. Os limites laterais a leste e oeste ficaram definidos pelas feições fisiográficas, que são escarpas rochosas, vales. O Morro da Queimada é bem

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



definido, ele termina ali mesmo, são vales profundos com vegetação, então ficou fácil de delimitar estas laterais do Parque. No entanto, a parte baixa da encosta, a área com ocupação mais densa, foi considerada de alta interesse e recomendou-se a avaliação de sua importância, seu estado de degradação e até uma proposta de recuperação. Só que, no momento, era inviável inserir tudo como Parque porque o problema se tornaria muito maior. Tem-se um problema com mais ou menos vinte casas e passaria a ter com duzentos ou trezentos. Existe ainda algum patrimônio, estruturas, muitas delas casas construídas sobre estas estruturas e aquilo tudo representa o Sítio Arqueológico. Entretanto o estado de degradação é bem acentuado. Esta área, que foi delimitada, tem cerca de setecentos hectares, vai até o topo da encosta. A serra de Ouro Preto é o divisor de duas grandes bacias regionais: a bacia do Rio Doce e a bacia do Rio São Francisco. É o do Rio das Velhas que vai desembocar no Rio São Francisco, ou seja, tudo que cair no bairro São Sebastião vai lá para Sergipe, Bahia, rio São Francisco e tudo que está aqui na área de Ouro Preto. Os rios correm todos para o Espírito Santo, o Rio Doce deságua no mar em Linhares. Então, aqui é um ponto marcante, é o grande divisor de bacias hidrográficas regionais e o Parque das Andorinhas está na bacia do Rio das Velhas, no São Francisco, e as ruínas da Queimada estão no lado das encostas. Mas, apesar desta separação fisiográfica, achou-se por bem unir os dois. Primeiro porque o topo da encosta seria o limite entre o Sítio Arqueológico e o Parque das Andorinhas. As áreas são contíguas, separadas somente por este divisor de bacias. O interesse pela preservação de ambas foi convergente, sempre andaram juntas na Audiência Pública do Morro de São João e não justificaria criar duas unidades de conservação distintas: uma é o Sítio Arqueológico e outra é o Parque, já que se estava propondo a redefinição dos limites do Parque porque não inserir este trecho mais facilmente saudável do Morro da Queimada, a parte alta que ainda tem muitos ruínas e história ali ainda. Este relatório foi concluído em setembro de dois mil e um, portanto de março a setembro já se passa um ano e meio e está se voltando ao tema. Disse que é uma pena pena que as coisas ocorram dessa maneira e que eles têm essa proposta há um ano e meio, sendo que estão tentando reacender essa chama. Disse também que o presente relatório foi enviado para a Prefeitura e que ele apresenta muito mais do que ele contém como o memorial descritivo que são os pontos, as coordenadas dos pontos que marcam estes limites junto com os documentos cartográficos que foram elaborados na época. Segundo ele, chegou-se à conclusão de que o Parque Municipal das Andorinhas e Morro da Queimada só seriam concretizados se as seguintes etapas fossem cumpridas: elaboração da minuta de lei com a devida aprovação pela Câmara Municipal de Ouro Preto e pelo Poder Executivo, ou seja, a partir deste relatório, elaborar uma minuta de lei que complementa aquela Lei de mil novecentos e sessenta e oito, alterando os limites do Parque e inserindo o Sítio



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

Arqueológico do Morro da Queimada neste Parque; sem uma demarcação topográfica no local, marcos e seguindo o memorial descritivo também é muito difícil, a área vai ficar lá sujeito a uma série de problemas: desmatamentos e invasões vão continuar; fiscalização efetiva visando ao controle de ocupações indevidas em toda área do Parque; um levantamento da área do Parque demarcada e efetivação da posse dos terrenos pelo município; aprovação deste Parque Municipal das Andorinhas e do Morro da Queimada pela Secretaria de Estado e Meio Ambiente; elaboração de um zoneamento ambiental e plano de manejo deste Parque. Segundo Frederico Sobreira, não está se propondo que se tire o povo de lá, porque isto é muito mais importante que qualquer coisa, mas a situação das pessoas lá é muito precária e sempre foi defendido que, para ter isso efetivado, tem que ser resolvida a questão das pessoas que estão morando ali até a rua Quinze de Agosto. Sem a resolução desse problema fica muito difícil e isto é um problema social. A questão seria a realocação destas pessoas. **Roninho:** Falou que o Parque é uma unidade de conservação de proteção integral e se propõe a implantação de um Parque de proteção integral que está inserido numa unidade de conservação de uso sustentável que é a APA das Andorinhas porque mesmo esse tipo de unidade não tem condição de assegurar a efetiva proteção daquela região e a diferença disto é que, por ser de proteção integral e por ser uma unidade de conservação esse tipo Parque, ele tem que ter domínio público. Optou-se estar trabalhando para ser um Parque Municipal que, dentro da legislação que coloca hoje, se for um Parque a nível do Município, seria chamado um Parque Natural e Municipal. A legislação, que fala isto, é um sistema Nacional de Unidade Conservação da Natureza, é recente e define o que é um parque e os procedimentos que devem ser tomados para implantação do mesmo. Falou que não há dúvida da importância de ser um conjunto só, uma unidade de preservação só, num mosaico, dentro de um conjunto, que é um parque e a maior parte dele está inserido numa área de proteção ambiental que é a APA das Andorinhas. Ele acha que é muito importante a preservação da região toda, não precisa nem de discordar disto, mas é muito importante para aquelas pessoas que vivem nesta região ou no seu entorno também participarem do processo que têm uma viabilidade econômica de sobrevivência. Enfatizou que esta Audiência Pública vale como uma consulta de aprovação desta unidade de conservação que é o Parque das Andorinhas e o Morro da Queimada. É um parque municipal precisa da disposição do executivo do município para que seja implantado. Reconhece plenamente e vai valorizar o empenho do Poder Público vinculado à Câmara, que é uma das instâncias do poder Público Municipal que está solidária, parceira e disparou o tempo inteiro o processo com a primeira Audiência Pública. Em relação ao estado e a área de proteção ambiental das Andorinhas, apesar das dificuldades, achava que dificuldades existem mesmo, mas o estado está se propondo a resolver



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



o problema, tanto que buscou recurso no Ministério do Meio Ambiente no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) para o zoneamento, fez a resolução do COPAN, mas não saíram do mesmo lugar. Para receber um parecer do jurídico dentro da reunião do CODEMA sobre a minuta de lei que redelimita a área do Parque que foi feita há um ano e meio atrás. Esse parecer foi pedido e levou um ano para vir este parecer que diz o óbvio: é preciso fazer a redelimitação do Parque, é preciso mudar a Lei de sessenta e oito que é muito vaga. Disse que não conseguia entender porque não estavam trabalhando conjuntamente e quem está falando não era o Roninho, opositor político a fulano ou a ciclano, era o Roninho que é cidadão como todos que estavam presentes e como todos que estavam cumprindo papel no Executivo e também no Legislativo. Disse também que a proposta foi apresentada por todos que ali estavam, não existia nada de pessoal, e sim um desejo muito grande de cada cidadão: resolver o problema. **Dra Marta:** Acha muito importante que a comunidade esteja envolvida na criação do Parque porque, ao passo que estiverem aliando a preservação daquela área, vão buscar também a melhoria das condições de vida da população que ali habita; tem conhecimento de que a maioria das residências não têm energia elétrica, água encanada, sistema de esgoto; Falou que o esgoto é todo lançado no Rio das Velhas e isto é uma coisa que, daqui a alguns anos, vai custar para a própria população. Disse que é importante que se caminhe a passos rápidos para criação deste Parque e as que pessoas também têm que entender que, a partir do momento que o Parque for criado, isto vai implicar emprego, porque a área vai ser delimitada, vai ter a possibilidade de formação de guias turísticos, todo um desenvolvimento que, por hora, não se tem pela falta do Poder Executivo. Segundo ela, não estava falando desta administração, porque a Lei já é de mil novecentos e sessenta e oito e, infelizmente, não se teve, de nenhuma desta últimas administrações, a consciência de que a criação do Parque, além da questão da preservação, ia implicar melhoria da condição de vida de população. **Dra. Sílvia:** Disse que estava representando a REGAR, Rede de Gênero e Geração, uma ONG que já, há seis anos, trabalha com políticas públicas buscando monitorar e subsidiar as questões de violência doméstica e institucional em Ouro Preto. Há dez anos acompanha esta questão do Morro da Queimada mas através da Ângela e de todas as pessoas envolvidas que conhece e, a partir de 2001, como a REGAR foi qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP- pelo Ministério da Justiça e passa a usufruir dos benefícios da Lei 9790/ 99, isto significa que se pode receber recursos para ajudar a financiar projetos que envolvem essas políticas públicas e que eles têm um grupo de técnicos, professores da universidade, Paulo Assis, irmão do professor João Batista Assis, professor da PUC Minas, que desenvolveu um sistema construtivo ecológico que são módulos de solo cimento, tijolinhos perfurados que não é necessário queima de madeira para se elaborar



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

estes tijolos e as casas são feitas de encaixe, parece os brinquedinhos de Lego, não precisa de cimento na estrutura. Então a estrutura de concreto, sistema elétrico, tudo passa por dentro das paredes. Disse que tem uma experiência de criação de um condomínio em Contagem, junto de uma outra ONG feminista, em que as mulheres criaram um banco de horas. Elas trabalham oitocentas horas que elas calculavam em que uma pessoa trabalhava oitocentas horas e construía uma casa, pois daria para construir uma casa em seis meses a custo baixíssimo com envolvimento da própria comunidade, porque é muito complicado alguém pretender fazer casa para os outros, porque cada um sabe como deve ser feito. O projeto que a ONG está desenvolvendo é uma parceria da UFOP com a PUC Minas, UFMG, estagiários da engenharia Civil, arqueologia. Isso vai gerar uma mobilização muito grande da comunidade, os moradores vão estar numa situação porque todos os projetos da ONG vão estar numa perspectiva de imponderamento. Então vai se ter as rédeas e a orientação deste projeto nas mãos e vai se tentar identificar uma área de expansão que já esteja prevista no Plano Diretor, próximo do Sítio Arqueológico para se construir estas e que os moradores, que estavam de uma forma muito precária ocupando o Morro da Queimada, possam estar numa situação com água, esgoto, luz, asfalto, creche, etc., morando com dignidade e sobrevivendo com a exploração do Parque que antes estava sendo destruído. Disse que aquilo pode gerar muita renda, emprego para muita gente. Isto vai depender muito do interesse dos moradores e vão precisar de uma participação do Município, pois não tem como buscar um financiamento integral e não tem como conduzir um projeto deste sem articulação do Município. Falou que é preciso o compromisso de todas essas instituições que estão envolvidas e, principalmente, do interesse e mobilização de todos, porque a qualidade de vida e moradia estão em jogo. Existem a legislação de apoio, os marcos legais, os marcos conceituais, um projeto que está sendo elaborado, existem doze milhões que estão a caminho (já foi até publicado no Estado de Minas). Se não correrem e trabalharem, esse dinheiro vai desaparecer e vão continuar na mesma situação. Isso importa principalmente para todos os ouropretanos. Ela se colocou a disposição para construir juntos este projeto. **Sr. Flávio Andrade:** Colocou três coisas: um protesto, uma informação e uma proposta. O protesto é que mais uma vez a Prefeitura estava ausente num momento tão rico. A sugestão é que aprovassem um repúdio à Prefeitura pela sua omissão, e que esta denúncia fosse mandado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e FEAM, porque a Prefeita vai a Brasília e faz um discurso muito bonitinho, mas aqui na Praça Tiradentes ela sai vaiada, corrida. Se isto aqui não andou há um ano e meio, o Brasil tem quase seis mil municípios, quantos municípios para ter um estudo desta competência que o Frederico apresentou aqui de graça e que a Prefeitura jogou no lixo. Fez um pedido de



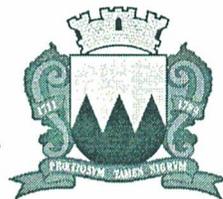
Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

informação à Dra. Marta, promotora do Patrimônio Cultural e Natural: faz-se esta omissão irresponsável do Poder Executivo, o que os cidadãos podem fazer para denunciar a Prefeitura e obrigá-la a cumprir a Lei que obriga a preservar o meio ambiente e oferecer condições de vida digna para as pessoas e preservar o patrimônio histórico? **Professor Frederico:** Só para retificar, disse que participou de uma equipe em que estavam aquelas instituições todas. Disse que foi um trabalho que envolveu muita gente e que ele apenas apresentou mas, ele foi um dos membros da equipe. **Sr. Bruno:** Disse que é coordenador e idealizador de um projeto desenvolvido para potencializar áreas como a APA da Cachoeira das Andorinhas que tem um potencial que está desperdiçado por questões políticas e sociais e que não vem ao caso de ter a relevância que tem. Acha que eles são muito maiores que qualquer problema político que venha a trazer desavenças entre instituições e pessoas da área pública e privada. **Gerson Cotta:** Ressaltou a importância deste projeto, pois hoje se tem uma ocupação média de turista de uma diária e meia por visitante e, com um projeto desta natureza, passar-se-iam por duas diárias, possivelmente três. Para ele, isso significa mais emprego e melhor fonte de economia. Disse que estava representando a Associação Comercial e não poderia deixar de registrar, como cidadão ouropretano, o repúdio, indignação, pela incompetência, omissão das autoridades, permitindo que a situação chegasse onde chegou. Falou que isso é muito triste, é lamentável para todos que assistem, às vezes, de braços cruzados. Mas é preciso que haja união para mudar esta situação, pois é um local que lhes foi deixado para lazer e prazer que se tornou um local de violência, estupros, tráfico de drogas e vários assaltos. **Sr. Juliano Ferreira (Associação dos Moradores do Morro da Queimada):** Esclareceu a posição da comunidade do Morro da Queimada nesta relação da criação do Parque Arqueológico. Disse que entende como invasores o mesmo que criminosos e lá, o que há, são pais de família, pessoas dignas e de caráter. Falou que, se lá tem invasores, a maioria da população de Ouro Preto também é porque aqui não se tem nem condições de adquirir um documento que prove que o terreno é seu. A maioria são todos invasores e que o modo que este projeto está sendo administrado é bastante agressivo e hostil à comunidade do Morro da Queimada, pois, quando as pessoas que estão conduzindo o projeto vão a área do Parque, elas não notificam a associação de moradores a respeito disto e isto criou um certo terrorismo na população do bairro porque é bastante obscura os fins a que se destinam este projeto em relação à comunidade. Falou que, mesmo agora com tudo que o professor da Universidade apresentou, ainda não ficou muito claro para eles e que necessitariam de mais informações. Falou também que tem um rapaz, Geraldo Pereira Graça, que foi acusado de estar destruindo ruínas para usar o material como construção e isto é mentira, sendo que eles têm como provar. Segundo ele, as pessoas que fizeram essa acusação podem ser processadas e

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



também por invasão de propriedade. Ele informou que a comunidade tem muito interesse na criação do Parque, só que ela quer trabalhar em conjunto com as pessoas que estão conduzindo este projeto e ela tem tanto interesse nisto que pode até apresentar um projeto também para preservação do Parque. Falou que a comunidade quer ser inserida neste projeto e não ficar com migalhas, o que acontece com a população carente aqui de Ouro Preto em relação ao turismo. Quanto à importância deste patrimônio histórico, eles têm a noção e conhecem a história do bairro. Ele disse que tem procurado informar a comunidade a respeito deste patrimônio e deste valor que ele tem. Disse que: gostariam de ser melhores informados a respeito deste projeto; querem a preservação do Parque e ajudar nesta preservação; não querem, de modo algum, serem lesados quanto a isso e vão procurar os direitos deles, pois se virem que estes direitos estão sendo respeitados e que a criação deste Parque trará benefício em primeira mão para os moradores do Morro da Queimada, poder-se-ia ter a certeza de que a comunidade vai ser uma aliada forte nisto. Caso isso não ocorra, a comunidade vai ser inimiga, o que ele achava que não era viável. Falou que, se o trabalho não for em conjunto, é perigoso o projeto não sair do papel. Quanto à desapropriação da área, disse que há soluções para que as pessoas fiquem no bairro mesmo, porque já criaram laços afetivos lá e têm condições para que suas novas moradias sejam construídas lá.

Armando Wood: Disse que ninguém está propondo tirar ninguém de suas casas, pois todo homem tem direito a ter a sua casa e que ela seja digna, que tenha água, luz, esgoto e gente viva morando e com qualidade de vida e que ninguém está fazendo uma proposta de ir contra essa situação. Disse que se tem que valorizar e ninguém fazer um negócio fechado onde o povo esteja de cá e o museu de lá, o povo tem que estar dentro e que, quanto mais a associação souber, estiver presente, as pessoas interessarem melhor, mais vantagem existirão para que as pessoas usufruem das condições de terem a sua cultura. Isto é uma situação que tudo tem a ver com Ouro Preto. Nada é simples, tudo é complicado, porque os interesses são variados e cada um que souber defender bem os seus interesses, as decisões que serão tiradas disso serão mais adequadas. Conforme ele, aí entra a questão de como isso é organizado. Então é uma proposta que deve ser enviada à Câmara, e aí a Lei tem uma restrição no sentido que tem que se fazer isso. É o Executivo que tem fazer isso, pois há um erro se surgir de outra maneira porque se sabia, pelas informações, por aquilo que está sendo colocado, que o Executivo não quer fazer este projeto, que é uma luta de muito tempo e muita gente querendo que seja feito. Disse que o projeto que foi apresentado hoje ninguém cobrou nada por ele e que o mesmo foi oferecido de graça pelas pessoas que têm interesse com aquilo que significa o Parque das Andorinhas e do Morro da Queimada. Isso está sendo oferecido ao Município de uma maneira graciosa e, mesmo assim, o Poder Executivo não está interessado em fazer a parte que lhe cabe. Ele informou que



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

está no CODEMA, Conselho do Meio Ambiente, e, na última reunião, o Secretário deixou claro que não tem interesse de levar essa proposta. Falou que estava falando de uma coisa que não é fácil, pois tem gente que não quer, mas eles queriam isso e, da maneira como querem, vão ter que se organizar para que isso aconteça. **Antônio Pinto Maluf:** Perguntou ao Professor Frederico se há uma estimativa de qual é o prazo para que a Câmara e o Executivo demorassem para fazer a primeira etapa apresentada. **Frederico:** Respondeu que a proposta foi apresentada em setembro de dois mil e um, seis meses depois da primeira Audiência Pública, e que, depois disso, estavam tendo esta nova Audiência Pública. Informou que um dos motivos é não deixar esta chama apagar, ou seja, o tempo que demoraria, pois a proposta está lá há um ano e meio e não foi analisada. **Antônio Pinto Maluf:** Disse que, se não colocar uma cerca na Cachoeira das Andorinhas, daqui a uns dias irão procurar a Cachoeira das Andorinhas para baixo de São Bartolomeu, nascente do Rio das Velhas. **Efigênia Carabina:** Disse que gostaria de pedir que olhassem com carinho a população que estava presente que deixou suas casas para estar aqui discutindo o que fazer de suas vidas e de suas casas. **Vereador Wanderley Rossi Júnior - "Kuruzu":** Com relação ao Morro da Queimada, disse que, enquanto o Executivo não fizer a parte dele, essas reuniões vão acontecer no máximo até aqui, pois a Câmara não pode ter iniciativa de fazer esse tipo de Projeto de Lei. Falou que está esta Audiência Pública, sobretudo para ser sincero e honesto, é que as pessoas ficam numa expectativa de que a Câmara e as autoridades presentes vão resolver porque, enquanto a Prefeitura, ou por livre e espontânea ou por obrigação, ou por força da Justiça, enquanto ela não reagir, pode-se ir no máximo até aqui. Falou que a Câmara tinha feito uma Reunião Especial no Morro da Queimada e o Líder da Prefeitura, Sr. Walter da Bemil, que falou do dinheiro que estava para chegar para Ouro Preto, a primeira parte vai ser para construir as casas referentes às pessoas que estão morando lá na área delimitada. Isso foi palavra do Líder da Prefeitura. No entanto, o Vereador Wanderley Rossi Júnior "Kuruzu" frisou que já o Armando Wood falou que no Codema o Secretário de Agropecuário e Meio Ambiente dissera que não era o objetivo deles resolverem essa questão. Disse que, se essas coisas não forem esclarecidas, injustamente, alguém se passa por mentiroso sem deixar às claras quem é o mentiroso realmente, pois, ou está mentindo o Secretário ou está mentido o Líder da Prefeitura. **Dona Maria:** Disse que o que está acontecendo no bairro é que, essas famílias que ficaram para sair do bairro, estão com as casas delas em péssimas condições e com medo de investir na casa para depois ser demolida. Segundo ela, é uma situação muito difícil, pois, enquanto não se decide isso, eles não têm nenhuma segurança. Falou que essas pessoas compareceram a essa Audiência Pública procurando uma solução com urgência e, para isso, eles contam com a compreensão e o apoio de todos. **Vereador Wanderley Rossi Júnior "Kuruzu":**



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



disse que todos que estavam presentes queriam ajudar, mas quem decide não está presente: a Prefeitura. Falou também que o problema pode ser resolvido de três chances: primeira- quando a Prefeitura resolver fazer por livre e espontânea vontade; segunda – quando, por pressão, a Prefeitura for obrigada a fazer; terceira- quando a Justiça obrigar a Prefeitura a fazer. Perguntou à Dra Marta se há a possibilidade da Justiça obrigar a Prefeitura a fazer. **Dra Marta:** Respondeu que, pelo que ela sabia, esse Projeto de Lei, que foi elaborado pela Comissão de Estudos, foi encaminhado para a Prefeita há um ano e meio e caber-lhe-ia, como chefe do Poder Executivo, encaminhar à Câmara de Vereadores o Projeto de Lei para ser aprovado e, no final, sancionado por ela. Disse que essa matéria de Criação de Unidade de Conservação é daquelas matérias que só podem ser abordadas por Lei de iniciativa do chefe do Executivo. Disse que não pode, por exemplo, um Vereador apresentar o Projeto de Lei, e é esse ponto que está emperrando já que o Vereador não pode e a Prefeita, que deveria, não manda. Disse que também não se pode deixar de colocar que a omissão do Poder Executivo, em tomar as medidas administrativas, está dando margem a danos ao Meio Ambiente e danos ao Patrimônio Histórico e Arqueológico. Por esses danos, a Prefeitura pode ser responsabilizada. O que o Ministério Público pode fazer, segundo ela: processar criminalmente o chefe do Executivo pelo dano ao Meio Ambiente e pode também propor uma ação civil de improbabilidade administrativa por dano ao Meio Ambiente. Acredita que essas medidas são suficientes para acabar com a inércia, uma vez que o chefe do Executivo está sendo processado criminalmente e civilmente pela omissão, pelo dano. **Roninho:** Pediu um aparte já que havia sido citado. Falou que, o tempo todo, procura-se entender o problema dos moradores do Morro da Queimada e que eles não têm que decidir nada em relação à retirada desses moradores e não é esse o desejo. Desejam delimitar a área do Parque, pois sabem que vai acontecer situações em que essas moradias vão estar dentro da área, mas isso não é uma decisão pessoal. É uma decisão de um consenso, de um estudo que procurou, com bastante sensibilidade, minimizar o máximo esse impacto social. Colocou isso porque, para cada um dos moradores do Morro da Queimada, como para aqueles que possuem propriedades dentro da área do Parque das Andorinhas, eles querem uma solução coletiva, sendo que ele é do lado desse diálogo. Disse que cabe ao Executivo essa questão de desapropriação e que eles estavam reunidos para definirem e defenderem o lado social dos moradores. Disse que o interesse é o bem de cada um dos moradores. Disse que todos os presentes estavam falando do próprio bem comum; que a maior violência é a omissão e que estavam falando de algo que corroe a cidade: a omissão de cada um como cidadão, a omissão de um gestor público, a omissão de cada um. Disse que o que queria era dar as mãos para cada um a fim de se buscar uma solução. **Alguém não identificado:** Pontuou os seguintes aspectos: não se

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



deve construir mais para cima; não tirar nada das pedras que estão nas ruínas; enfatizou que o dinheiro recebido pela Prefeita não são R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), mas sim R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para construir casa para quem está em um lugar de perigo e aquele lugar não está em perigo, estão é num lugar em que não deviam estar, mas, já que se permitiu que se construíssem lá, tem que se contar com a seguinte situação: dá para tirar todo mundo de lá? Não dá, pois R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) não paga isso de jeito nenhum. Disse que se tem que pensar conjuntamente porque só assim o Parque vai ser melhor. Falou também que: é importante valorizar aquilo que está lá; que não se deve ter medo de quem é que vai fazer; da Prefeita, podem até ficar com medo, pois nunca se sabe o que é que ela quer. Ele achava que ela não iria gastar o dinheiro com eles e que ela iria fazer outras coisas com esse dinheiro. Disse que se dá para fazer um Parque com as ruínas e que se há alguma coisa importante que alguém gostaria de negociar, deve se colocar para que seja apreciado e que, se isso for acertado, eles já deram um passo, pois os moradores conhecem o que está lá. **Gérson Cotta**: Sugeriu que seria viável implantar inicialmente o Parque da Cachoeira e, em seguida, tratarem da solução do Morro da Queimada. **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar**: Disse que, para encerrar a presente reunião, a preservação ainda encontrada no Morro da Queimada se deve aos moradores do Morro da Queimada, pelo menos nos dois anos em que vinha participando desse processo. Falou que a Câmara Municipal de Ouro Preto tem interesse em trazer melhor qualidade de vida para o povo, o qual representa e é, em função disso que a Câmara começou a presente discussão, sendo que o objetivo do Legislativo era que o Poder Executivo, com o dinheiro dele ou com convênio com entidades, ou empresas, fosse dialogar com o pessoal do Morro da Queimada e construísse para cada um, que tem uma casa lá, uma casa melhor e bem situada em local ali próximo para que todos pudessem ter uma qualidade de vida melhor e, ao mesmo tempo, reestabilizar aquela parte daquele Sítio Arqueológico. Disse que, em se tratando de um Sítio Arqueológico, ele é preservado por Lei Federal, logo não adianta a Prefeitura, a Câmara, ou qualquer outro querer dar ali a propriedade aos moradores, pois essa propriedade é retirada por uma Lei Federal. Falou que a Câmara entrou nisso com este objetivo: melhorar a qualidade de vida das pessoas ali. Falou também que não se tinha esperança de que isso vá acontecer neste governo, até porque achavam que nem dava mais tempo, mas se tinha a esperança de que, durante a vida ativa deles, conseguissem resolver o problema do Morro da Queimada e que essa era a expectativa dele e de alguns vereadores da Câmara. Explicou também que a Câmara não é a Prefeitura, não podendo resolver o problema porque a Câmara não executa e que ela não pode fazer as proposições de lei que gerem custos para o Município. Segundo ele, a legislação específica do Parque do Morro da Queimada ou da Cachoeira das

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



Andorinhas só poderá ser feita pela Prefeitura, já que gerará gastos inevitavelmente. Falou que a Câmara faz o que pode e que, paralelamente, a Câmara busca outras fontes de recursos que possam resolver esse problema. Informou a todos que, no dia seguinte, a Mesa da Câmara, juntamente com alguns Vereadores, estaria indo a Brasília e tinha uma audiência marcada com o Ministro Walfrido dos Mares Guia que prometeu recursos para Ouro Preto e que eles iriam solicitá-los, pois sendo o Morro da Queimada uma das localidades mais importantes de Ouro Preto, não só por estar por cima e por se ter de lá uma maravilhosa vista, mas porque ali está o princípio da mineração brasileira e ali existem resquícios do que há de mais sagrado para a história da mineração e da história cultural até das raças de Ouro Preto. Pediriam ao Ministro e achavam que iam conseguir, pois, segundo ele, esse Ministro tem raízes em Ouro Preto e disse que quer dirigir recursos para Ouro Preto. Falou que, no dia subsequente ao encontro com o Ministro Walfrido dos Mares Guia, teriam também uma audiência com o Ministro Gilberto Gil e também iriam pedir porque ele também disse que quer dirigir recursos para Ouro Preto. Ele achava que esse Ministro também ia querer ajudar. Disse que, quem busca algo tão importante quanto aquilo que eles estavam buscando, não seria possível que iriam encontrar alguém ou algum dia ou alguma hora em que iriam resolver a situação. Agradeceu a todos pela presença e encerrou a presente Audiência Pública. Essa ata foi lavrada por Rosângela Arlinda Estanislau, agente legislativo I, desta Casa Legislativa, em 17 de junho de 2005.



ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE
OURO PRETO

21 de março de 2001



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO EM VINTE E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E UM

Vereador Jarbas Eustáquio Avellar: "... Para gerar empregos. Eu gostaria de registrar a presença do vereador Wander, do Vicente Pedrosa se eles quiserem vir aqui para frente podem ficar à vontade. Então para que pudéssemos desenvolver estes trabalhos já, propositadamente, convidamos aqui para a Mesa aquelas pessoas que têm o comando do poder, das coisas. Eu queria que, alguma dessas pessoas, se desejar, primeiramente, todos teremos oportunidade de falar, mas essas pessoas que aqui estão são aquelas mais ligadas ao assunto. Eu queria então dedicar essa sessão seguinte à palavra deles e sem obedecer qualquer ordem, sem elaborar um roteiro, vou aleatoriamente saber quem quer falar começando pelo nosso Vice-Prefeito o Perdigão." *Vice-Prefeito João Bosco Perdigão*: "Boa noite a todos! Parabenizo o Legislativo pela iniciativa e dizer que deste evento aqui será o marco da Câmara e que, coletivamente, encontraremos soluções que tanto desejamos. Como você disse que preserve o Ambiente e que, harmonicamente, possamos encontrar alternativas de geração de emprego inclusive nesse espaço belíssimo como foi mostrado. Desejo sucesso a todos nós: comunidade, poder público para encontrarmos soluções pertinentes. Parabéns à Câmara." *Vereador Jarbas Eustáquio Avellar*: "Vamos passar a palavra par o Dr Adauto." *Dr Adauto*: "Boa noite a todos os presentes eu tenho um outro compromisso, mas o Major Janeiro que é o homem que Comanda a Policia Militar que está muito bem representada pelo Comandante. Tudo aqui, que ele delimitar ou dizer, a Policia Civil, a Policia Judiciária vai estar dando total apoio, considerando que o policiamento preventivo é de competência da Policia Militar. Quando alguém ver uma viatura da Policia Civil é porque estamos em diligência, cumprimento de algum mandato de busca e apreensão, de prisão e outras diligências neste sentido. Mas não está muito difícil de resolver o problema de Cachoeira das Andorinhas e outras Cachoeiras que se têm por aqui não. Nós temos o poder público constituído, realmente o Estado, mas também temos o poder público municipal. A Constituição é clara, precisa e tranqüila: o Poder Público Municipal poderá também formar guardas- municipais que também poderão nos auxiliar e muito. Inclusive, depois o Major pode citar alguns exemplos e dizer outras coisas, a Prefeitura; quando, se porventura vir a criar a guarda municipal, poderá criar guaritas. Acho que isso vem trazer certa tranqüilidade, mas acho que isto tudo é questão de educação, porque vimos ali no vídeo garrafas jogadas, eu lamento, mas quase ou todo o final de semana nós temos assalto na Cachoeira das Andorinhas, do Falcão e por aí a fora. Eu acho que o Poder Constituído Estadual e Municipal tem muito a ver sim. A Policia Civil é a feitura do inquérito policial, é onde se forma o corpo de delito e manda para o Poder Judiciário o Ministério Público vê, verifica se realmente há ou não condições de denunciar o cidadão ou aquela pessoa que vier transgredir a Lei, oferece a denúncia e por ali começa o processo. A Policia Militar é encarregada dessa fiscalização. Agora, Ouro Preto é uma cidade diferente, é uma cidade ímpar. Tivemos no começo do ano dois assaltos a bancos dentro de um mês, estamos trabalhando, não podemos dizer aqui, mas estamos trabalhando mais ali na área central, porque temos informação. A Policia Militar



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

tem um serviço velado dela que é de informação, eu tenho os detetives e temos informações de quadrilhas que estão por aqui, que se alojaram próximo de Ouro Preto, aguardando uma oportunidade para tomar de assalto novamente um banco. As nossas preocupações são muitas, realmente são muitas, isto aqui para nós é também uma preocupação. Só que o bandido que está agindo aqui ele sabe que o deslocamento de uma viatura, seja ela qual for do centro, das delegacias, do quartel até aqui no mínimo é vinte minutos, como isso já aconteceu. Tivemos estupros e tantos outros assaltos, mas queremos evitar. Eu quero sensibilizar a Prefeitura para ela olhar a Constituição que está ali que pode formar a Guarda Municipal, vai gerar empregos, conforme disse o nosso Vice-Prefeito e colocar Guardas Municipais, porque tem amparo legal para isso. Vamos cobrar da Polícia? Vamos cobrar, mas também temos que ver o que temos para oferecer e não temos muita coisa a oferecer não. Eu para conseguir um carro novo foi uma luta, uma política, muito difícil. É um trabalho muito difícil para nós, eu como o Major fico muito sensibilizado. Houve o assalto? Houve. Nós já estamos apurando, já apuramos, mas é muito difícil só para nós. Isso já começa, é uma questão de formação e educação, aquela garrafa que está jogada lá dentro. Vamos tentar formar alguma coisa de bom para protegermos a comunidade, a sociedade, principalmente desses lugares mais afastados. Infelizmente, eu vou ter que ir embora e aquilo que o Major tiver a dizer aqui vai falar em meu nome porque estamos dando total apoio à Polícia Militar também. Eu agradeço e peço desculpas por ter que me ausentar neste momento. Muito obrigado.” **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar**: “Muito agradecido, Dr Adauto! Queríamos convidar para vir fazer parte aqui conosco o Dr. Luís Henrique, Promotor Curador do Meio Ambiente, que é uma pessoa muito importante na nossa reunião. Continuando então. Gostaria de dizer ao Dr. Luís Henrique que já passamos dois vídeos que retrataram algumas situações das Ruínas do Morro da Queimada, Cachoeira das Andorinhas. Estamos agora objetivando que as pessoas, que têm realmente o poder de realizar a preservação dessa área, dêem sugestões para que finalmente possamos promover um grupo de trabalho que possa gerar um relatório para encaminharmos aos poderes públicos: Poder Executivo Municipal, Estadual e Federal que possam nos ajudar. Eu gostaria, se o Dr. Luís Henrique não se importar, de passar a palavra para ele nos falar.” **Dr. Luís Henrique**: “Boa noite a todo! Cumprimento especialmente os integrantes da Mesa, os senhores todos. Desculpe pelo adiantado da hora em virtude de estar saindo do Fórum agora. Mas, assim que terminei lá, fiz questão de estar presente nesta reunião que entendo ser da maior relevância, da maior importância. Ouro Preto tem uma demanda enorme na área de proteção não só ao Patrimônio Histórico Cultural como também na proteção ao Meio Ambiente. Essa área que junta os Morros de São João, Santana, Cachoeira das Andorinhas e regiões de mitras, é uma área que vem apresentando ultimamente um nível muito grande de desrespeito e de degradação ambiental. Temos recebido reclamações contínuas, quase que diárias. Temos sido informados de invasões de áreas, ocupações indevidas de terrenos, ausência de fiscalização do Poder Público no tocante a essas invasões. O Ministério Público tem, na medida do possível, tentado encaminhar essa demanda àqueles órgãos que têm imediata responsabilidade sobre a ocupação e o controle do solo urbano, no caso a Administração Pública Municipal, ou seja, a Prefeitura. Como a atual

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



administração assumiu recentemente ainda não tivemos a oportunidade de reencaminhar a documentação toda que nos foi passada no ano passado e que foi encaminhada à anterior administração municipal. Estamos preparando cópia desta documentação para ser reencaminhada à Prefeitura, a administração atual. Isso de fato não é uma exigência, porque se o documento foi encaminhado, é evidente que ele deve constar nos arquivos da Prefeitura. A Curadoria do Meio Ambiente exerce de fato uma atribuição de controle, de fiscalização. Ocorre que sempre que o Ministério Público entra em alguma questão é porque a mesma já necrosou. O Ministério Público não é chamado a intervir em nenhuma situação em que exista tranqüilidade, paz, concórdia. Quando é chamado é porque a situação já chegou em um ponto limite. Eu tenho a impressão, pessoalmente, de que a situação aqui nessa região ainda é possível de ser examinada com bom senso, atenção especialmente por parte do município e vejo isto especialmente pela participação aqui hoje, pelo numero de pessoas que estão aqui, fazendo-me acreditar que, provavelmente, dessa reunião possa vir à tomada de providências efetivas para a proteção dessa região que é importantíssima não só sob o aspecto ambiental, propriamente dito, quanto também sob o aspecto histórico. A Cachoeira, o Morro de São João, a Igreja de São João, o marco de Ouro Preto, foi aqui que foi fincada a bandeira, eu não falo novidade nenhuma para aqueles que são ouropretanos e dois locais, que estão nesta região, são especialmente protegidos por Legislação Municipal, conforme eu acredito já deve terem sido mencionados aqui. A Cachoeira das Andorinhas é um Parque Municipal, uma Estação Ecológica Municipal de acordo com a Lei Orgânica Municipal. O Morro da Queimada recebeu proteção através da Lei de Ocupação do Solo Urbano de Ouro Preto transformando-o num Parque Arqueológico. O fato é que as leis, quando ficam no papel, dão a sensação de que não servem para nada. Há necessidade de que essas leis sejam efetivamente cumpridas. O cumprimento dessas leis passa, necessariamente, pela utilização racional desses espaços e pela proteção dos mesmos. Na nossa opinião, entendemos que há, atualmente, uma carência de recursos públicos para investir em todas as áreas, especialmente naquelas em que a demanda não é imediata. O fato é que me parece que o Município deveria buscar parcerias, uma sugestão, que eu deixo aqui colocada, no sentido de proteger efetivamente estas áreas. Temos visto, em algumas regiões, em alguns locais de interesses turísticos, em alguns locais de interesse ecológico, que os municípios ou o Estado ou a própria União Federal têm delegado, através de concorrência pública, através de processos legítimos e legais, a preservação destes locais por instituições de proteção ao Meio Ambiente, por instituições particulares até que possa e tenham o interesse de explorar de forma sustentada essas regiões, esses locais especialmente protegidos. No caso específico do Morro da Queimada, o interesse arqueológico dessa região transborda em muito o interesse local de Ouro Preto. aqui professores eméritos que têm conhecimento, que participam da Universidade. A Universidade também poderia participar de um projeto mais amplo no sentido de oferecer esse local para estudo, pesquisa, desenvolvimento de projetos. Parece-me que isso passa, não por um investimento imediato, em termos de município, mas por um investimento no sentido de se buscar alternativas e esse passo da Audiência Pública é fundamental para isso. Agora, desde logo, parece-me que algumas providências podem ser tomadas e devem ser

79
Se.



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

tomadas imediatamente como, por exemplo, o Município, através de sua Prefeitura, delimitar de fato a área a ser protegida e cercá-la. Isso me parece absolutamente necessário que exista uma delimitação, que essa área do Morro da Queimada seja delimitada, que a área da Cachoeira das Andorinhas também seja delimitada com cercas, com placas advertindo que se trata de área protegida. Em se tratando de área protegida é proibida a ocupação, a destruição, o acesso sem autorização. São providências absolutamente simples que não me parece que demandariam nenhum custo adicional para a Prefeitura e que já poderiam ser feitas imediatamente. Tenho sempre estado em contato com a Mesa da Irmandade de São João, que é composta por pessoas de Ouro Preto extremamente preocupadas com a devastação ao redor da igreja de São João. Tenho, inclusive, recebido uma demanda de reclamações, não só no tocante à preservação do meio ambiente, quanto ao tocante à segurança pública. Temos conhecimento de que existe tráfico de drogas atrás da igreja de São João, que têm traficantes de drogas aqui no Morro, que esses traficantes estariam utilizando essa região aqui para fazerem o tráfico de drogas. Temos conhecimento da falta de proteção daqueles moradores sérios, famílias e pessoas honradas que moram aqui em virtude da ameaça do tráfico aqui em cima, especialmente aqui em cima, talvez por ser uma região mais isolada do centro da cidade, o que facilita a operação desses traficantes e desses marginais. O comando anterior da Polícia Militar, na ocasião estava aqui o Major José Carlos, foi comunicado, algumas vezes, pelo Ministério Público que encaminhou essas solicitações. Eu tenho a impressão de que, após essas comunicações, a Polícia Militar, com os poucos recursos de que dispõe em Ouro Preto, prontificou-se em ter uma atuação mais firme nesta região.

Eu tive notícias de que as viaturas da Polícia têm passado, não com a frequência necessária, mas têm passado aqui nesta região. Têm feito o policiamento ostensivo de forma mais presente nesta região. Mas eu quero me alongar mais, pois sei que as pessoas têm interesse em se pronunciarem. Mas eu gostaria de dizer o seguinte: Não é intenção do Ministério Público intervir nesse momento porque, quando ele intervém, leva a questão para o Judiciário. Quando a questão é levada ao Judiciário, deixa de ser discutida pela comunidade, passando a ser entregue nas mãos do Judiciário. Nós não podemos exigir do Judiciário que ele tome providências que nós pedimos. Nós só podemos esperar que ele tome tais providências. Esperar é sempre muito angustiante. Então, eu imagino que, se houver um consenso maior entre as pessoas interessadas na preservação, se houver uma sensibilidade por parte do Município, em relação a esse consenso, é possível que a situação possa ser resolvida de uma maneira a dispensar a intervenção do Ministério Público. Por quê? Perdoem-me. Eu vou me alongar só mais um minutinho para encerrar esse ponto. O Ministério Público propôs, em Ouro Preto, de um ano a dois anos para cá, algumas ações civis públicas de extrema relevância. Uma delas foi aquela ação civil pública pertinente ao desmoraonamento da rua Padre Rolim quando houve um prejuízo enorme para as famílias que moram na Água Limpa. Só não houve vítimas fatais porque o Corpo de Bombeiros, na noite anterior, passou recolhendo todo mundo. O prejuízo pessoal foi uma coisa tremenda. Nós propusemos essa ação civil pública há aproximadamente quatro anos e, até hoje, não recebemos a acolhida pelo Poder Judiciário dessa ação. Nós não temos ainda sequer uma decisão da justiça de Ouro

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



Preto com relação a essa ação. Nós também propusemos uma ação contra o estado de Minas Gerais recentemente, exigindo que o governador do estado dotasse Ouro Preto do número de policiais contingenciados. Foi deferida uma liminar há um ano contra o Estado e até hoje, embora havendo uma determinação judicial contra o governador do estado, essa decisão não foi cumprida. Nós propusemos uma ação pertinente à ocupação do centro histórico em relação ao trânsito de veículos no centro da cidade, em relação ao excesso de pessoas em eventos festivos a exemplo do Carnaval. Essa ação ficou pejorativamente conhecida como Ação do Carnaval porque o espectro dela é muito mais amplo. A ação busca a realização de um estudo de impacto ambiental que é um estudo científico sério, prevendo a participação da comunidade, inclusive através de audiências públicas. Infelizmente, essa ação teve um desfecho, no nosso entendimento, medíocre porque a decisão judicial proferida foi uma decisão que restringiu o âmbito da ação; transformada, pura e simplesmente, numa alternativa para se regulamentar o festejo carnavalesco. O que não foi pedido pelo Ministério Público em momento algum que não pode se arvorar em dono do Carnaval nem de festa pública. Recorremos ao Tribunal de Justiça e outras ações públicas específicas com relação à proteção do patrimônio: alguém que derrubou uma casa e outro que derrubou uma fachada acolá, outro que fez uma construção indevida, etc., esses são pontos mais específicos. O fato é que, infelizmente, essas diversas ações propostas pelo Ministério Público não receberam até hoje, por parte do Poder Judiciário, as decisões necessárias. Nós temos uma ação civil pública proposta com relação ao lixão de Ouro Preto que, não tem aterro sanitário dentro das regras e das normas legais. Essa ação civil pública foi proposta, se não me engano, há oito anos. O promotor de justiça que propôs essa ação, hoje já é juiz de direito no Rio de Janeiro, sendo que essa ação até hoje não foi julgada. Então, eu recomendo aos senhores que o Ministério Público está aberto para exercer as atribuições que lhes são cometidas pela Lei. No entanto, recomendo-lhes que procurem encontrar soluções alternativas, porque o caminho do Ministério Público, através da justiça de Ouro Preto, não tem sido um caminho fácil. Tem sido um caminho de luta, dificuldades e decepções. Eu volto a palavra ao Vereador Jarbas e me coloco à disposição para qualquer questionamento que tiver relação com a minha atribuição funcional.” **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar**: “Quero registrar a presença do provedor e do vice-provedor da Irmandade de São João, os senhores Celso e o senhor Carlos Lisboa, o Carlota. Vamos intercalar esta palavra com o pessoal de lá e de cá. Eu queria passar a palavra, aproveitando o representante do reitor, o professor Núncio.” **Professor Núncio**: “Boa noite a todos! Gostaria de agradecer o convite dirigido à Universidade Federal de Ouro Preto, cujo reitor eu tenho agora a responsabilidade de representar. Parabéns a Câmara Municipal que dá mais uma prova de sua renovação e de seu trabalho em defesa da cidade. Esse momento da Audiência Pública é um momento de realização do estado democrático de direito na medida em que permite que a população participe do Estado para mais do que aquele simples e isolado voto que damos de dois em dois anos ou de quatro em quatro anos. Parabéns aos vereadores que a propulsaram, especialmente, ao secretário que a encaminhou. Antes de mais nada, gostaria de colocar a Universidade Federal de Ouro Preto, por expressa determinação do professor Dirceu, à disposição da Prefeitura Municipal



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

de Ouro Preto e das demais instituições que pretendem e que tenham responsabilidade na atuação e na defesa da Cachoeira das Andorinhas e do Morro da Queimada para as parcerias que se queiram fazer para a protegê-los. Estamos dispostos a qualquer parceria e que a Universidade possa contribuir para com a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico na cidade. Gostaria de, em nome da Universidade, deixar esse recado. Falo, como advogado, da Fundação Educativa de Ouro Preto, discordando, de início, do meu caríssimo e tão admirado colega: o professor Luís Henrique. Ele é um sujeito brilhante. Eu espero, professor, que o tempo e as angústias, que fomos obrigados a esperar em Ouro Preto, não permitam que o seu sonho se esmoreça, que o senhor não desanime em sua função maior de promotor de justiça em razão de, conjunturalmente, nós não conseguirmos vitórias, às quais temos o direito perante o poder público ou perante a qualquer outra instituição. O senhor é alguém a quem a desilusão não pode levar. Não podemos perdê-lo. Gostaria de discordar do senhor quando disse para evitarmos a via do Poder Judiciário. Não vamos evitar não. Porque o que é que justifica o cidadão pagar impostos neste país se não é para obter a tutela do Estado na garantia de realização dos seus direitos fundamentais? Ou vamos parar de pagar impostos? Professor, o senhor sabe, como promotor de justiça, que nós, da Fundação Educativa, temos uma ação civil pública para a proteção do Morro da Queimada. Uma ação civil pública preparatória, prévia à ação que, efetivamente, pretendemos fazer junto com outros órgãos da sociedade civil para a tutela do Morro da Queimada. Nessa ação civil pública, que é dirigida contra o município de Ouro Preto, o governo municipal, governo estadual e governo federal porque todos os três níveis têm a responsabilidade para proteger o patrimônio histórico e natural. Simplesmente, em razão da velocidade com que o Morro da Queimada vem sendo destruído, pedimos ao Poder Judiciário que condenasse a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, que determinasse à mesma a colocação de uma cerca em volta do Morro da Queimada e que também fossem colocadas placas do Poder Judiciário dizendo que é proibido arrancar a pedra, a canga daqui das ruínas. Para quê? Para que a depredação pelo menos fosse desestimulada enquanto nós pudéssemos preparar a ação civil pública principal. À Professora Ângela, a Uman, aos companheiros dessa luta desde o início, ao Caco, sempre agradeço. A juíza entendeu que não era o caso, que não havia urgência no nosso pedido e não concedeu a liminar para colocar a cerca e mandou citar os três níveis da Federação. Sessenta dias, a partir da citação que demorou a acontecer, para que eles respondessem. Quem acompanha aqui o Morro da Queimada, sabe que, nesses três ou quatro meses, muita canga foi retirada. O que mais me surpreendeu, no entanto, foram as respostas do governo municipal, do governo estadual e do governo federal. Todos os três vieram ao processo dizer que é verdade que Morro da Queimada é importante do ponto de vista histórico e arqueológico, é uma riqueza nacional e deve ser preservada. É verdade também, disseram os três, que o Morro da Queimada está sendo destruído dia a dia. No entanto, diz o governo federal: 'Eu estou longe demais. Eu não tenho recursos e nem funcionários para fiscalizar aquilo. Peçam ao Estado.' O Estado respondeu: 'Eu não tenho polícia.' Foi o pedido que nós fizemos de que incrementasse o efetivo da nossa brava PM, que são poucos, mas são heróis e não dão conta de proteger lá. O Estado diz que ninguém pode obrigá-lo a colocar polícia. Eu não

SEC 72
Sec.



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

tenho dinheiro para colocar mais polícia aqui. Os cinquenta e poucos homens que existem trabalhando para a PM em Ouro Preto que dêem conta. O Município confessou também que há dano, mas respondeu dizendo que a responsabilidade não é dele, a exemplo dos outros dois réus, dizendo que a realização desse imperativo, que é a proteção do Patrimônio Histórico, é um delírio, é um devaneio. A expressão que ela utilizou foi 'é uma utopia.' Vejam bem: A Prefeitura de Ouro Preto, a Dr^a Renata, que é a procuradora no caso, entenda que eu não estou dirigindo nenhuma crítica pessoal nem à senhora, pois a senhora está no seu exercício da sua função condicional de advogada. É o trabalho do advogado. Não estou também dirigindo nenhuma crítica particular à prefeitura atual de Ouro Preto nem à anterior. Estou preocupado com a municipalidade, porque, a senhora, inclusive na época, defendeu acho que enquanto procuradora da gestão anterior. Enfim, não me levem a mal. Não estou querendo ofender a ninguém e agredir ninguém pessoalmente. É uma utopia colocar uma cerca em volta do Morro da Queimada? Não havia nem a desculpa de dizer que não havia dinheiro porque nós escrevemos na petição inicial o seguinte: Se a Prefeitura não quiser ou não puder colocar a cerca, a Fundação Educativa coloca-a lá. Colocamo-nos à disposição para pô-las lá com as placas do Poder Judiciário. Não entendemos o porquê dessa postura defensiva. Eu não acredito que essa ação, que era para ser meramente preparatória; chegue, a bom termo, tão rapidamente. Eu tenho uma proposta concreta a oferecer à Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Coloco-me à disposição, como advogado, naquele processo. Não existe razão para a Prefeitura Municipal de Ouro Preto resistir num processo de ação civil pública à proteção do Morro da Queimada. Não existe motivo jurídico. É evidente o dever constitucional do Município em proteger o Morro da Queimada. Processualmente, basta o Município dizer que concorda com a colocação das cercas que a juíza, em um ou dois dias, vai determinar a colocação das cercas. Essa é uma proposta objetiva que eu coloca à apreciação do Município para que nós resolvamos o processo independentemente"... (**virou-se a fita**)...**Vereador Jarbas Eustáquio Avellar** :

"Dr. Núncio, a sua proposta será conduzida à Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Eu queria passar a palavra ao Kiki, que é um representante também aqui no Morro, é morador. Eu pediria a todos que fossem falar, temos muita gente com essa finalidade, que usassem cerca de três até cinco minutos. Eu queria registrar a presença do Superintendente da Fundação Gorceix, Antônio Rafael da Silva, que muito nos honra aqui." **Joaquim Heraldo** : "Boa noite! Meu nome é Joaquim Heraldo. Eu estou aqui hoje representando o meu vizinho que é o Maurício Meirelles. Estamos aqui, nesta região, há mais de vinte anos. Sou proprietário deste loteamento aqui em cima e o Maurício está fazendo um hotel aqui no Campo Grande. Na administração anterior, nós tínhamos procurado a Prefeitura para desenvolvermos parcerias com relação à segurança e à preservação do Meio Ambiente. Teve a eleição. Mudou o Prefeito. Agora nós estamos retomando a esse assunto. O que temos a oferecer é que nós estamos abertos a qualquer parceria neste sentido na área de preservação e segurança na região do Campo Grande. Eu queria deixar aqui, juntamente com o Maurício Meirelles, a nossa vontade em participar e desenvolver parcerias. Muito obrigado!" **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar** : "Com a palavra o Vereador Kuruzu." **Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu** : "Eu gostaria de registrar aqui também a presença de líderes comunitários

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



das associações de moradores do Morro de Santana e do Morro de São Sebastião. Gostaria também de registrar a presença de um grupo de moradores do Morro da Queimada, aqueles especialmente que moram mais no topo, onde há um conflito social. Há lá uma questão social que precisa ser observada. Gostaria também de justificar a ausência do secretário de Cultura do Estado, jornalista Ângelo Oswaldo, que nos ligou hoje e pediu que justificasse a ausência dele, porque ele estaria recebendo uma medalha hoje. É uma homenagem feita pelo governo de Portugal. Gostaria de dizer o seguinte: É lógico que a Audiência Pública, só pelo fato de ouvirmos o que estamos ouvindo aqui, já é um grande avanço. Acho que saímos daqui mais conscientes, mais informados, etc. e tal. No entanto, é preciso, que ao final, cheguemos a uma conclusão objetiva. Acho, já quero dar um pontapé nesse sentido, que seria interessante a formação no final um grupo de trabalho, de preferência liderado pelo representante do Poder Executivo a quem cabe maior competência tratar desse assunto com mais propriedade. Uma sugestão, que estou antecipando, seria esta. Ao final, para que, de certa forma, atenda à ansiedade de algumas pessoas, pois sabemos que as pessoas buscam uma coisa mais concreto. A Audiência Pública tem por objetivo principal exatamente ouvir as opiniões e as pessoas que levantarem os problemas e as sugestões para solucioná-los. Mas acho que é possível sair daqui um encaminhamento concreto. O objetivo aqui seria esse: a formação de um grupo de trabalho ou o nome que quisermos lhe dar. Já avançando um pouquinho mais na proposta, que esse grupo de trabalho fosse presidido, fosse liderado, ou o nome que quiserem dar também, por um representante do Executivo Municipal. Não sei se as pessoas concordam. Estou vendo algumas pessoas balançarem a cabeça positivamente. Se for o caso, no final, poderíamos fazer algumas consultas. Enfim, embora não haja aqui caráter deliberativo, decisório, mas poderíamos fazer uma consulta informal ao final. Se as pessoas estiverem de acordo que formassem, volto a repetir, um grupo de trabalho para que fossem encaminhadas as questões pertinentes e referentes aos dois assuntos: a Cachoeira das Andorinhas e as Ruínas do Morro da Queimada. O Poder Legislativo, falo aqui já de antemão em meu nome e do Vereador Jarbas, da Comissão que propôs a realização desta audiência, que o Poder Legislativo está à inteira disposição para integrar esse grupo de trabalho. Destaco mais uma vez a questão do Morro da Queimada porque lá em cima há uma questão social grave. Há pessoas e famílias que moram lá ou que utilizam, às vezes, as próprias paredes das ruínas para morarem ou construíram dentro delas. Então é uma questão social que é preciso que seja levada em consideração. Por isso, é muito importante a presença dele aqui. Acho que só reforça a importância das Audiências Públicas: resolver o problema. Pensamos em fazer a reunião lá embaixo no cinema, no anexo do Museu. Não, concluímos que seria melhor fazer aqui para que a comunidade pudesse participar. Porque uma decisão, se puder vir, dessa forma é melhor do que algo de cima para baixo. Acho que os moradores do Morro da Queimada devem estar incluídos nesse grupo de trabalho, seria fundamental a participação deles. É só isso. Muito Obrigado!" **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar** : "O professor Ney do CEFET quer a palavra." **Professor Ney** : "Eu quero fazer uma colocação. Primeiro, como o representante da Universidade colocou, é o seguinte: Vou falar uma frase que representa bem o que entendi, pelo que ele falou. Não é colocando uma redoma de vidro em cima de um

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



prédio que se quer preservar é que ele vai ser preservado. Para poder preservá-lo, você tem que o inseri-lo na sociedade. Tem que ter a função social de um prédio. Se, em Ouro Preto, tem esse monte de casarios, essas ruínas e várias outras, se têm fazendas belíssimas, devem ser preservadas. Para serem preservados têm que haver a função social. Não estou falando que eu discordo de se fechar, de colocar cercas. Não. Acho que tem que se fazer com que esses bens tenham a função social. Aí serão preservados porque a sociedade vai achar que isso é útil. Essa é a primeira coisa. A segunda coisa, vou falar algo que todo mundo sabe. O que estamos vendo aqui é a degradação da sociedade que está invadindo lotes públicos. A ocupação desordenada que está havendo em Ouro Preto é um absurdo. Não se está fazendo nada para se evitar isso. Ali, atrás da igreja de Santa Efigênia, Santa Cruz, está havendo uma ocupação desenfreada. Eu tenho uma fotografia de dezembro e eu posso lhes mostrar como é que está de dezembro para cá. A coisa é de louco. A área é proibida. Vai ter deslizamento ali e vai acontecer uma catástrofe. A Prefeitura tem que tomar atitude. **“Vereador Wanderley Rossi Júnior_Kuruzu** : “É absolutamente urgente a criação do Conselho Municipal do Plano Diretor.” **Professor Ney** : “O Kuruzu falou muito bem. O Plano Diretor tem que ser colocado em prática. Tem que ser executado, não podendo ficar na gaveta. A sociedade precisa disso. Essa ocupação desordenada, que está ocorrendo por aí, é por falta de opção. A sociedade não tem opção. Vai se recriminar o pessoal que está usando, que está invadindo, que está tirando as pedras? Não. É o órgão público que não está dando à sociedade a condição de se desenvolver. A cidade cresce para onde? Cresce para dentro? Tem que haver espaço para ela crescer. O Plano Diretor tem que oferecer isso. Só mais uma coisa, pois o representante da Universidade não falou também, eu estou falando uma coisa que ainda não é certa, mas está em estudo. Acredito, e tenho a certeza de que todos nós acreditamos, que é através da educação que conseguimos mudar muita coisa neste país. Existe um trabalho que está sendo feito, que está sendo preparado agora da Universidade e da Escola Técnica Federal de Ouro Preto para a criação de um curso de arquitetura voltado para a restauração. Essa é uma iniciativa muito importante para a sociedade. Dentro da Escola Técnica também curso, em nível de segundo grau, ligado à restauração. Na FAOP também ter que ter. Temos que unir forças para poder resolver isso. Não é só através de Decreto de Lei, de órgãos governamentais que vão falar 'faz isso'. Não. A sociedade tem que participar ativamente. Coloco-me à disposição, nessa Comissão, para acharmos soluções para a sociedade.” **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar** : “Vou passar a palavra ao representante da nossa Prefeitura Municipal, Dr. Jorcelino.” **Dr. Jorcelino** : “Primeiramente, gostaria de desejar boa noite a todos, parabenizar a realização dessa audiência e, aqui estou falando em nome da Prefeita. Gostaria de fazer algumas considerações e, após essas considerações, inclusive, até continuarmos nessa busca à qual o encontro está almejando. Um primeiro dado que eu gostaria de colocar, e que já foi ventilado por alguns colegas, é que no Município de Ouro Preto, muitos de vocês já ouviram falar sobre a Carta de Sesmaria, a Carta Régia de 1711 que veio dar origem à área do Município. A partir desse dado, o que é que nós temos? Temos muito terreno que deveria ter uma finalidade pública e que está sendo ocupado. Temos alguns morros do Município que não oferecem condições de habitação, de construção, conforme o colega



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

acabou de dizer, citando o caso do Santa Cruz. Têm outros também que não possuem essas condições. Isso acaba criando um problema social para o Município. Por que acaba criando problema? Porque, eu vim para Ouro Preto em mil novecentos e oitenta e sete, quando aqui cheguei, ouvia-se a discussão de se criar bairros- pilotos, cidades- pilotos para oferecer condições aos moradores, para os ouropretanos terem uma infra- estrutura. Só que isso não saiu do papel. Automaticamente, temos terrenos públicos ocupados e essa ocupação se dá porque a pessoas não tem pontes para ficar debaixo. Então ele vai ocupar um terreno e construir. Também. Só que nós que estamos lá dentro da administração, todos os dias passam pessoas por lá reclamando. Chegou um senhor lá, um dia desses, desesperado porque há três anos ele cercou uma área para construir. Um dia candidato com cargo político, não sei determinar com precisão o nome e nem partido, doou o terreno, através de um documento manuscrito, a outra pessoa que o estava apoiando. Então esse senhor estava desesperado porque ele já tinha cercado uma área para construir e um terceiro doou a área que era dele para um outro. Aproveita que já está cercado. Observem que são membros da própria comunidade que, muitas das vezes, incentivam a ocupação desordenada do solo. Já tivemos inúmeras reuniões neste início de administração, conforme já foi mencionado, e a Prefeita está sensibilizada, quer buscar uma solução dentro de um espaço de tempo o qual ela preside a administração. Qual está sendo esse projeto, esse desejo que já têm pessoas trabalhando diretamente nele? Criar loteamentos, oferecendo toda a infra- estrutura de água, esgoto, luz, calçamento, ônibus e oferecer condições para que as pessoas possam ali construir. Isso, particularmente, tem um custo. A Prefeitura está procurando principalmente os colegas que aqui se encontram e que conhecem a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estão procurando agora organizar, moralizar a administração porque ela tem que planejar primeiro. Ela tem que arrecadar recursos para depois gastar. Até recentemente, os administradores gastavam. Depois iam pensar onde conseguir dinheiro, sendo que depois é que iriam planejar. Por isso é que vocês vêem muitas obras públicas abandonadas porque ela não faz parte de um planejamento maior. Um outro aspecto que já foi colocado e que, particularmente, está sendo um dos objetivos, é o caso do Morro da Queimada em específico, Cachoeira das Andorinhas e outros pontos que merecem a atenção, é que sejam criados parques. Esses parques com todo o seu funcionamento. Não é apenas colocarmos uma cerca, não é apenas colocarmos uma placa. É fazermos com que aquilo funcione, que aquilo tenha, conforme o colega acabou de dizer, uma função social, conforme já foi colocado inclusive por outras entidades que aquilo seja um ponto de lazer para o ouropretano e para aqueles que vêm à nossa cidade. Agora um ponto fundamental que já foi até colocado aqui, o doutor Adalton já citou, por exemplo, a guarda- municipal. Volto à questão anterior: Se nós temos que planejar, se nós temos que arrecadar, se nós temos que gastar por último, enquanto administração, está havendo, desde que, quem conhece um pouquinho de história da década de sessenta, uma concentração de poderes e principalmente de arrecadação na mão do Governo Federal. Atualmente, está havendo o contrário. Está se passando as obrigações de se fazer para os municípios e não se está repassando o dinheiro que é arrecadado. Quando vocês observam na televisão o que é que temos? Reforma tributária lá no fundo da gaveta das autoridades

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



competentes para apreciá-la. Por que motivo? Passa-se a responsabilidade, mas não se passa dinheiro para que se viabilize aquele projeto. Tendo isso, aí eu volto, essa criação dos parques, essa infra-estrutura nesses pontos é incentivada e aprovada por parte da administração atual. Como fazer isso? O Major está aqui. Em Belo Horizonte, nós sabemos que em alguns bairros que tinham um alto índice criminalidade foi criada a polícia comunitária. Volto aqui a mencionar o que já foi dito por vários colegas. Essa participação da comunidade, da sociedade civil, dos poderes constituídos, é fundamental e a Prefeita quer ter essa participação. Agora vamos, particularmente, tentarmos continuar esse diálogo que já está aberto aqui, por este encontro nosso, buscando as soluções, a viabilidade dessas soluções e efetivando essa parceria. Gostaria de, para encerrar, já que foi colocado aqui pelo representante, pelo procurador da FEOP, a manifestação do Município não foi saída utópica colocar cercas no Morro da Queimada. Foi que, colocando a cerca no Morro da Queimada, não seria a solução. Essas saídas utópicas que estão fora da realidade, porque a utopia, eu que conheço um pouquinho acho que é positivo você sonhar aquilo que está um pouquinho fora. Volto a fazer minhas as palavras do colega que falara anteriormente aqui colocando essa função de todos os parques, de os locais em que estão situados aqui e que possam ser úteis. Daria por encerrado e, aí sim, se necessário voltamos a participar. Não sei se minha amiga Renata gostaria de acrescentar alguma coisa. Gostaria, só assim para deixar as coisas claras, eu tenho cópia aqui da ação proposta pela FEOP e nela não consta que a FEOP se ofereceu para fazer a cerca. Hoje ele já fez aqui o oferecimento, já está anotado e será apreciado para que possamos dar a resposta adequada.” **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar** : “Eu acho que aí é muito bom pelo seguinte: pessoalmente, nós vamos avisar à Prefeita que FEOP quer participar da cerca e a Prefeitura, já que está interessada em fazer isso, tenho certeza de que será um elo para a parceria. A Audiência Pública tem essa grande virtude de, às vezes, aproximar as entidades e as pessoas que estão distantes, colocando-os mais próximos. Tenho a certeza de que essa parceria irá surgir daqueles que têm o poder, daqueles que têm o dinheiro e daquelas pessoas que têm boas intenções. Com certeza, nós vamos conseguir. Quero passar a palavra ao Luís Fernando.” **Vereador Wanderley Rossi Júnior- Kuruzu** : “Luís Fernando, posso dar uma informação enquanto você não começa? A Câmara também vai promover um Seminário, pois está se falando também em segurança pública, que não se pode deixar de falar especialmente em se tratando da Cachoeira das Andorinhas. A Câmara vai promover em uma data, o mais rápido possível, já está decidido, foi decidido em Plenário, por uma proposta da Comissão de Direitos Humanos, da qual sou presidente, um seminário para debatermos o seguinte tema: 'O papel da municipalidade na segurança pública'. Eu já estou fazendo um comercial desse Seminário ou Audiência Pública que vai acontecer em breve. Obrigado, Luís Fernando!” **Luís Fernando** : “Boa noite a todos! Inicialmente eu gostaria de me apresentar. Eu me chamo Luís Fernando, sou morador do Morro de São Sebastião e, ao chegar aqui, recebi uma incumbência a doc de representar o presidente da nossa Associação que está aqui presente, mas que pediu que eu falasse em nome dele, apresentando as questões do Morro São Sebastião que envolvem o assunto aqui enfocado. Eu gostaria de dizer que falar sobre a importância da Cachoeira das Andorinhas, eu não vou falar porque é desnecessário. Acho que todo



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

habitante de Ouro Preto, de Minas Gerais, quiçá do país, sabe dessa importância. Tive a oportunidade de ser presidente da Associação de Moradores do Morro de São Sebastião e, no exercício da presidência da Associação, nós tivemos uma preocupação muito grande de fazer com que o poder público municipal pudesse atender a maior reivindicação, que eu considero e boa parte da população do Morro considera como a mais importante para aquela região, é usando, o que seria a questão da rede de esgoto, a questão da Cachoeira das Andorinhas que eu considero como ponto de partida. Por quê? Porque há importância de preservar a nascente do Rio das Velhas de onde se tem até a capacitação de água para a população de Belo Horizonte. Quem tiver arquivos da imprensa local da época vai poder ver, não me lembro o jornal da época porque em Ouro Preto é um tal de criar e fechar jornal, mas houve um jornalzinho da época que fez inclusive uma reportagem comigo e com a Maria Benícia em que nós falávamos justamente da importância de se implantar a rede de esgoto no Morro de São Sebastião para que se pudesse garantir e preservar a nascente do Rio das Velhas e também para garantir o crescimento sustentável do Morro de São Sebastião. No final da administração Ângelo Oswaldo, o ex vice-prefeito Flávio Andrade está aqui e sabe disso, nós participamos de uma cerimônia na Casa de Gonzaga em que nos foi apresentado um projeto patrocinado pela Fundação Nacional de Saúde que se tinha a intenção de fazer a licitação de tratamento de esgoto do Morro de São Sebastião. Na época, o prefeito Ângelo Oswaldo até lembrou que seria a segunda estação de tratamento de esgoto proposta por Ouro Preto. A primeira seria uma que funcionou há muitos e muitos anos atrás e que teria uma caixa coletora no Beco da Mãe Chica. Infelizmente, não se deu andamento a essa questão e nós estamos, até hoje, carecendo dessa melhoria. É importante colocar que a população do Morro São Sebastião não tem deixado de apresentar soluções e projetos. Estou aqui com um material que me foi passado pelo Presidente da Associação, o Vicente. Projeto esse que foi desenvolvido pelo engenheiro civil sanitaria Paulo de Mello Freitas Júnior que é conhecido por Tainha, por quem o conhece. Esse projeto, inclusive o Tainha estaria aqui para fazer essa apresentação, mas ele não pôde comparecer. Quem quiser depois verificar, vai ver que, já em noventa e três, foi feito o projeto de criação da área municipal de proteção ambiental da Cachoeira das Andorinhas e do Morro da Queimada. Em mil novecentos e noventa e cinco, está aqui desenvolvido um projeto de estação de tratamento de esgoto para o Morro de São Sebastião com orçamento e tudo mais. Em mil novecentos e noventa e oito, volta-se ao assunto e se elabora o projeto de melhorias da recuperação ambiental do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas. Tudo isso foi desenvolvido gratuitamente, é bom que se diga. Foi apresentado ao poder público. Infelizmente, até hoje não vimos nenhuma ação concreta neste sentido. Eu gostaria de dizer que a população do Morro de São Sebastião tem muita expectativa de que essa Audiência Pública, todo esse trabalho, possa desembocar nesta melhoria: a questão da rede de esgotos. Eu até achei muito interessante as palavras do Dr. Luís Henrique quando ele dissera que o Poder Público inclusive não fiscaliza. Isso é importante colocar. Quando fui, lembrando de novo do exercício da presidência da Associação, havia um projeto de construção de moradias para pessoas carentes e nós encaminhamos à Prefeitura da época um projeto para a construção de uma casa que é localizada lá

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



perto da Cachoeira. O material foi todo liberado e, só depois, quando a casa já estava erguida, é que o Poder Público se deu conta de que aquela é uma área de proteção ambiental e que não poderia ser construída aquela residência. A população não sabe inclusive que a área é demarcada, qual área é de proteção ambiental, qual não é, onde se pode ou não construir. Falta planejamento. Eu acho importante colocar, citando aqui para o Dr. Jorcelino, que eu participei da reunião de campanha do comício da então candidata Mariza Xavier na praça principal do Morro de São Sebastião. Um dos pontos que ela colocou como principais para essa região seria o Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas. Inclusive ela citou que iria fazer lá colocação de lanchonetes e outras coisas. Nós esperamos que hoje, no exercício do poder, essas promessas não sejam esquecidas. Por último, para finalizar, eu sou gostaria de dizer que se eu não citasse isso, os moradores do Morro de São Sebastião reclamariam comigo porque nós lamentamos muito a forma como muitas vezes, se abordado pela imprensa municipal, por pessoas e pela comunidade ouropretana de uma maneira geral, a questão da violência e da degradação da região. Muitas vezes se passa a idéia de que é um problema localizado. 'Ah, é um problema simplesmente do Morro São Sebastião, do Morro de Santana.' Eles é que não estão dando o necessário valor àquela região e simplesmente degradam e acabam com aquilo lá. Eu achei muito importante as palavras do Professor Ney quando ele falara da questão social porque é importante que a elite ouropretana se preocupe, como se deveria preocupar as elites das nossas grandes cidades, pois onde graça a violência e o tráfico de drogas é justamente naquelas comunidades em que o Poder Público não se faz presente, deixando a população simples abandonada a própria sorte. População essa que não tem educação, não tem a oportunidade sequer de saber a importância que esse patrimônio, que a circunda, tem para a cidade, tem para o país. Eu tenho certeza de que boa parte da população que aqui mora nem conhece a importância desse patrimônio. Eu o que eu gostaria de colocar é a que a sociedade ouropretana veja que essa é uma questão de total a Ouro Preto, não é uma questão localizada. Nós precisamos salvar essa região, mas precisamos, fundamentalmente, verificar a questão social, sabermos que há pessoa que residem por aqui preocupadas em salvar esse patrimônio. No entanto, elas precisam também de ter uma ajuda do Poder Público. Eu gostaria muito de que as pessoas que aqui estão da Polícia Militar, do Poder Executivo Municipal, levassem essas colocações em nome das populações vizinhas e que pudéssemos, ao longo do tempo, trabalharmos juntos na educação e na melhoria da situação dessas comunidades. Por último, eu gostaria de saudar a Câmara Municipal de Ouro Preto por esta oportunidade porque eu acho fundamental a realização de Audiências Públicas, pois a sociedade como um todo, o Dr. Nuno lembrou das eleições, e é importante que a sociedade saiba que ela não só paga aos nossos representantes, mas que ela também deve exercer a sua cidadania. Ela não pode entregar o exercício da sua cidadania aos seus representantes, eles simplesmente estão nos representando, porém esse exercício da cidadania é fundamental para cada um de nós. Muito obrigado!" **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar** : "Obrigado, Luís Fernando! Eu queria aqui congratular com a Dr^a Maria Imaculada, representante do IEF, comunicando a presença da mesma. Passo a palavra ao Dr. Alberto." **Dr. Alberto** : "Uma boa noite a todos! Eu gostaria de ser rápido. Eu queria assinalar três coisas.

SEC 39
Sec

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



Primeiro que a cerca, que está sendo proposta, parece-me que vai ser feita, ela não vale de nada a cerca e a placa, se não houver um envolvimento da comunidade. Se o cidadão não ajudar a proteger o bem público, isso não vai para frente. Não adianta o Executivo, o Legislativo e o Judiciário quererem fazer alguma coisa, pois a participação comunitária, quer dizer o população é que dona. Tenho certeza de que no ...**(trocou- se a fita)**...exige - se muito do poder público, não se sabe se é muito ou se é pouco. Agora, algumas alternativas podem ser viáveis, por exemplo, a implantação da estrutura de um parque não é barata. O IEF, junto com outras entidades, investiu lá, na Fazenda do Manso, aproximadamente dois milhões de reais e ainda não está pronta. É uma quantia pesada com a que o Município, às vezes, não pode arcar. Obviamente, que quando o parque for aberto, vai ser cobrada uma entrada porque tem que haver um retorno se não o Estado fica só dando as coisas aos outros. Se se pensar na viabilidade através de um dispositivo legal, concorrência pública, uma empresa, o projeto é elaborado pelo Poder Municipal, pela Universidade ou quem quer que seja. A iniciativa privada implanta o projeto e tem condição de explorá-lo até que o investimento que a empresa fizera seja pago. A partir daí fica a administração exclusiva do Município inclusive a arrecadação dele. Enquanto a empresa estiver explorando, obviamente também o Município irá receber uma contrapartida. É uma suposição. Eu acredito que deva ser viável uma coisa que agilizará muito mais. Não estamos, de maneira alguma, entregando isso à iniciativa privada. Só estamos chamando a iniciativa privada para uma parceria que eu acredito que vai ser viável. Eu gostaria de deixar assinalado isso. Muito obrigado!" **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar**: "Passo a palavra à senhorita Ângela Xavier, representante da AMA." **Ângela Xavier**: "Boa noite a todos! Eu estou aqui representando a AMA e fico muito feliz por podermos falar e termos essa oportunidade de estarem reunidas aqui de várias áreas que têm interesse na preservação desses lugares. Essas pessoas são que moram aqui e que tenham nascido aqui como eu que há vinte anos me sinto ouropretana. Desde que eu vim para cá, sinto que um problema muito sério que tem aqui é com relação a essa questão da ocupação. Sempre vimos que a área histórica tinha que ser preservada, mas nunca existiu, pelo menos durante o tempo em que eu moro aqui, a abertura, por parte da administração pública, de um bairro. Toda cidade tem isto. A cidade está crescendo, abre-se um bairro, colocando luz, água e as pessoas vão ocupando. Aqui não. As pessoas ocupam na marra igual fizeram no século dezoito. Só que não é possível a ocupação de certos locais. Além de risco para quem está fazendo isso, sabemos de várias enchentes em que as casas foram caindo, pois há lugares que são de piçarra, não havendo condições de ocupação. Além disso, um problema sério que há nessas regiões é devido essas regiões serem de preservação tanto ecológica quanto histórica e que seriam fonte de renda para a população toda, desde que aproveitadas de acordo. Estou vendo várias pessoas que são de poder de decisão e sentindo uma boa vontade. Fico feliz por isso, pois já procurei na nova administração e já estive na Secretaria de Turismo e Cultura, já estive na Secretaria de Meio Ambiente conversando. As pessoas estão abertas e querem ouvir propostas. Agora, eu como cidadã, não tenho esse poder de decisão. Desde que tomamos contato o ano passado, reativamos a AMA, preocupados exatamente com essa problema. Aí pensamos em que nós precisamos ter uma entidade para através dela podermos agir. Enquanto pessoas sozinhas, eu sou



professora de História, desde de mil novecentos e noventa e dois levo os meus alunos ao Morro da Queimada e o passeio sempre terminava na Cachoeira das Andorinhas, todo mundo tomando um banho, nos bons tempos em que se podia fazer isso. Cada vez em que eu levava as alunas, eu notava uma degradação do ambiente. Aquilo começou a ficar preocupante. Comecei a ficar com medo de levar as alunas porque saía eu com quarenta jovens. Eu falei 'daqui a pouco eu não posso mais fazer isso!' Realmente eu não tenho feito mais. Há três anos que eu não faço isso. A preocupação que nós vimos é a seguinte: ninguém faz nada. A coisa vem sendo ocupada. As pessoas que ocupam precisam morar. É como não existisse ninguém preocupado com isso. Elas vão morando. Estão morando dentro de ruínas, de pedras geladas. Não sei como é que essas pessoas fazem. Estivemos lá conversando com as pessoas e observamos um problema social sério. Não tem onde jogar lixo, pois não há coleta de lixo. Aqueles mundéus, onde eram feitas a lavagem do ouro, estavam virando lixeiras. As minas maravilhosas, vocês não queiram imaginar a maravilha que são aquelas minas. Os professores, que aqui estão da Escola de Minas, têm mapeado essas minas. Eu não sei se eles entraram lá, mas umas duas em que eu entrei me deixou encantada. Eu nunca vi uma coisa igual. Eu gostaria de poder entrar mais. Não têm condições. Tudo isso servindo de lixeira. Ali não tem água, não tem luz. A luz é emprestada dos postes públicos. A água é trazida de mangueiras enormes. Todo mundo conhece essa realidade do pessoal. Agora, ninguém faz nada. Essa população não tem o básico, além disso estão ocupando ruínas históricas. Ali existem achados que, nessas pesquisas, nessas conversas com moradores, já me contaram haver encontrado chaves antigas, cachimbos de escravos, etc., cacos de louças e outros cacos que são achados no meio das ruínas. Olha, gente, isso tudo vai se perder. Eu não quero falar demais. Mas eu queria colocar que a AMA, preocupada com isso, começou a fazer projetos. Poder- se- ia criar ali um parque que, ao mesmo tempo com a preocupação de cercar que está todo mundo falando que não adianta. Como não vai cercar se de um dia para o outro há uma ruína cercada, chumbada com cimento. Ruínas maravilhosas, significativas para estudo do período inicial da ocupação ali. Foi ali que chegou o Pascoal da Silva Guimarães, que era um baiano ou carioca, que ocupou ali porque foi abandonado na época da fome que graçou aqui. Ele ocupou aquela região que é uma coisa muito antiga. A única coisa que podemos pesquisar e descobrir como é que eles construíam e viviam. Tudo está ali registrado, mas debaixo das ruínas. É preciso ser feito um trabalho. No entanto, se o pessoal ocupa, sem saber o que está fazendo, nós vamos perder isso. A urgência de se cercar exatamente é de informar que não se deve avançar porque isso é importante. É importante para o morador do bairro também porque tínhamos pensado numa proposta em que esbarramos com a impossibilidade de se fazer parcerias com o Poder Público. Queríamos fazer oficinas para os moradores de formação de guias turísticos para a região. Propusemos também a criação de oficinas de cerâmica. Eu mesma me propus a ensinar já que sou professora de cerâmica também. Ensinaría as crianças a fazerem aquelas réplicas dos cachimbos que é souvenir. O turista vem a Ouro Preto e tem alguma coisa para comprar. É fonte de renda para muita gente, desde que usada de uma forma inteligente. Mas se esperar muito, e a aflição que nós temos é essa, enquanto tudo isso acontece de fazermos parcerias, de buscarmos quem vai organizar aquilo, quem vai explorar,



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

até isso acontecer lá não terá mais ruínas no Morro da Queimada. São poucas que restam e que estão intactas. Entenderam? Há o medo de virem grupos, pois o ouropretano tem medo de certos grupos que vêm de fora. Por quê? Porque às vezes são pessoas que não conhecem a história local, que não conhecem os valores locais e plantam coisas que não estão dentro da expectativa da comunidade local. Tem que ouvir o cidadão de Ouro Preto, e a pessoa que é do local. O guardião do bem é aquele que mora ali. Não podemos nos esquecermos disso. Eu já estive no Morro da Queimada um vez e não voltei lá por falta de oportunidade e porque fiquei um pouco perdida. Precisamos do apoio do Poder Público porque vimos que precisava primeiro de ter uma ação de cercar. Tivemos conversando com eles, explicando a importância das ruínas, mas para eles é muito vago. Precisa ter uma coisa mais concreta. A questão da história mesmo era o que queríamos lhes passar, a importância disso. Para eles, atualmente, com a coisa ainda não acontecendo é muito vago você dizer 'essas ruínas são muito importantes.' 'Mas agora eu preciso morar.' Vai ser importante quando? A partir do momento que cercarmos ali e delimitarmos a área a ser preservada e começar a trabalhar. Fazer um parque realmente. Os turistas vão voltar todos aqui. O Peru, por exemplo, tem aquelas ruínas maravilhosas de Machu Picchu. Ali nenhuma pedra não é tirada. Eles têm reservas turísticas, cidades enormes que eles guardam. Quando estão em dificuldades financeiras eles anunciam 'Descobrimos ruínas tais'. Aí todo mundo que já visitou volta. Ouro Preto pode falar: 'descobrimos ruínas maravilhosas, olhem aqui! Vão descobrir mesmo porque nem ouropretano conhece. Obrigada, gente!' **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar**: "Vou roubar um pouco a palavra dos que seguem para dizer que essas palavras da Ângela Xavier realmente me encantaram não só pelo conhecimento, pela cultura que vemos, mas pelo que sentimos dos valores que nós temos aqui. Na verdade, tentando complementar o que ela disse, Ouro Preto é uma cidade que está ficando muito pobre. Eu, há vinte anos, procurava muitas vezes uma pessoa que trabalhasse de qualquer coisa e não conseguia encontrar. Todas as pessoas que tinham uma qualidade melhor e um trabalho qualquer, de repente ela era perdida porque as empresas maiores, que no caso eram a Universidade e a Alcan, buscava-os. Ouro Preto não tinha mão-de-obra porque todo mundo era procurado para trabalhar. Hoje a coisa inverteu. Ouro Preto hoje está carente de empregos. Ficamos imaginando, eu estava na Casa de Gonzaga, quando a professora Maria Cecília fazia aquele vídeo, esperando que aquilo se realizasse, e via um grupo de turistas alemães. Mais ou menos umas oitenta pessoas descendo e subindo aquela rua na Praça São Francisco. Elas olhavam de longe as coisas. Um chegava e comprava alguma coisa. Eu pude notar, e o guia dizendo-lhes que eles podiam comprar aqui. Eles não gostavam. Pode comprar ali. Eu pude perceber que aquele povo foi embora com o bolso cheio de dinheiro. Comentei, inclusive com o pessoal da Zoom que estava lá, que nós somos extremamente incompetentes porque esse pessoal vai embora com o dinheiro que trouxe para gastar aqui. Esse dinheiro, que aquele pessoal trouxe para gastar, é que um poderia gerar empregos, matar a fome do pessoal de Ouro Preto. Nem nós, aqui de Ouro Preto, conhecemos essas belezas, essas ruínas. Quanto esse pessoal poderia deixar na Cachoeira das Andorinhas. Quanto poderia deixar por ver as ruínas aqui do Morro da Queimada por uma mina que fosse conhecer. O Vereador Vereador Wanderley



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

dissera que a maior virtude do homem público é ouvir o povo. Realmente, que maravilha. Parabéns, professora! Vou passar a palavra agora à senhora Imaculada do IEF." **Sr^a Imaculada** : "Boa noite! Eu estou falando aqui a partir de uma experiência que eu tive de trabalho em Ouro Preto. Eu participei da elaboração do Plano Diretor e o que sentimos, passado este tempo, considerando aquela experiência que tivemos, é que as coisas pioraram muito e que o Plano não adiantou absolutamente nada. Fica claro, mais uma vez, que o Plano Diretor não pode ser um horizonte distante no papel. Ele tem que ter a participação de todas as pessoas porque é um Plano para as pessoas, para a cidade que envolve gestão, emprego, discussões. Ele envolve muitas coisas além da questão que está escrita ali. Um exemplo muito prático disso, é a questão em que eu trabalhei diretamente que foi uma nova delimitação para o Parque da Cachoeira das Andorinhas que havia uma delimitação que considerava um quilômetro, um raio de um quilômetro em torno da Cachoeira. Consideramos que isso não abrangia os aspectos geomorfológicos do lugar, desprezando uma série de ocorrências importantes no contexto natural do espaço como um todo, das vertentes, das nascentes, etc. Propusemos uma nova delimitação que ficou integrada ao Plano. Da mesma forma agregando trabalhos anteriores que já existiam, levantamentos, espaços. Enfim, algumas experiências já acumuladas, propusemos também uma delimitação para a criação do Morro Arqueológico da Queimada, que é um importante objeto dessa discussão hoje. Já nos preocupávamos demais com a invasão gradativa e a ameaça, cada vez maior, sobre as ruínas. Vemos, como uma questão muito importante e fundamental, a participação da comunidade. Se a comunidade não aceitar como amigo, como amor. Vamos ser amigo das coisas, vamos amá-las um pouco. Se não conseguirmos uma relação afetiva com elas, nada vai para frente. As pessoas que invadem esses espaços vêm uma forma muito urgente. É aquele espaço ali só. Eu sugeriria, modestamente, que houvesse exposições itinerantes. A UFOP tem um acervo fotográfico dos morros de Ouro Preto fantástico que mostra ruínas no Alto da Cruz, no Morro da Queimada e em diversos lugares. As pessoas, os moradores têm que passar a ver a cidade integralmente. Não adianta você pensar em que essas ruazinhas, essas pedras, esses muros, estão inseridos numa história muito grande que vem de muito tempo. Estamos passando nossa breve vida neste momento e não podemos destruir uma coisa que vem de tanto tempo e que são horizontes na nossa história. Gostaria de dar um pequeno palpite sobre a questão do cercamento das ruínas. Temos um certo vício de talvez pensar que isso está cercado e o que não está cercado está aberto. Acho que é uma posição um pouco perigosa. Eu gostaria talvez de tentar resgatar a delimitação, jogando-a na roda para ser discutida por todo mundo, tentando uma forma dinâmica para que isso possa ser discutido e aceito por todo mundo. Acho isso fundamental ter alguma forma de barrar essa ocupação gradativa e no limite destruidor das ruínas. Acho que isso tem que parar imediatamente. É fundamental uma fiscalização sistemática. As ruínas são protegidas pelas Legislações federais, estaduais e também municipais através do Plano Diretor. Acho que é necessária uma fiscalização. Tenho medo de que a cerca diga 'isso sim o resto não' porque a delimitação que fizemos é bastante grande. Ela envolve todo o processo da questão do ouro, dos mundéus, das minas e tal. Não é só aquele murozinho que está ali visível. Isso implica depois uma pesquisa arqueológica mais profunda e



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

tal. É isso que eu gostaria de dizer. Muito obrigado! **Dr. Antônio Rafael da Silva - Superintendente da Fundação Gorceix**: “Boa noite a todos! Gostaria de parabenizar a Câmara por essa iniciativa. Acho que essa discussão é muito importante. Vou ser breve porque o horário já está avançado. Acho que, pelo que nós temos visto aqui, estamos parecendo com aquela corda que vai de um lado para o outro. Uns puxam para cá; outros puxam para lá. Têm muitos projetos e eu citaria as palavras do professor Ney: 'Nós precisamos nos unir.' Têm muitos projetos do Morro da Queimada. Estou vendo aqui muitas apresentações. A Fundação Gorceix tem muitos terrenos aqui no Morro. Estamos sendo acusados, injustamente, porque mantemos aqui vigias. Da eleição para cá, tivemos que manter vigias em tempo integral porque, nas vésperas das eleições, tivemos várias invasões. Foi necessário recorrermos à polícia várias vezes. Formos prontamente atendidos graças a Deus e conseguimos evitar invasões no terreno da Fundação. Às vezes vemos, até no jornal, certas acusações. Gastamos porque temos um vigia em tempo integral. Isso custo e nós somos uma Fundação de direito privado. Nós estamos preservando um patrimônio público, gastando dinheiro numa fundação de direito privado porque não tem ninguém que vai proteger. Eu vi aqui vários projetos. A Fundação Gorceix tem um estudo também. Mantivemos dois bolsistas durante muito tempo fazendo estudos históricos da Morro da Queimada, do Moinho de Vento. O Professor Marco Antônio Fonseca do DEGEO tem um estudo de invasões do Morro da Queimada. Estou vendo vários estudos aqui e precisamos nos unir porque só tem estudo e só estudo. A Fundação mantém esse vigia, tentando vigiar o que pode. Nós pensamos em fazer cerca, isso custa muito também e não resolve se não tomar conta da cerca porque temos o levantamento topográfico com piquetes de topografia que são destruídos de noite para o dia. Vão lá à noite e os destroem para invadirem o terreno. É um problema complicado. Sabemos do problema social, mas é nossa obrigação preservar. Não é só preservar o terreno da Fundação, mas preservar um Patrimônio Histórico. Ali têm coisas belíssimas, como disse a professora, não só as ruínas. Sabemos, com certeza, que dentro dessas minas aqui do Morro Queimada têm utensílios de mineração de que precisamos descobrir. Precisamos fazer um serviço arqueológico aqui. O próprio moinho de vento, na verdade, hoje vemos e precisamos explorar isso, professor. O turismo ecológico está em moda, talvez mais que o turismo de cultura. Ouro Preto tem um turismo de cultura fortíssimo, mas não um turismo ecológico. Nossos museus são estáticos. No mundo está se buscando museus dinâmicos, participativos e nós ainda estamos aqui parados no tempo. Eu voltei à Ouro Preto depois de morar vinte seis anos. Fiquei quinze anos fora e voltei agora. Notamos que não há um caminhar neste sentido. A mensagem que gostaria de deixar aqui à Câmara é centralizar essas ações já que tomou essa iniciativa. A minha proposta é nos unirmos e trabalharmos todos na mesma direção não fazendo cabo de força. Muito obrigado!” **Vereador Wanderley Rossi Júnior - Kuruzu**: “Gostaria de registrar a presença do Senhor Mário Miranda, Diretor do Departamento de Água e Esgoto da Prefeitura e do Diretor de Departamento de Agricultura e Abastecimento, o Senhor Ronald Carvalho Guerra, Roninho, morador de São Bartolomeu. Antes, ainda, estão inscritas aqui mais cindo pessoas. Eu gostaria de sugerir que, enquanto a Sandra fala, aqueles que



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

quiserem se manifestar se inscrevam. Nós encerraríamos as inscrições depois que a Sandra terminasse de falar para podermos concluir nossa audiência. Obrigado!"

Sandra Fosque - representando o Vereador Ariosvaldo: "Estou aqui representando o Vereador Ariosvaldo, que no momento está numa reunião com os trabalhadores da Santa Casa. Muitas das falas ocorridas aqui dizem respeito exatamente às falas em que temos pensado. Em várias reuniões, eu também estou trabalhando com o pessoal da AMA e, há muito tempo, temos pensado numa solução para essa região. Sabemos que isso é muito complexo. Existem vários projetos e acho que o Antônio Rafael foi muito feliz quando dissera que devemos nos unir. Acho que não tem nada antagônico, pois as coisas estão se complementando. Eu queria apenas dizer que só se ama aquilo que conhece. Enquanto a comunidade não tiver o real conhecimento da situação e conhecer o Plano Diretor, não tem jeito de implantá-lo. Vamos continuar a ter invasão. Colocamos a cerca; tiraram a cerca. Colocaremos marcos; tiraram os marcos. Não existe um sentimento de estar inserido naquela comunidade. Sabemos que temos projetos em outros países, em outros lugares de eco-museologia, integrando a comunidade à vivência dos museus. Essa área é rica em arqueologia, pesquisa, em natureza. Temos cachoeiras, nascentes que podem ser áreas de pesquisa, visitação, estudo e de vida da comunidade. Ninguém, que hoje Morro da Queimada, tem que ser expulso de lá porque agora nós temos um lindo projeto para esse lugar. Muito pelo contrário. A comunidade que hoje está e trabalha nesse local tem que sobreviver lá mesmo. Nós temos que fazer projetos em que a comunidade está inserida. Neste sentido é que eu queria, inclusive falar uma outra coisa que é da criação de uma cadeira já na Educação Infantil de Educação Ambiental e Patrimonial. Acho muito difícil pensarmos que a comunidade vai se transformar da noite para o dia, que o sentimento vai brotar por si só. Não. É uma sementinha que plantamos e vai se regando. A grande coisa que temos a fazer é a educação, começando desde pequenininho para que possamos mais tarde(...) Vimos um vídeo aqui feito por crianças da quarta série na época e que eles hoje têm vontade de participarem, junto com os adultos num movimento como o que está tendo aqui. Vemos que sementes plantadas podem dar frutos. Essa é uma sugestão. Outra questão era justamente o que o Kuruzu colocou: retomada do processo de discussão do Plano Diretor através do Conselho Municipal do Plano Diretor que existe e precisa ser retomado. Obrigada!"

Dr. Aristides Neto: "Boa noite a todos! Inicialmente, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui. Eu sou gerente da Estação Ecológica do Tripuí ali no trevo e que é gerenciada pelo Instituto Estadual de Floresta. Fui, durante um período em que trabalhei aqui pela FEAM, que criou a área de proteção ambiental da Cachoeira das Andorinhas. Tive um contato bastante grande na época com essa região e sempre gostei muito daqui. A partir do momento em que fui convocado para essa Audiência Pública, desde o início gostaria de colocar algumas coisas que a maioria das pessoas aqui já colocaram, mas que vocês, moradores daqui, têm que valorizar. Na realidade, eu acho que a Ângela procurou essa palavra uma hora ali. As ruínas, eu acho que têm que ser trabalhadas em dois pontos: a questão da Cachoeira, que tem um potencial eco-turístico, e a questão das ruínas, que têm um potencial arqueológico maior, uma coisa de importância científica, cultural. Que vocês possam ver isso como um potencial para a geração de empregos, para um trabalho que alguém vá

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



chegar estruturando. Precisa-se de recursos, de dinheiro. Acho que aqui há muitas cabeças boas que têm capacidade de fazer um trabalho conjunto que desenvolverá um processo que acho que não vai ser só aqui. A nossa experiência, a de quem trabalha com eco-turismo de quem tem uma atividade prática de área, tudo bem. A cerca é uma idéia. Vai precisar fazer uma cerca? Vai. Mas eu sou contra fazer uma cerca agora, por exemplo. Por quê? Porque a cerca vai ser escoramento de laje. Da mesma forma que as cangas da ruína do início do século dezoito estão servindo de base para casa, alicerce para encher concreto. É o que é feito. Sabemos, pois estamos acompanhando isso não é de agora. Só queria colocar que eu estou aqui há oito anos. Tenho um trabalho nessa área de Unidade de Conservação, de reservas e de trabalhar com Educação Ambiental e pesquisas. Queria me colocar à disposição inclusive para fazer um trabalho nesta parte de projeto. No entanto, a experiência prática é algo que falta, pois na hora do projeto pensamos na coisa funcionando lá na frente. Existe uma escada aí. Existem pessoas como o próprio Tainha, que não está aqui, mas que todos os projetos, tudo que foi escrito, está nas mãos desse grupo que foi colocado pelo Vereador Kuruzu de ser organizado para que possamos chamar as pessoas. Quantos, dos que estão na platéia, dos moradores, das pessoas, que estão aí todo dia convivendo com o problema, não podem se deixar por causa de meia dúzia de pessoas que estão por aí assaltando, que um patrimônio, um lugar maravilhoso como esse deixe de ser visitado pelos turistas e que deixe de ser aproveitado como lazer. **(virou-se a fita)** Acho que temos que pensar globalmente e agir localmente. Estou à disposição, assim como todo o pessoal do IEF, inclusive a Imaculada que já fizera o trabalho porque tem que se começar. Vejam bem: Para você ter que trabalhar com uma reserva, com um parque, com algo que é do Estado ou que é do Município, que o terreno, a propriedade pertence à União, acho que tem de se parar com aquela mentalidade de que o que é público não é de ninguém. Isso não pode existir. A partir do momento que a coisa é de todo mundo, é um bem comum, tem que ser visto como isso, como tal. Se vocês, que estão aqui, convivendo com esse dia-a-dia, não valorizarem; ninguém vai valorizar. A coisa tem que partir daí porque, veja bem, pegar ou prender dois, três, quatro, dá para fazer. O cara que está assaltando? Isso é fácil de se resolver o problema. Sabendo quem é, você desbarata a quadrilha. A proteção de uma cerca, a proteção da retirada da canga, isso é o morador, são vocês que estão lá e vendo o problema é que têm que denunciar e acusar para que possamos fazer qualquer coisa. No mais eu queria reintegrar meu apoio por essa experiência que já temos há um tempinho trabalhando com o eco-turismo, com pesquisa. Coloco-me à disposição para quando se for fazer algo efetivo na região. Muito obrigado! Boa noite!

Vereador Jarbas Eustáquio Avellar: "Eu gostaria de agradecer à Irmã Vilma, registrando a presença dela que gentilmente cedeu e preparou, empenhando-se na Casa de Retiro do Morro de São João para realização dessa Audiência Pública."

Ederlina- moradora do Morro de São Sebastião: "Boa noite! Moro aqui no Morro de São Sebastião há quatro anos mais ou menos. Estou em Ouro Preto há oito anos. Trabalho no serviço de Saúde Mental da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Sou sou do início da criação do serviço. Agora estou participando como sócia da AMA, porque estou morando na cidade e envolvendo-me com as questões que se apresentam no lugar. Eu queria dizer rapidamente



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

algumas coisas. Primeiro: essa questão da utopia, como foi dito. Eu não sei porque o primeiro sonho ouropretano, pelo menos parece que é de um grupo de idealistas pararam na força. Tiradentes está lá na praça para nos lembrar disso. Eu me lembro de que quando chegamos aqui, uma equipe pequena na área de saúde, na época ainda do Prefeito Ângelo Oswaldo, disseram-nos: 'Nem pensar em montar serviço de saúde mental, é utopia. Temos hospitais psiquiátricos e mandem o pessoal para lá.' Nós sabíamos que era possível. Acho que o Estado tem recurso e dinheiro. Tem é que se saber onde e para que está sendo usado. Isso na saúde é muito claro. Pode não ter para uma área, mas tem para outra. Temos que sonhar no sentido de projetar, de se fazer planos. Ao Poder Público, pelo menos eu acho, que cabe tentar organizar e mediar essas várias reivindicações sociais. Acho que o que precisa acabar é essa prática clientelista de, antes das eleições, prometerem mundos, fundos e até coisas impossíveis muitas vezes, esquecendo-se de tudo depois. Deveriam ter responsabilidades com os cargos que nós, enquanto somos participantes do Poder Público, seja numa assessoria, seja numa diretoria, seja como prefeito, governador ou presidente, sei lá. Se estamos em um desses cargos, vamos tentar fazer realizar as coisas porque, quando é para os projetos sociais beneficiarem o povo, o dinheiro some. É isso o que tenho visto em geral, mas é possível sim. Vejo que Ouro Preto, um município lindo, com uma vocação turística por ser patrimônio, mais isso, mais aquilo, no entanto se não houver um consenso ou pelo menos uma diretriz que é o que parece a proposta do Plano Diretor, que tem que ser tocada para frente, fica assim: Se estou pobre e quero cercar um pedaço ali, eu vou lá e cerco. Se o outro está pobrezinho e quer roubar ali, também pode. Vamos deixar o barco desse jeito? Acho que é possível tomar medidas concretas neste sentido já que a cidade é um patrimônio que deve ser preservado. Moro aqui e vejo angústia. Outra coisa, não é só pobrezinho que está cercado. Há uma orquestração de cercamento aqui. A população deve ser orientada, pois isso aqui já está delimitado como uma ruína que é patrimônio. O turista pode vir aqui e deixar divisas, recursos, gerando empregos para a população. Assim sendo, o Poder Público deveria tomar providências. Se é para colocar uma cerca para alertar que coloquem logo. Isso não pode demorar demais, caso contrário daqui a pouco não haverá mais nada a ser preservado. Projetos há demais no papel. Eles já apresentaram vários e há mais outros por aí. Essa proposta do Kuruzu de fazer e sair daqui uma comissão formada pelas várias entidades presentes e, por todos que quiserem, para tomarmos as providências imediatas, as de médio, longo prazo e a fim de se planejar.

“Vereador Wanderley Rossi Júnior- Kuruzu: “Percebe-se que muitas pessoas já começam a sair; logo, se vocês concordarem, abriríamos um espaço de um minuto para vermos algumas propostas feitas aqui, observando se as pessoas estão de acordo. Não há um caráter deliberativo aqui, podemos considerá-lo como um indicativo. Todos concordam? Há alguém aqui que discorda da formação de um grupo de trabalho ou nome que for dado que seja liderado por um representante do Poder Executivo? Há alguém que discorde de que se indique à Prefeitura Municipal a composição imediata do Conselho Municipal do Plano Diretor? Sugiro também que fosse indicado à Prefeitura e aos demais parceiros uma reunião imediata, amanhã se possível, com a comunidade do Morro da Queimada. É muito importante começarmos a agir imediatamente. Há alguém que discorde dessa



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

proposta? Pode ser um grupo de trabalho, desde que tenha alguém representando a Prefeitura com a comunidade do Morro da Queimada, especialmente com a que vive o problema social. Tem alguém que discorda?" **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar**: "Eu gostaria de sugerir que essa reunião com pessoal do grupo do Morro da Queimada fosse marcada pela Prefeita para que a mesma pudesse ser mais objetiva, colocando a coisa já numa condução executiva. Se o vereador concordar assim como os demais. Consultaremos a Prefeita para que ela marque essa reunião. Ela, ou mesmo um representante, já iria dar uma condução mais prática."

Dr. Jorcelino: "Se está sendo sugerida a formação de uma equipe de trabalho, que é o nome que o Vereador Kuruzu usou para se trabalhar a questão da Cachoeira das Andorinhas e do Morro da Queimada, que essa equipe procure se instrumentalizar dos projetos que foram mencionados, das perspectivas que daqui estão saindo. Inclusive, neste instrumental, estariam incluídas as pessoas que ocuparam determinada área dentro desse Morro da Queimada. A partir daí buscar, conjuntamente com esse Conselho Municipal que será nomeado, instaurado, tendo em vista a existência dele, não o funcionamento, para que haja uma participação conjunta no trabalho." **Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu**: "Estou sugerindo algo para amanhã porque sei da aflição desse povo lá, pois não sabem se amanhã terão a casa ou se estarão jogados na rua. Há uma insegurança enorme. Daí a sugestão de que fosse amanhã. Talvez esse grupo de trabalho não desse conta de se articular suficientemente para isso, contudo se fosse alguém lá, poderiam até ir mais de uma pessoa, mas que tivesse um representante da Prefeita ou ela mesma para tranquilizar esse povo. A preocupação deles é muito grande. Eles morrem de medo de ficarem sem lugar para morar. Eles são tratados meio assim: ficam com medo da Prefeitura; essa, por sua vez, não vai lá para conversar com eles e abrir o jogo." **Dr. Jorcelino**: "Eu gostaria, neste momento, enquanto representante da Prefeita, não responder apenas às pessoas que estão ocupando essa área do Morro da Queimada. Foi comentado aqui pela Sr^a Ederlina a ocupação do terreno público. Nós, que assumimos a administração, já propusemos várias ações de anúncio de obras novas. A fiscalização esta semana está arrancando mais ou menos umas quinze cercas e imóveis da Prefeitura que foi feito. Estamos com quarenta e quatro notificações feitas pelos fiscais da Prefeitura de área pública que foi ocupada. No primeiro momento em que falei, existe uma questão social. Não é chegar ao Morro da Queimada e falar que as pessoas vão ser retiradas, inclusive com apoio policial. Não é essa a questão que a Prefeita quer fazer. Foi muito bem colocado. Ela quer resolver o problema. Como resolvê-lo? Provavelmente, se oferecer condições para que as pessoas ocupantes da região do Morro da Queimada com infra-estrutura decente, com condições, poucos permanecerão no local em que se encontram. Foi citada aqui a questão do bairro Santa Cruz. Essa semana, eu mesmo atendi três pessoas que pediram ligação de água. Não tem possibilidade. Eles ocuparam uma área superior ao reservatório de água. A própria pessoa chegou falando que não tinha lugar para morar e que ocupava o local. A nossa proposta, que estamos diligenciando e fazendo, usando o poder de polícia do município, é não permitir novas ocupações. Concordo com vocês. Têm muitos aproveitadores. Nós estamos com uma ação no Poder Judiciário, conforme o Dr. Luís colocara, de Santa Rita de Ouro Preto. É a quarta área pública que a pessoa ocupou. Ela ocupa e, em questão

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

520 98
Sec.



de uma semana, a casa está de pé, ficando confiante de que o Poder Público não fará nada. Se vocês sabem de alguém que está cercando o terreno público, comuniquem ao setor de fiscalização, ao jurídico da Prefeitura. Apareça lá. Será bem recebido para que nos dêem essa informação, para tomarmos a atitude cabível. No tocante à questão que Vereador Kuruzu falara. As pessoas que residem no Morro da Queimada estão ocupando irregularmente um espaço público. Segundo aspecto: é um espaço público que deverá ser preservado e aqui a equipe vai trabalhar no sentido de viabilizar. Só que, por parte da Prefeitura, eles não serão retirados em questão de horas porque, necessariamente, tem que se oferecer condições para que eles tenham onde ficar. Gostaríamos, conforme foi falado, de que toda comunidade nos ajudasse, não permitindo que ninguém mais ocupasse o espaço. Daria a sugestão para que essas pessoas, essa equipe de trabalho, cadastrasse. É um dos pedidos que estão na ação cautelar proposta pela FEOP. Fizesse um cadastro de todas as pessoas que ocupam. Não houve a decisão do Poder Judiciário, mas aqui na Audiência já estamos decidindo para que se resolva esse problema. Isso poderia ser feito amanhã: um cadastramento com detalhes como nome do casal que ocupa, quantidade de filhos, condições sócio-econômicas, valor de salário, onde trabalha, se está desempregado, sendo que esse cadastro já faria parte desse instrumental do grupo de trabalho. Essa é a sugestão que deixo.” **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar**: “Seria possível que a Prefeitura viabilizasse esse cadastro através de pessoal?” **Dr. Jorcelino**: “Pode. Nesta parte eu me comprometo, amanhã pela manhã, junto à Secretaria de Obras e ao setor de fiscalização a vinda dos fiscais à casa dos que residem no Morro da Queimada nesta área, já efetivando esse cadastro. Aqui em Ouro Preto, provavelmente, muitos já ouviram, o pedido de legitimação de posse. Não é esse o intuito. O intuito é conhecer as pessoas que lá se encontram e, a equipe de trabalho que estaria saindo daqui, buscasse soluções em definitivo para as pessoas, para o Município, para o patrimônio, para o acervo que temos a obrigação de preservar.” **Vereador Wanderley Rossi Júnior - Kuruzu**: “Só concluindo: o que estou sugerindo é que amanhã tenha uma visita a esse povo. Não é essa coisa do cadastro porque isso, de uma certa forma, pode assustar a comunidade.” **Alguém da platéia**: “Vamos deixar claro que essas são propostas diferentes. Proponho o seguinte encaminhamento: Pergunte se alguém se opõe a que a Prefeitura procure amanhã o pessoal, até para que eles fiquem tranquilos de que ninguém está querendo tirar ninguém de casa. Essa reunião tem essa função tranquilizadora, pois sabemos da angústia por que as pessoas podem passar. O bairro pode estar amanhã imaginando que amanhã irá aparecer um monte de fiscal e não achar ninguém em casa. Gostaria de sugerir o encaminhamento de que seja constada em ata a proposta do Dr. Jorcelino na qualidade de representante da Prefeitura Municipal e do compromisso dele de realizar esse cadastramento, que é fundamental para a solução do problema.” **Vereador Wanderley Rossi Júnior - Kuruzu**: “Temos duas propostas. Vou perguntar o seguinte: Há alguém que discorde dessa proposta de que Prefeitura, o mais rápido possível, viabilize o cadastramento das famílias que estão lá e a situação sócio-econômica delas? Há alguém que discorda? Não. Há alguém que discorde, se o Executivo não puder, que um representante da Câmara compareça à região do Morro da Queimada? Como moro lá, disponho-me a ir lá conversar sobre isso com os moradores

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



também. Se chegar lá amanhã um fiscal já e, normalmente são pessoas pouco preparadas, não que sejam todas. A conversa inicial seria uma outra a de tranquilizar. Nós colocamos à disposição, Vereador Jarbas? Tem mais alguém que gostaria de ir ao topo do Morro da Queimada para conversar com as pessoas? Podemos marcar o horário de uma vez? Amanhã, no final da tarde, quando as pessoas estiverem saindo do trabalho, às dezessete horas. Estão comprometidos a irem lá amanhã: Vereador Kuruzu e o Vereador Jarbas. Outra coisa que foi sugerida aqui: indicar a implantação da disciplina Educação Ambiental e Patrimonial." **Alguém da Platéia**: "Sugiro que a comissão estude as várias propostas." **Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu**: "Está sendo jogada essa indicação ao grupo de trabalho. É isso? (...) que vai ser tirada no final dessa Audiência. O Neto falara que, além de compor o Conselho Municipal do Plano Diretor, é preciso que se faça a revisão e o resgate do que já existe. Tem alguém que discorda? Nós vamos dar o retorno da conversa lá no Morro da Queimada ao Executivo que só irá lá depois desse retorno." **Dr. Augusto-advogado ambientalista**: "Boa noite a todos! Sou advogado especialista em questões ambientais. Tenho rodado este estado inteiro advogando e analisando casos como o de vocês. Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que Ouro Preto tem a capacidade de sempre me surpreender. A cidade é belíssima e eu, diferente dos turistas que fazem de tudo, apenas amo esta cidade como se fosse minha. Mas do que a surpresa da cidade, que eu já fotografei, revi e reencontrei, fiquei surpreso com a presença de vocês e com a qualidade dos debates que foram encaminhados aqui. Vim aqui a convite da Universidade Federal de Ouro Preto, na pessoa do professor Nuno. Ele me pediu que conversasse com os alunos dele sobre direito ambiental. No entanto, a verdadeira aula de meio ambiente está aqui. Os alunos perderam muito em não comparecerem aqui. Do ponto de vista de sugestões, a partir da minha experiência como advogado, gostaria de encaminhar-lhes as seguintes questões com relação a dois problemas muito localizados, que é o problema da Cachoeira e o problema das ruínas. Uma das regras mais importantes do Ordenamento Jurídico Ambiental Brasileiro exige que qualquer atividade que ser se instalar em qualquer espaço ou em qualquer lugar do Brasil, deve ser pedido ao Poder Público uma autorização do ponto de vista ambiental, que se chama licença ambiental e que hoje de competência, basicamente, do Estado através de suas entidade próprias. Acontece que, neste licenciamento ambiental, é possível de se exigir esses preponentes, supostos poluidores, que apresentem medidas compensatórias aos impactos negativos que vão causar ao meio ambiente. Seria muito oportuno que o Município de Ouro Preto tomasse conhecimento de quem são esses empreendedores das mais variadas espécies de indústrias aos loteadores que estão aqui nos limites do Município e quem sabe o conjunto desses preponentes, atividades que podem causar danos ao meio ambiente possam apresentar medidas de compensação com o seguinte objetivo: criar e gerir essa área de proteção ambiental na Cachoeira das Andorinhas, ou mesmo proteger as ruínas que vocês têm aqui. Parece que tem uma importância fundamental. Logo é uma oportunidade de vocês conseguirem os recursos de que necessitam. Um outro lembrete, do ponto de vista jurídico, é criar unidades de conservação e parques. Hoje, em dia, significa para o Município dinheiro. Por quê? Há uma Lei do estado ~~que diz que os Municípios que criarem unidades de~~

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



conservação, vão receber uma parcela de um imposto que o Estado tem que se chama Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços. Os municípios têm direito a uma parte desse imposto. O estado determinou que a distribuição seja conforme, além de outros critérios, critérios ambientais que são de dois tipos: a criação de unidade de conservação e também projetos de saneamento básico. Eu não sei se o município de Ouro Preto já pleiteou esse benefício diante do Estado. Caso contrário, deve pleiteá-lo imediatamente. Se pleiteou, que vocês tomem conhecimento do que está sendo feito, se foi aprovado pelas regras do Estado e o que está sendo feito com esses recursos. Teoricamente, tais recursos teriam que ir para justamente a constituição das unidades de conservação e os projetos de saneamento básico. Gostaria de lembrar que outro instrumento importante, de que vocês podem dispor, é que esse licenciamento ambiental seja feito aqui pelo Município. Evidentemente, vocês teriam maiores condições de pressionar os preponentes e, enfim, determinar medidas mais justas para vocês mesmos. O melhor lugar para se licenciar, eu continuo achando que é no Município. Não é só quando não é possível ou quando os impactos são muito grandes. Isso deve ser feito. Só então, neste caso, lá em Belo Horizonte. Por último, eu gostaria de me colocar ao lado do professor Nuno, quando ele acredita que o instrumento de que o advogado dispõe é a ação, é o processo. É pedir ao Judiciário. Na minha carreira tenho encontrado juízes sensíveis e insensíveis, mas nenhum resiste a uma pressão da população, pressão organizada. Realmente mudam as decisões. É preciso que vocês se conscientizem disso e façam, fazendo uma devida pressão ao Poder Judiciário junto com o Ministério Público tem feito um trabalho remarcado no Estado inteiro e especialmente aqui.” **Vereador Wanderley Rossi Júnior-Kuruzu** : “Gostaria de pedir licença em nome da comunidade aqui do Morro da Queimada, pois eles precisam se retirar porque a maioria deles trabalham amanhã. Peço uma salva de palmas para eles.” **Emanuel da APOP** : “Boa noite às autoridades e à comunidade do Morro. Quero deixar bem claro que nós montamos uma ONG aqui em Ouro Preto com o intuito exatamente de focar a Cachoeira das Andorinhas a que sou sensível por ter crescido lá. Eu a vi desde criança. Minha mãe me trazia aqui para fazer hora de lazer. Sensível a isso, nós montamos essa ONG. Fico feliz também porque a AMA está sendo reativada e nós precisamos dessa força para nos integrarmos a fim de cobrar das autoridades, do Poder Público a viabilização dos projetos. Temos onze propostas para a Cachoeira das Andorinhas. A primeira é viabilizar estudo na área a demarcando, pois vemos que não há marcação efetiva e mapeamento na área. Viabilizar estudos na cabeceira das nascentes, parece-me que há quinze nascentes na Cachoeira das Andorinhas, neste complexo. No entanto, acredito que tenha até mais. Viabilizar estudo da fauna e da flora da aba. Não temos uma literatura a esse respeito. Quer dizer que não temos noção dos tipos de vegetais e animais que têm por aí. Pelo menos eu não tenho conhecimento. Eu sinceramente já procurei na biblioteca. Nós temos ali um companheiro que também faz parte da secretaria da biblioteca que também procurou. Ele não encontrara literatura aqui. Não sei se existe em outro local. Viabilizar estudos afluentes do Morro de São Sebastião na parte de esgoto. Vimos um companheiro falando lá e realmente é preocupante porque o esgoto do Morro de São Sebastião está descendo para a Cachoeira das Andorinhas. Temos que olhar isso de forma imediata, efetiva. Esse esgoto é inadmissível. Como morador, como

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



pessoa que cresci olhando a Cachoeira, não admito que joguem esgoto naquela área. Viabilizar estudos na recuperação dos rios. Teve, há anos atrás, ainda nos meses atrás, pessoas trabalhando no garimpo. Os rios assoriam todos. Vão lá para vocês vêem os rios. Há lagoas dez metros de profundidade, chegando lá, vemos que não existe mais isso. Vimos no filme que a parte está toda assoreado. Viabilizar estudos de reflorestamento com espécies nativas na APA Cachoeira das Andorinhas. A vegetação está queimada. Tudo isso transformou a vegetação rasteira. Desenvolver estudos para a área de camping e segurança. A nossa proposta é criar uma guarda-municipal florestal, gerando empregos. Há possibilidade de se criar a guarda-municipal urbana e porque não criarmos uma guarda-florestal também. Tudo isso pode ser pensado, gerando emprego. Essa administração tem que ser comunitária e eu ouvi o pessoal da Fundação Gorceix falando sobre isso. O povo tem que estar acionado dentro dessa APA. Vamos pegar os presidentes da Associações de bairro do Morro São Sebastião e do Morro de Santana. Vamos colocá-los dentro da administração desse parque porque a comunidade tem que estar envolvida nisso. Educação Ambiental: isso aqui é um laboratório. Podemos trazer as crianças das escolas para passarem umas horas aqui na Cachoeira das Andorinhas. Existe possibilidade disso. Estamos perdendo esse laboratório. Nossas crianças, ao crescerem, vão ficar sensíveis a tudo isso. Vamos ter daqui a vinte e cinco anos, ou menos, uma comunidade envolvida com a questão ambiental. Guias e visitas monitoradas. Temos uma universidade, a Escola Técnica criando profissionais da área. Temos técnicos ambientais em Ouro Preto. Temos engenheiros ambientais na UFOP. Há as ferramentas. Só que nós não estamos usá-las. Transporte: por que não agilizar uma linha para Cachoeira das Andorinhas? Tudo de forma monitorada. Existe a possibilidade disso que é uma outra geração de renda... **(trocou-se a fita)** ...e no máximo os técnicos. Estudar do impacto ambiental, o RIMA, tendo em vista o desenvolvimento do ecoturismo da APA da Cachoeira das Andorinhas, viabilizando relatórios de custos e benefícios no empreendimento para a execução do projeto. Essa é a nossa proposta." **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar**: "Passarei a palavra ao Major Janeiro, pois ele precisa sair." **Major Janeiro**: "Boa noite aos senhores, aos membros da Mesa! Gostaria de iniciar as minhas palavras, citando as palavras de um famoso político que faleceu e que vai abranger quase toda nossa situação. Já dizia Kennedy, em mil seiscentos e pouco, modificando a forma do americano fazer política e tratar os assuntos públicos. Ele dizia: 'Não pergunta a seu país o que ele pode fazer por você, mas pergunte o que você pode fazer pelo seu país.' Parafraseando, obviamente, fico satisfeito porque a comunidade e as autoridades em geral estão se unindo em prol de Ouro Preto. Nós estamos tentando fazer algo em conjunto, em parceria para o bem da cidade de Ouro Preto e para o bem das localidades da Cachoeira das Andorinhas e do Morro da Queimada. Gostaria de iniciar com essas palavras. Nós estamos no comando da Polícia Militar há acerca de quarenta dias, vou lhes abrir o meu coração. Infelizmente, todos sabem da precariedade dos nossos recursos e temos dificuldade de efetivo. Isso é torna mais árdua a nossa missão, mas nem por isso nós podemos cruzar os braços, falando que não podemos executar. O nosso lema com o pessoal é o seguinte: 'Engenho e arte!' Temos que ter criatividade, buscando apoio na comunidade, trabalhando em conjunto. Logo que cheguei, ~~nós tivemos um problema do Carnaval em que~~

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



noticiaram que na Cachoeira das Andorinhas existia um problema sério de segurança, repassados pelos senhores. A Polícia Militar, ciente dessa carência e dessa lacuna a preencher aqui na comunidade, dotou-nos, pelo menos no Carnaval, de um aparato um pouco melhor. Até falo que tal aparato, recebido no Carnaval, deveria o que eu teria de trabalhar diariamente. Não é só de reforço, deveria ser diariamente. Estamos lutando em prol disso. O Senhor Jarbas é testemunha disso, pois tem nos acompanhado. Conscientes dessa situação, nós fizemos alguns contatos e levantamentos. Falou-se muito em ecoturismo, nós também nos preocupamos com ele, que é hoje um mercado em crescimento que tem muito ser explorado na região. Baseados nisso, não só preocupados com o Carnaval, o turista e o folião, mas também com o ecoturismo. Procuramos trazer o policiamento montado, lançando-o aqui na Cachoeira das Andorinhas, no Pico do Itacolomi e em Lavras Novas, o que surtiu muito efeito bom. Tanto surtiu que nós recebemos diversas solicitações da comunidade, da Câmara dos vereadores para que mantivéssemos esse policiamento em Ouro Preto. Obviamente, em primeiro plano, ficaria inviável. Dependeria de um estudo e de uma aprovação do auto comando para fazermos um agrupamento localizado em Ouro Preto. Nós conseguimos, através de alguns contatos em Belo Horizonte, pelos menos nos finais de semana, que são dias mais críticos e de maior movimento na região, cerca de oito conjuntos montados, ou seja, cavalo e o cavaleiro. Conseguimos oito conjuntos para que o policiamento do ecoturismo seja feito, pelo menos seria sexta, sábado e domingo. Sabemos que isso é pouco em relação ao que o Estado pode dar à comunidade, mas já é o início e já é alguma coisa. Estamos preocupados sim com a situação e sabemos disso, tanto é que nós, assim que assumimos determinamos que se faça rondas periódicas pela região. É lógico que a viatura não tem como ficar aqui vinte e quatro horas por dia. Seria o ideal que tivesse um policiamento fixo rondando, mas só há duas a três viaturas para atender Ouro Preto na sua totalidade, logo a coisa fica meio complicada. Isso quando todas estão rodando e não há nenhuma baixada, assim a coisa piora. Eu já cheguei, às vezes, a tender ocorrências em meu carro particular. Estamos preocupados com a situação. Estamos cientes e tentando fazer alguma coisa. Esse parceria é muito importante. Tivemos notícias de vários assaltantes e de traficantes na região. Infelizmente, o traficante, o assaltante não vão assaltar perto do policial fardado, do policiamento. Ele não vai traficar perto do policial. Se ele vir uma rádio- patrulha vai sair fora. O que nós lhes pedimos é que fomentem com informações. Estamos ávidos de informações e preocupados em identificar quais são essas pessoas que estão fazendo, cometendo esses delitos porque, infelizmente, a polícia ainda não criou uma bola de cristal para sabermos quem é ou quem não é bandido. O bandido não vem pronto de fábrica escrito assim: 'Eu sou bandido.' Temos que identificar essas pessoas no meio da comunidade. A comunidade ordeira, sabemos que ela tem temor de denunciar por medo de repressão ou de retaliação. O Estado está ausente, quando deveria estar presente, dando margem àquele bandido, àquele meliante de tomar conta do terreno, mas nós estamos tentando recuperar. Pelo menos o nosso projeto hoje é recuperar esse campo, incomodando o máximo possível aquele meliante que está aqui para cometer o crime, atormentando a comunidade ordeira. Pedimos-lhes que nos comuniquem e que nos liguem. Não precisa se identificarem. Sabemos que a



peessoa às vezes tem medo. Pode pedir para falar comigo pessoalmente. Eu estou lá no quartel praticamente o dia inteiro, porque a situação requer um cuidado maior. Pedimos-lhes que nos ajudem a identificar essas pessoas, que são poucas, como o companheiro falou, mas nós temos que identificá-las para termos como agir. Falo que o meliante, o criminoso, é como um câncer no meio da sociedade. Tenho que fazer uma operação cirúrgica. Eu não vou cortar o braço da pessoa para tirar aquele tumor. Vou fazer uma cirurgia de precisão em cima só do tumor. No entanto, nós precisamos contar com os senhores. Já está em andamento o projeto disque-denúncia e eu já fiz contato com a Telemar. É viável essa instalação. Inclusive fiz um contato hoje com eles. Só que vai ter um custo que estamos orçando e verificando como vamos acertar a manutenção desse disque-denúncia. Ele é muito importante e lhes dá condições de nos ligar. Não é preciso se identificar. Passem o fato e o que está ocorrendo que nós vamos verificar e atuar em cima dessas situações. No mais agradeço e fico satisfeito em ver a comunidade envolvida, pois a segurança, conforme descreve a Constituição, é um dever do Estado, mas é um direito e responsabilidade de todos. Logo, nós todos temos a responsabilidade. A polícia sozinha, o Ministério Público e os demais representantes não têm como fazer nada e nem como atuar se os senhores não participarem ativamente nos comunicando, fazendo as informações chegar até nós. É muito importante a participação da comunidade. Muito obrigado!" **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar**: "Eu quero registrar a presença do Dr. Júlio de Grammont, coordenador do Projeto Monumenta BID. Vou passar a palavra ao Dr. Luís Henrique."

Dr. Luís Henrique: "Eu estou voltando a falar porque foi dito muita coisa aqui e eu fui anotando alguns pontos que eu acho fundamentais. A questão de cercar as regiões seja a Cachoeira das Andorinhas, seja o Morro da Queimada. A senhora, representante do IEF, mostrou uma preocupação importante. Quer dizer que nós vamos cercar aquilo que é possível e vamos deixar de cercar aquilo que é impossível, dando a entender que aquilo que fora cercado é o que deveria ser preservado e aquilo que não está cercado é o que já está perdido. Eu entendi muito bem a colocação da senhora. A minha sugestão é no sentido de que seja cercado tudo, inclusive a área que já está ocupada. Isso importa em dizer que mesmo aquelas construções ou alterações que estão realizadas, uma vez que se encontram dentro daquela área de proteção deverão ter providências específicas. Não é fazer um cercamento em que eu adoto uma posição de excluir aquilo que está fora. Não. É um cercamento geral. Área essa dentro da qual eu tenho já locais ocupados e que serão, com o passar do tempo, administrados a partir de providências a cargo do Executivo, seja através de providências a cargo até do Poder Judiciário. É importante dizer que eu entendo que os instrumentos para esse tipo de providência existem e devem ser utilizados. Foi dito aqui, pelo representante da Prefeitura, que o Município possui uma Carta de Sesmaria e, em virtude dessa Carta de Sesmaria, o Município tem a propriedade de uma série de áreas dentro de Ouro Preto. A partir desse ponto eu já tenho definido que essas áreas, como não estão ocupadas e são pertencentes à Carta de Sesmaria, sendo que essa dá o título de domínio ao Município. O Município não precisa desapropriar nada, nem pedir licença para poder entrar e nem tomar nenhuma providência drástica. Basta que ele assuma a propriedade daquilo que ele dele."



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

Quem é dono cuida. Se o Município é dono, cabe ao Município cuidar. É interessante observar que aqueles que estudam o fenômeno da violência(...) Há uma teoria muito interessante que se chama teoria das Janelas Quebradas. Essa é uma teoria norte-americana que tem um nome 'broak the windows'. O indivíduo que passa perto de um prédio abandonado e joga uma pedra e quebra o vidro, no dia seguinte, se ele passar de novo e ver que o vidro foi consertado, ele vai jogar outra pedra e quebrar outro vidro. Se as pessoas que o virem jogando pedras, também vão achar que têm o direito de jogar pedras e, à medida que nenhuma providência for tomada, esse prédio será absolutamente depredado. Isso é uma conclusão, não sendo simplesmente uma teoria. Isso está baseado em fatos e na realidade. É importante o cercamento. Por quê? Porque ele não resolve, mas alerta, demonstrando e fixando um marco: isso aqui é protegido. Tem uma cerca e uma placa. Isso aqui não é terra de ninguém. Isso aqui é terra do Município, pertencente-lhe ele quer tomar providências em relação a isso. É uma providência inicial e simples sendo que outras devem ser tomadas. Mas há necessidade do cercamento. Tem a Carta de Sesmaria e além dela têm a Lei Orgânica do Município, o Plano Diretor, as legislações estaduais e federais relativas ao meio ambiente e as constituições estaduais e federais que dão suporte ao Município para tomar providências em relação ao cercamento dessa área. Além disso, hoje nós ouvimos aqui a Fundação Educativa de Ouro Preto, a Universidade Federal de Ouro Preto, a Escola Técnica Federal de Ouro Preto, o Instituto Estadual de Florestas, a Estação Ecológica do Tripuí, o Parque do Itacolomi, a Fundação Gorceix, o Instituto Patrimônio Histórico Estadual, associações comunitárias, empresários locais como o senhor Joaquim Herald, duas Ongs: a AMA e a APAOP estão presentes, representantes do Mosteiro Zen, Irmandade de São João. Todos eles se colocando à disposição do Município. Isso me parece absolutamente claro, não me resta dúvida nenhuma, no sentido de propiciar ao Município os recursos necessários para se fazer o cercamento. Parece-me que o Município está com a faca e o queijo nas mãos. Têm a Carta de Sesmaria, a legislação total que apóia o Município a tomar providências, a comunidade representada pelas instituições fortes que podem apoiar. Acho fundamental que seja feito esse cercamento o quanto antes possível. Essa é uma posição que me parece clara que tem um outro apoio muito importante que é do Legislativo Municipal. Isso é uma iniciativa do poder político do Legislativo Municipal. O Município está sendo acarinhado. A Prefeitura está sendo acarinhada por todas essas pessoas que estão aqui num pedido uníssono: Ajudem-nos a proteger a Cachoeira das Andorinhas e o Parque do Morro da Queimada. Isso me parece absolutamente tranquilo. Eu sinto a falta da Prefeita Mariza Xavier, eu não a conheço pessoalmente. Constatamos inclusive uma coisa curiosa porque alguém dissera aqui que, na época das eleições ela esteve aqui no Morro, ouvindo as pessoas e prometeu. Hoje há uma reunião do Morro e ela não está presente. Não lhe vai nenhuma crítica pessoal. É apenas uma maneira de dizer. Se ela estivesse aqui presente, teríamos um canal de comunicação mais aberto, mais direto sem intermediários. Como é uma questão importantíssima, tem que ser tratada diretamente com quem resolve, com quem determina, com quem manda, com quem faz. Isso é importante. Essa transparência no Poder Público é uma coisa fundamental. Outra coisa que eu acho importante é que nós temos problemas sérios como o desemprego e



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

criminalidade, mas nós temos demandas que são seríssimas também. Quando o cidadão de Ouro Preto reclama que não consegue dormir porque faz barulho, um cachorro late do lado dele, uma república tem um som alto, costuma se minimizar esse tipo de problema. Mas esse problema dá tranqüilidade ao morador de Ouro Preto. Enquanto eu não consigo atacar problemas estruturais e conjunturais, vamos diminuir o barulho, dando tranqüilidade para o vizinho, enquanto que, aquele que quer preservar, angustia-se pois não há uma cerca protegendo. Vamos colocar a cerca para proteger. Vamos estar colocando qualidade de vida e tranqüilidade. São demandas subdimensionadas que, entretanto, tem um valor de uma importância muito grande para a tranqüilidade das pessoas. Eu gostaria de dizer uma coisa com relação ao meu caríssimo Professor Nuno Santos Coelho. Na fala dele, ele me puxara a orelha, provocando-me no sentido de que eu não deveria desanimar da justiça. Eu não desanimei até por um dever de ofício e até porque, se eu realmente desanimar vou ter que pedir o meu boné e ir embora, pois é a minha profissão, o senhor sabe disso, o meu dia-a-dia e eu não desanimei. Sinto apenas que algumas iniciativas importantes como a sua, digo a sua como advogado da FEOP não tenho recebido do Poder Judiciário de Ouro Preto a mesma atenção que iniciativas, por exemplo, do município de Ouro Preto. Verificamos que, quando pedimos proteção para o patrimônio público, o histórico e o ambiental, tais pedidos são meio que ignorados ou empurrados ou são procrastinados. Quando há a presença de determinadas partes específicas, como, por exemplo, o município de Ouro Preto, o pedido é imediatamente examinado e tomadas as providências. Por exemplo, hoje isso é fato, tomei conhecimento de uma ação de reintegração de posse promovida pela Prefeitura e pela Procuradoria do Município de Ouro Preto em benefício do Judiciário de Ouro Preto. O Judiciário de Ouro Preto solicitou à Prefeitura que a pedisse a desocupação de um quatinho que tem em frente ao fórum porque existe um interesse do Poder Judiciário de ocupar aquele quatinho, em virtude de um convênio existente. Esse pedido foi feito por um dos juízes. A Procuradoria do Município imediatamente entrou com a reintegração de posse e, antes mesmo de ser ouvida a Superintendência Regional de Ensino, que é a atual possuidora desse quatinho, foi deferida a liminar pela justiça de Ouro Preto e o quatinho já está desocupado. Logo o Município tem instrumentos legais para agir e, quando age a justiça defere. Gostaríamos que esse mesmo instrumento que fora utilizado pelo Município pudesse ser utilizado com o mesmo vigor e com o mesmo poder que tem sido demonstrado para a proteção do meio ambiente em Ouro Preto para a proteção da Cachoeira das Andorinhas e do Morro da Queimada. A minha fala é breve. Gostaria de tecer um último comentário relativo à fala do Major Janeiro. Eu tenho uma grande esperança de que se una verdadeiramente a nós porque a presença da Polícia Militar é fundamental para a tranqüilidade da comunidade. Nós sabemos que o policiamento fardado, ostensivo traz tranqüilidade e proteção. Nós estamos juntos dentro daquilo que a nossa atribuição em apoiar as iniciativas da Polícia Militar. Como o Major Janeiro é ouropretano, esperamos que ele permaneça bastante tempo conosco, não querendo ser logo promovido a Tenente Coronel para ir embora daqui. Que ele fique por aqui, cooperando conosco com iniciativas como esta de trazer a cavalaria para Ouro Preto, aumentando o nosso contingente policial, suprimindo a nossa necessidade de segurança pública. Finalmente, coloco



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

também que o Ministério Público continua com as portas abertas com uma demanda permanente. Tenho demanda ainda não encaminhada, por exemplo, da Estação Ecológica do Tripuí, que é importante. Têm também as demandas do Mosteiro Zen que é uma preocupação aqui de cima. Enfim temos uma enormidade de coisas para fazer. Mas a esperança, Professor Nuno, e o objetivo não é de não acionar a justiça, mas de se esperar que a comunidade encontre caminhos alternativos quando a justiça fecha a porta. A comunidade tem que encontrar alternativas, sendo que essas têm que ser abertas, pois mais dias menos dias esses pleitos chegaram ao tribunal. Talvez o tribunal tenha mais sensibilidade. Enquanto esse dia não chega, nós não podemos ficar aguardando. As portas têm que ser abertas. É bom que se diga que danos ao meio ambiente constituem crimes quanto ao mesmo. Danos contra o patrimônio histórico e essas ruínas, que integram o patrimônio histórico, são danos contra o meio ambiente passíveis de pena criminal e cadeia. Gostaria de pedir aos moradores daqui que quando tomarem conhecimento de que está ocorrendo um dano ambiental, acionem a Promotoria de Justiça imediatamente, acionem a Polícia Militar. Já gostaria de pedir ao Major Janeiro que, se a Polícia Militar tiver conhecimento de que está ocorrendo um dano, que prenda aquele que o comete, levando-o preso, autuando-o, dando condições de informações ao Ministério Público para processá-los criminalmente. O Ministério Público não vai abrir mão de nenhuma das atribuições para, na medida daquilo que nós podemos fazer, tentar proteger esse patrimônio de Ouro Preto. **“Vereador Jarbas Eustáquio Avellar**: “Essas palavras do Dr. Luís Henrique me deixam muito feliz porque já nos mostrou aqui uma atitude concreta. Ele está autorizando o Major Janeiro até a efetuar prisões daqueles que estiverem danificando o (...) Na verdade, ao se colocar pronto a exercitar a Lei e solicitando mesmo faça a prisão daquele que esteja danificando o patrimônio como um bem ambiental. Acho que já temos aqui uma grande ferramenta inicial para mostrar a validade dessa sessão que nós fizemos.” **Dr. Jorcelino**: “Eu só gostaria de fazer uso do direito de resposta. A digníssima Prefeita não está presente porque tem uma agenda, um conjunto de compromissos. Só que ela me designou a representá-la aqui. Acho que estou tentando responder à altura. Todos os pleitos, aqui apresentados, serão lhe passados oportunamente. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de colocar. Segundo: Ela esteve aqui antes das eleições, sentiu, pela sensibilidade dela, percebeu a dimensão do problema e já está trabalhando na solução deles. Ela não está de braços cruzados. Conforme eu disse, já tem arquiteto trabalhando na solução do problema, não é apenas, conforme ficou claro aqui, não é colocar uma cerca. É resolver o problema do Morro da Queimada e da Cachoeira das Andorinhas. O terceiro aspecto, eu só gostaria de dizer que o digníssimo promotor está um pouco equivocado. O caso da Superintendência de Ensino, eu fui pessoalmente tratar com a Superintendente de Ensino três vezes, administrativamente, para que ela desocupasse uma área em que foi feito um convênio entre o ente público município e o Poder Judiciário. Ela foi notificada a desocupar a área. No momento em que não a desocupou, nós, do Município, teríamos poder de polícia para derrubar o muro e reintegrar a área ao patrimônio do Município. Preferimos lançar mão do poder judicial com uma ação de reintegração que poderá ser discutida. Esse dado, eu gostaria de lhes deixar claro que é a mesma orientação que a Prefeita está nos passando. Vamos tentar resolver

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

SEC 107
Se.



a questão administrativamente. Desse modo temos condições de resolvermos muitas coisas, desde que haja interesse de ambas as partes. No tocante a própria superintendência, já que mencionaram, existe uma outra área que lhe está entregue. Não existe convênio. Do mesmo jeito que foi colocada a coisa pública, tem que ser tratada com respeito. Nós estamos aguardando sermos procurados para efetivar um convênio. Do mesmo jeito que tem convênio com a Polícia Militar, com a Polícia Civil e com várias entidades em Ouro Preto. O Município está atento e quer se fazer presente. Por isso que, antecipadamente, eu coloquei que em qualquer dúvida nos procurem. Qualquer dado, em se tratando de informações de alguma área ou de desrespeito à questão pública, sejam-nos informado. Obrigado!”

Vereador Wanderley Rossi Júnior- Kuruzu : “Queria fazer mais um corte aqui daqueles bem providenciais, se vocês me permitirem. Nós falamos do Grupo de Trabalho, mas não há toda a composição do mesmo. Precisamos saber quais as pessoas que se dispõem participar. Tive a liberdade de listar alguns nomes aqui. Professor Ney da Escola Técnica que já se dispôs. Um representante da Universidade Federal de Ouro Preto que é importante. Representante da Fundação Gorceix, não sei se o Superintendente ainda está aqui. É possível, Superintendente, um representante da Fundação Gorceix? Um representante da Associação de Moradores, um de cada um: Morro da Queimada, Morro São Sebastião e Morro Santana. O Morro de São João não tem associação, mas pode ter um representante nesse grupo. O Neto, representando o IEF, dispôs-se a participar. O Emanuel da APOP deixou o nome dele à disposição. Um representante da FEOP. Um representante do Mosteiro Zen. Mari Ângela. Um representante da Irmandade de São João: Carlota.”

Alguém da platéia : “A representante do IEF, Maria Imaculada Carvalho Leão, participou ativamente da redelimitação do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas e da proposta também do Parque Arqueológico do Morro da Queimada. Ela está fazendo um mestrado e pediu-me que dissesse que ela teve que se retirar, propondo - se a fazer isso. Se as reuniões acontecerem nos finais de semana, ela se propõe a participar. “

Vereador Wanderley Rossi Júnior- Kuruzu : “Continuando: Um representante do NEDA(Núcleo de Estudantes de Direito Ambiental). Um representante da AMA (virou- se a fita)... IEF: Alberto também se dispõe. Representante da PM: Major Janeiro. Veio alguém do IPHAN aqui hoje? Deve ter também um representante da Prefeitura. É bom convidarmos o Dr. Luís Henrique a participar. Têm dezenove pessoas aqui aproximadamente. Tem muito trabalho e não irá faltar trabalho para essa turma. Devolvo a palavra ao Vereador Jarbas Avellar.”

Vereador Jarbas Eustáquio Avellar : “Passo a palavra a Roninho.”

Roninho : “Eu só queria esclarecer uma situação porque, quando falamos da Cachoeira das Andorinhas, ela está inserida dentro da APA dessa cachoeira. O que temos feito, a partir do momento que passou a trabalhar na administração, é atuar para que consigamos fazer com que volte a funcionar o conselho da APA da Cachoeira das Andorinhas. Tivemos reuniões com Miguel Ribão do Departamento de Biodiversidade do IEF; com Andréa Ribeiro, diretora de zoneamento da FEAN. A intenção era que se conseguisse estabelecer uma reunião para o mês de março para a implantação do Conselho da APA. Não foi possível a partir daí, tivemos

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



uma reunião, semana passada, com o Secretário do Meio Ambiente, Paulino Cícero, solicitando-lhe que desse uma certa prioridade a essas questões da área de proteção ambiental que envolve toda a região da Cachoeira e a região de São Bartolomeu. Ele se manifestou bastante favorável, colocando a situação que foi até alentadora. Foi levantada a situação de que a APA não é uma área que não tem muitos conflitos e, por não os ter, seria fácil de se encaminhar uma solução. O outro exemplo, que estava lá presente, era a APA sul que já é mais complexa. Eles vão priorizar a implantação do Conselho e zoneamento ambiental da APA. A partir desse zoneamento, é que se pode desenvolver toda política de ação dentro da área de proteção ambiental, sendo que isso é fundamental. Só queria esclarecer isso. Acho que vamos caminhar e que se fala da Cachoeira das Andorinhas como um todo. Não só ela como o Parque Municipal, fazendo parte de um conjunto maior. Obrigado!" **Vereador Jarbas Eustáquio Avellar**: "Não há mais ninguém para falar. Senhores, acho que essa Audiência foi plena, alcançando os objetivos. O Professor Marcos Fonseca precisa de nos falar. Desculpe-me. Eu estava encerrando, mas vou parar para ele nos falar." **Dr. Marcos Fonseca**: "Gostaria de fazer algumas observações. Fizemos um estudo de evolução da ocupação do Morro da Queimada desde mil novecentos e cinquenta e este estudo está sendo publicado numa revista internacional. É um 'Case Study' bem interessante. Nós chegamos à conclusão de que se não houver uma intervenção agora aquele conjunto de ruínas desaparecerá em dois mil e oito. Nós já marcamos a data para o final da coisa, se não houver intervenção no momento. Um ponto chave que tem que ser discutido, pensado e avaliado é que esse estado de coisas do Morro da Queimada faz parte de um processo mais complicado. Moro em Ouro Preto há vinte e cinco anos. Conheço essa cidade muito, pois fui um dos autores da carta geotécnica, participei do projeto. Hoje a avaliação global que faço da situação urbana é pessimista. Acho que esse estado de omissão dos diversos poderes, desculpe-me porque não vou ser indulgente, vou falar porque é o que eu penso, que acho de incompetência, gerou uma situação complicada. Hoje estamos preocupados com ruínas, mas temos aspectos gravíssimos de vida também. Há uma falência institucional global desde o Poder Público Municipal, do Legislativo Municipal, da Segurança Pública. Eu poderia citar alguns exemplos. Aquele acidente no bairro Piedade em que doze pessoas morreram. O laudo que consta do inquérito, foi eu quem fez. Fui lá e levantei a descrição técnica do problema. Esse laudo figura neste inquérito, que está há quatro anos na Delegacia de Ouro Preto. É muito difícil as coisas andarem se há uma falência institucional. No caso específico do problema urbano de Ouro Preto, acho que Ouro Preto não é exceção, pois em todas as cidades do Brasil temos maior ou menor grau de problemas. Acho que foi dado ao Poder Público, aqui em Ouro Preto, uma série de instrumentos que foram sistematicamente ignorados. Começarei com a carta geotécnica de Ouro Preto, um documento que na época em que foi publicado, mil novecentos e oitenta e dois, apenas duas cidades dispunham de tal documento. Ele foi apresentado na Câmara Municipal de Ouro Preto que simplesmente o ignorou. Acho, do ponto de vista da gestão do espaço urbano, que a gestão que a Prefeitura Municipal de Ouro Preto faz é uma piada, ou seja, não existe. Guardo um documento engraçado. Quando comprei casa aqui em Ouro Preto, precisei financiar uma parte, pois não tinha todo o dinheiro. Assim que cheguei ao banco,

350 101
Sle.



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

o rapaz me falou que eu tinha que trazer uma série de documentos. Quando fui olhar, a minha casa não existia. Tive que providenciar a legalização do imóvel. Corri atrás da escritura, do alvará de licenciamento, do alvará de habites. O alvará de licenciamento é do mesmo dia que o alvará de habites. Só em Ouro Preto é que pode existir uma coisa dessa forma. O que precisa ser traçado é uma política de estado, de Governo de Ouro Preto. Não podemos ficar sujeitos a idiossincrasia de um ou outro prefeito. Precisamos de uma política do município de Ouro Preto que seja executada a qualquer preço sob pena de pagarmos um preço muito alto no futuro. Fiquei, há alguns anos, muito amigo de um gerente do Banco do Brasil que passou por aqui. Ele era entusiasmado com Ouro Preto. Ele veio de Anápolis para conhecer Ouro Preto e se entusiasmou com as possibilidades, a riqueza das pessoas que aqui estavam devido a diversas culturas. Ele me disse que havia uma coisa que gostaria de me dizer. Havia um ano que ele estava em Ouro Preto e não conhecia o prefeito. Ele era gerente do banco do Brasil que tem dinheiro de projetos que você pode fazer e se associar, fazendo parcerias. Não dá para entender. Precisamos ser mais agressivos e pragmáticos nessa questão da gestão. Não dá para ser indulgente mais com voluntarismo. As nossas ações voluntárias são louváveis, mas não resolvem o problema. Temos que ter uma política clara de Município que não pode ficar sujeita à trovoadas ou ao gosto de um ou outro Prefeito ou de um ou outro secretário. Se nós não fizermos isso, estamos fadados a voltar, daqui a um tempo, a discutir um escorregamento terrível que houve num outro bairro onde morreram muitas outras pessoas. Os diagnósticos e os laudos existem. Aquele documento que foi feito pelo SEBRAE é muito claro. Nós não temos outra alternativa aqui em Ouro Preto, se não dirigirmos o crescimento para oeste. Mariana está logo aqui, a leste. Nós temos uma área de preservação a sul e uma a norte. Não tem outra alternativa. Temos que pensar grande numa gestão que contemple o desenvolvimento para oeste, tirando essa pressão sobre Ouro Preto. Se não houver isso..."

Vereador Wanderley Rossi Júnior - Kuruzu: "É para onde mesmo a Oeste?"

Dr. Marcos Fonseca: "Oeste fica para o lado de Cachoeira do Campo, Amarantina. É o único lugar possível. Caso não haja isso, nós vamos sempre defrontarmos com problemas dessa ordem. Acho que cabe reflexão. Acho que pela primeira vez eu estou colocando essa questão para agente do Poder Público e temos que pensar institucionalmente, senão não vamos resolver o problema. porque o grau de ocupação chegou no limite. Não havendo uma intervenção institucional forte, não vai ser possível resolver o problema. Obrigado!"

Vereador Jarbas Eustáquio Avellar: "Continuando o encerramento, queremos agradecer a todos que puderam colaborar, ao povo em geral, a todas as autoridades aqui presentes, a todos aqueles que se colocaram à disposição desse grupo de trabalho. Vamos esperar que resultados aconteçam desse encontro. Muito obrigado!"

Lavrada em 24 de fevereiro de 2004.

Rosângela Arlinda Estanislau

SEC Fls 110
Sec.

DECRETO N° 750/93

**DECRETO Nº 750, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 225, § 4º, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 14, alíneas a e b, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, no Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, e na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981,

DECRETA:

Art. 1º Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a supressão da vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica poderá ser autorizada, mediante decisão motivada do órgão estadual competente, com anuência prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), informando-se ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, mediante aprovação de estudo e relatório de impacto ambiental.

Art. 2º A exploração seletiva de determinadas espécies nativas nas áreas cobertas por vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica poderá ser efetuada desde que observados os seguintes requisitos:

- I - não promova a supressão de espécies distintas das autorizadas através de práticas de roçadas, bosqueamento e similares;
- II - elaboração de projetos, fundamentados, entre outros aspectos, em estudos prévios técnico-científicos de estoques e de garantia de capacidade de manutenção da espécie;
- III - estabelecimento de área e de retiradas máximas anuais;
- IV - prévia autorização do órgão estadual competente, de acordo com as diretrizes e critérios técnicos por ele estabelecidos.

Parágrafo único. Os requisitos deste artigo não se aplicam à exploração eventual de espécies da flora, utilizadas para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais, mas ficará sujeita à autorização pelo órgão estadual competente.

Art. 3º Para os efeitos deste decreto, considera-se Mata Atlântica as formações florestais e ecossistemas associados inseridos no domínio Mata Atlântica, com as respectivas delimitações estabelecidas pelo Mapa de Vegetação do Brasil, IBGE 1988: Floresta Ombrófila Densa Atlântica, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, manguezais restingas campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste.

Art. 4º A supressão e a exploração da vegetação secundária, em estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, serão regulamentadas por ato do Ibama, ouvidos o órgão estadual competente e o Conselho Estadual do Meio Ambiente respectivo, informando-se ao Conama.



Parágrafo único. A supressão ou exploração de que trata este artigo, nos Estados em que a vegetação remanescente da Mata Atlântica seja inferior a cinco por cento da área original, obedecerá ao que estabelece o parágrafo único do art. 1º deste decreto.

Art. 5º Nos casos de vegetação secundária nos estágios médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, o parcelamento do solo ou qualquer edificação para fins urbanos só serão admitidos quando de conformidade com o plano-diretor do Município e demais legislações de proteção ambiental, mediante prévia autorização dos órgãos estaduais competentes e desde que a vegetação não apresente qualquer das seguintes características:

- I - ser abrigo de espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção;
- II - exercer função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;
- III - ter excepcional valor paisagístico.

Art. 6º A definição de vegetação primária e secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração da Mata Atlântica será de iniciativa do Ibama, ouvido o órgão competente, aprovado pelo Conama.

Parágrafo único. Qualquer intervenção na Mata Atlântica primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração só poderá ocorrer após o atendimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 7º Fica proibida a exploração de vegetação que tenha a função de proteger espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção, formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração, ou ainda de proteger o entorno de unidades de conservação, bem como a utilização das áreas de preservação permanente, de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Art. 8º A floresta primária ou em estágio avançado e médio de regeneração não perderá esta classificação nos casos de incêndio e/ou desmatamento não licenciados a partir da vigência deste decreto.

Art. 9º O Conama será a instância de recurso administrativo sobre as decisões decorrentes do disposto neste decreto, nos termos do art. 8º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 10. São nulos de pleno direito os atos praticados em desconformidade com as disposições do presente decreto.

§ 1º Os empreendimentos ou atividades iniciados ou sendo executados em desconformidade com o disposto neste decreto deverão adaptar-se às suas disposições, no prazo determinado pela autoridade competente.

§ 2º Para os fins previstos no parágrafo anterior, os interessados darão ciência do empreendimento ou da atividade ao órgão de fiscalização local, no prazo de cinco dias, que fará as exigências pertinentes.

Art. 11. O Ibama, em articulação com autoridades estaduais competentes, coordenará rigorosa fiscalização dos projetos existentes em área da Mata Atlântica.

Parágrafo único. Incumbe aos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), nos casos de



infrações às disposições deste decreto:

- a) aplicar as sanções administrativas cabíveis;
- b) informar imediatamente ao Ministério Público, para fins de requisição de inquérito policial, instauração de inquérito civil e propositura de ação penal e civil pública;
- c) representar aos conselhos profissionais competentes em que inscrito o responsável técnico pelo projeto, para apuração de sua responsabilidade, consoante a legislação específica.

Art. 12. O Ministério do Meio Ambiente adotará as providências visando ao rigoroso e fiel cumprimento do presente decreto, e estimulará estudos técnicos e científicos visando à conservação e o manejo racional da Mata Atlântica e sua biodiversidade.

Art. 13. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revoga-se o Decreto nº 99.547, de 25 de setembro de 1990.

Brasília, 10 de fevereiro de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO

Fernando Coutinho Jorge

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



PARECER DE REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 95/05

Relatório:

O Projeto de Lei nº 95/05, que altera a “Lei 305/68 que cria o Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas do Município de Ouro Preto, acrescenta dispositivos e dá outras providências é de autoria do Prefeito Municipal.

Fundamentação:

A matéria em pauta após aprovação em 1ª discussão, retornou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para elaboração de sua redação final.

Conclusão:

Isto posto, a Comissão de Legislação, Justiça e **Redação** é de parecer pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 95/05 em redação final, na redação original, com algumas correções ortográficas e de pontuação:

Projeto de Lei nº 95/05

Altera a “Lei 305/68 que cria o Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas do Município de Ouro Preto, acrescenta dispositivos e dá outras providências”.

Art. 1º – Fica retificado, nos termos desta Lei, a denominação do Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas, criado através da Lei Municipal nº 305, de 30/12/68, para Parque Natural Municipal das Andorinhas.

Art. 2º – O Parque com 675,9 ha abrange a área delimitada pela descrição perimétrica e planta do relatório que são partes integrantes do anexo I desta Lei.

Art. 3º – A implantação, operacionalização, conservação e administração do Parque Natural Municipal das Andorinha fica a cargo e sob a responsabilidade do Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, devendo para tanto tomar todas as medidas cabíveis.

Art. 4º – O Parque Natural Municipal das Andorinhas tem por objetivo:



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

- a) resguardar e proteger as nascentes que formam a Cachoeira das Andorinhas e a cabeceira do Rio das Velhas;
- b) resguardar e proteger a flora, a fauna e demais recursos naturais;
- c) resguardar os atributos cênicos e paisagísticos;
- d) proteger integralmente os recursos culturais e naturais com objetivos educacionais, científicos, recreativos e turísticos.

Art. 5º – A aprovação de projetos para o Parque Natural Municipal das Andorinhas e outras discussões serão feitas no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto – CODEMA-OP.

Art. 6º – O projeto de zoneamento ecológico-econômico e o Plano de Manejo do Parque, que são referidos na Lei Federal nº 9.985/00, deverão ser feitos baseados em premissas ecológicas, históricas e sociológicas, observando os preceitos legais pertinentes e submetidos à prévia aprovação do CODEMA-OP.

Art. 7º – Não será permitido dentro do Parque Natural Municipal das Andorinhas:

- a) qualquer forma de exploração das riquezas e dos recursos naturais;
- b) a construção de rodovias, ferrovias, dutos, linhas de transmissão e outras obras que não sejam de exclusivo interesse do Parque, salvo se devidamente licenciado pelo órgão ambiental responsável;
- c) a coleta de frutos, sementes, raízes, cascas e folhas;
- d) o corte de árvores, arbustos e demais formas de vegetação;
- e) a perseguição, captura, aprisionamento e abate de exemplares da fauna, a caça ou pesca, bem como qualquer atividade que venha afetar a vida animal em seu meio natural;
- f) o fornecimento de alimentação de qualquer tipo aos animais da fauna para não promover a sua dependência ao homem;
- g) o abandono de lixo, detritos, dejetos ou outros materiais que maculem a integridade paisagística, sanitária ou cênica do Parque;
- h) a prática de qualquer ato que possa provocar fogo;
- i) a colocação de placa, aviso, sinal, tapume ou outra forma de comunicação audiovisual ou publicidade que não tenha relação direta com o programa interpretativo do Parque, salvo se devidamente aprovado pela administração do Parque, com anuência do CODEMA-OP;
- j) o ingresso ou a permanência de visitantes portando armas, materiais ou instrumentos destinados ao corte, caça, pesca ou qualquer outra atividade prejudicial à fauna ou flora.

Parágrafo único – Para as atividades desenvolvidas ao ar livre, o Parque disporá de trilhas, caminhos, percursos e mirantes, de acordo com o Plano de Manejo, de forma a não perturbar o ambiente natural nem desvirtuar as suas finalidades.

Art. 8º – O lixo, detritos ou dejetos originários das atividades do Parque deverão ser tratados e retirados para fora de seus limites.

SEC. 116
Le.

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



Art. 9º – A administração do Parque poderá autorizar, quando do interesse do manejo, atividades de pesquisa e estudo dos ecossistemas.

Art. 10 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei 305/68.

Casa da Câmara Bernardo Pereira de Vasconcellos, 14 de julho de 2005.

Vereador Flávio Andrade-relator

Vereador Sílvio Domingos Mapa-presidente

Vereador Mateus Nunes-vice-presidente



Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade

MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA PROPOSTA PARA O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DAS ANDORINHAS

O Memorial Descritivo da área que compreende o Parque Natural Municipal das Andorinhas foi elaborado com base nas cartas topográficas do Ministério do Exército – Diretoria de Serviço Geográfico – DSG, escala de 1:25.000, folhas de Mariana nº SF-23-X-B-1/3-NO e São Bartolomeu nº SF-23-X-A-III/4-NE; carta topográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, escala 1:50.000, folha de Mariana nº SF-23-X-B-I-3; ortofotos da CEMIG de 1987, nºs 430709 e 430713 de Ouro Preto, 431213 e 431216 de Mariana, a saber:

Inicia-se no **Ponto 01**, de coordenadas UTM 656.837,00 e 7.746.206,00, considerando o ponto de referência base. Este ponto localiza-se próximo à casa de laje em frente à caixa d'água (última moradia à esquerda da estrada, sentido Capela São João). Daí segue-se em direção N pela linha de drenagem do canal intermitente até a estrada, **ponto 02**, de coordenadas UTM 656.851,00 e 7.746.453,00. Daí segue-se por esta estrada no sentido W, por aproximadamente 65 metros até o **ponto 03**, de coordenadas UTM 656.816,00 e 7.746.504,00, seguindo então a curva de nível, cota 1.360 metros, no sentido NW por cerca de 560 metros até o **ponto 04**, de coordenadas UTM 656.434,00 e 7.746.554,00, localizado na rua Rio Piracicaba, próximo a um pequeno afloramento de quartizito. A partir daí, segue-se no sentido NNM por cerca de 115 metros até o rio das Velhas, **ponto 05**, de coordenadas UTM 656.376,00 e 7.746.651,00 localizado próximo ao poço artesiano. Daí segue-se pelo interflúvio passando pela Pedreira da Novelis e seguindo sempre a linha da crista do afloramento rochoso até o **ponto 06**, de coordenadas UTM 655.613,00 e 7.747.221,00 no divisor desta bacia com a bacia do córrego São Bartolomeu, onde se localiza a Fazenda da Brígida da UFOP. Daí segue-se por este divisor cerca de 1600 metros passando pelo ponto cotado de 1.506 metros até o **ponto 07**, de coordenadas UTM 656.257,00 e 7.748.390,00. Daí segue-se pelo interflúvio na direção NE, por cerca de 2.250 m, atravessando o rio das Velhas e seguindo sempre pelo interflúvio, contornando assim a área drenante do sexto afluente da margem direita do córrego Olaria até o **ponto 08**, de coordenadas UTM 658.119,00 e 7.749.058,01, localizado no próprio córrego Olaria. A partir daí atravessa-se o referido córrego, segue-se na direção S pelo interflúvio (divisor da bacia de contribuição direta do rio das Velhas com a bacia do córrego Olaria) por cerca de 1350 m até o **ponto 09**, de coordenadas UTM 658.016,26 e 7.747.837,00, localizado na estrada de acesso ao Parque. Daí segue-se sempre por esta estrada no sentido SE até o **ponto 10**, de coordenadas UTM 658.466,00 e 7.746.510,00, onde então segue-se pelo interflúvio (divisor da bacia de contribuição direta do rio das Velhas com a bacia do córrego Olaria) por cerca de 270 metros até a estrada pavimentada que liga os bairros do Morro de São João ao Morro de São Sebastião, **ponto 11**, de coordenadas UTM 658.360,00 e 7.746.265,00. Daí segue-se por esta estrada no sentido W em direção ao bairro de São Sebastião, cerca de 1.600 metros,

Câmara Municipal de Ouro Preto

Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade



até o ponto inicial de coordenadas UTM 656.837,00 e 7.746.206,00 considerando o ponto de referência base, fechando assim o perímetro do Parque, totalizando uma área de 5,57 Km² ou 557 hectares.